



**Plano de Comunicação e Educação Ambiental para a Guiné-
Bissau**

Vladmir Indjai

Relatório de Projeto em Mestrado de Marketing

Orientadora

Professora Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos

Julho, 2015

Resumo:

Com o crescimento da exploração dos recursos florestais na Guiné-Bissau e a procura por corte de árvores, esta tem atingindo cada vez mais críticas. E, com tanta exploração, é normal que o clima do país responda de forma agressiva, seja através de mudanças climáticas ou de outros desastres naturais.

A sustentabilidade ambiental consiste em várias ações, diretas e indiretas, que buscam, o equilíbrio entre o desenvolvimento económico o bem-estar social e a preservação do ambiente. Medidas como a sensibilização da população para o abandono de certas práticas nocivas ao ambiente e a reflorestação, principalmente nas áreas degradadas, podem ser algumas das políticas a adotar para que o país seja mais ecológico.

De um modo mais amplo, a sustentabilidade ambiental pode ser vista como um meio de abandonar as práticas nefastas à floresta e, até concertar, mesmo que lentamente, os estragos provocados pela desflorestação. E, uma das maneiras de reverter o quadro de devastação das florestas do país é através da educação ambiental, que transmitida corretamente, vai para além da preservação e conservação da floresta, proporcionando melhorias de qualidade de vida a todos os guineenses.

Entretanto, o presente projeto trata do desenvolvimento operacional de um plano de comunicação e educação ambiental para a Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável da Guiné-Bissau, visando a mudança de atitudes e comportamentos dos guineenses face ao uso abusivo dos recursos da floresta.

Neste âmbito, a investigação começou numa primeira fase com a revisão da literatura, permitindo o estudo dos conceitos ligados a educação ambiental, desenvolvimento sustentável, marketing ambiental, marketing social e plano de comunicação. E, na segunda fase, procedeu-se ao estudo empírico através da entrevista semiestruturada (a cinco entidades privilegiadas) e implementação do inquérito por questionário a cento e um indivíduos em Bissau, Guiné-Bissau.

Os resultados mostram que cerca de 94,0% dos inqueridos já ouviram falar da educação ambiental e as entrevistas mostram que as atividades da educação ambiental na Guiné-Bissau ainda estão na perspetiva de reformas curriculares até ao 9º ano de escolaridade e fora do ambiente escolar estão a ser dinamizadas pelas Organizações não-governamentais através de programas radiofónicos, boletins de informação, atividades de formação e capacitação.

Palavras-Chave: Comunicação e Educação Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Marketing Social; Plano de Comunicação; Floresta; Guiné-Bissau.

Abstract

With the growth of exploitation of forest resources in Guinea-Bissau and the demand for cutting trees, this is reaching increasingly critical. And with so much exploitation, it is normal for the country's climate responds aggressively, either through climate change or other natural disasters.

The Environmental sustainability consists of several actions, direct and indirect, seeking the balance between economic development social well-being and preserving the environment. Measures to sensitize the population to the abandonment of certain practices harmful to the environment and reforestation, especially in degraded areas, may be some of the policies to adopt for the country to be more environmentally friendly.

A more broadly, environmental sustainability can be seen as a means to abandon harmful practices to the forest and to fix, even if slowly, the damage caused by deforestation. And one way to reverse the devastation framework of the country's forests is through environmental education, which transmitted correctly, goes beyond preservation and conservation of forest, providing quality of life improvements for all Guineans.

However, this project deals with the operational development of a communication plan and environmental education for the Secretary of State for Environment and Sustainable Development of Guinea-Bissau, aimed at changing attitudes and behaviors of Guinean against the abusive use of forest resources.

In this context, the investigation began initially with the literature review, allowing the study of concepts related to environmental education, sustainable development, environmental marketing, social marketing and communication plan. And in the second phase, we proceeded to the empirical study through semi-structured interview (for five privileged entities) and implementation of the questionnaire survey the hundred and one individuals in Bissau, Guinea-Bissau.

The results show that about 94,0% of the surveyed have heard of environmental education and interviews show that the activities of environmental education in Guinea-Bissau is still in the perspective of curriculum reforms to the 9th year of schooling levels and off school environment are being streamlined by Non-Governmental Organizations through radio programs, newsletters, training and capacity building activities.

Keywords: Communication and Environmental Education; Sustainable Development; Social Marketing; Communication Plan; Forest; Guinea-Bissau.

Agradecimentos

Apesar deste projeto ser individual, não seria possível sem o contributo de pessoas que desde a primeira até à última fase me apoiaram, motivaram, aconselharam para que este trabalho seja materializado.

No entanto, gostaria de começar por agradecer à Professora Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos, pela disponibilidade, paciência e alegria constante.

Ao Professor Doutor Pedro Campos pela sua simpatia, disponibilidade e em especial pela ajuda preciosa no tratamento estatístico de dados, sem a qual uma parte do estudo não seria possível.

Aos meus Professores do curso de Mestrado de Marketing na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, especialmente aos Professores Doutores Maria Catarina Roseira, Carlos Melo Brito, Amelia Brandão e Hortência Barandas pela simpatia.

Aos colegas, Abdul Carimo Baldé, Bubacar Baldé e Waldino Monteiro, o meu muito obrigado pelo apoio, amizade, paciência, trocas de experiências, diálogo, palavras de consolo ao longo deste trabalho.

Não menos importante, a todos os que disponibilizaram o seu tempo para dar entrevistas e responder ao inquérito que possibilitou a elaboração do estudo empírico.

Índice

Resumo:.....	I
Abstract	II
Agradecimentos.....	III
Índice de Tabelas.....	VII
Índice de Figuras	VII
Índice de Anexos.....	VIII
Abreviaturas	IX
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Justificação e Pertinência do Estudo	2
1.2. Objetivos do Estudo.....	4
1.3. Problemática do Objeto do estudo	4
1.4. Contextualização da Guiné-Bissau	7
1.4.1. Contexto Geográfico	7
1.4.2. Contexto Político	7
1.4.3. Contexto Económico.....	8
1.4.4. Contexto Social.....	9
1.4.5. Contexto Climático	10
1.4.6. Enquadramento Institucional.....	11
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	13
2.1. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	13
2.2. Marketing Ambiental e Marketing Social	17
2.3. Plano de Comunicação	20
3. OPÇÕES METODOLOGICAS	21
3.1. Breve comparação entre as metodologias qualitativa e quantitativa.....	21
3.2. Seleção das Amostras.....	24
3.2.1. Amostra da entrevista.....	24
3.2.2. Amostra do Inquérito	26
3.3. Processo de recolha de dados	26
3.4. Escala de Medidas	27
3.5. Análise e discussão dos resultados.....	28
3.5.1 Caracterização da amostra.....	28
3.5.2. As consequências da degradação da Floresta.....	30
3.5.3. As práticas nefastas à floresta	33
3.5.4. As responsabilidades das entidades pela degradação das florestas	35

3.5.5. A Importância da Preservação da Floresta	38
3.5.6. As medidas de preservação e conservação da floresta	39
3.5.7. Análise Fatorial	42
3.6. Tratamento de dados da entrevista	47
3.7. Apresentação dos resultados das entrevistas	50
3.7.1. A situação do Ambiente	50
3.7.2. A Importância da Floresta	51
3.7.3. As práticas nocivas mais frequentes na floresta	51
3.7.4. As medidas e/ou soluções para a preservação	52
3.7.5. A comunicação e educação ambiental na Guiné-Bissau	53
3.8. Análise e discussão dos resultados das entrevistas	55
3.8.1. A situação do ambiente	55
3.8.2. A Importância da Floresta	58
3.8.3. As práticas nocivas às florestas	60
3.8.4. As medidas e/ou soluções para a prevenção	61
3.8.5. Comunicação e Educação Ambiental na Guiné-Bissau	62
4. AVALIAÇÃO E DIAGNOSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DA ENVOLVENTE	
INTERNA E EXTERNA DA FLORESTA	68
4.1. Ambiente Interno	69
4.2. Ambiente Externo	69
4.3. Objetivos Estratégicos	71
4.3.1. Segmentação do Mercado	71
4.3.2. Target/público-alvo	72
4.3.3. Posicionamento da comunicação	73
4.4. Estratégia de comunicação	73
4.4.1. Processo de comunicação	74
4.4.2. Estratégia de definição de Mensagens	75
4.4.3. Estratégia de Utilização de Canais de Comunicação	76
4.4.4. Estratégia de Utilização de ferramentas de Comunicação	77
4.5. Plano Operacional	84
4.5.1. Ações a Desenvolver	84
4.6. Orçamento	85
4.7. Avaliação	85
4.7.1. Indicadores de realização	86
4.7.2. Indicadores de resultados	86
4.7.3. Indicadores financeiros	86

5. CONCLUSÕES.....	86
5.1. Limitações	87
5.2. Investigações Futuras	88
6. BIBLIOGRAFIA.....	89
ANEXOS.....	95

Índice de Tabelas

Tabela 1- As principais características das abordagens quantitativas e qualitativa.....	23
Tabela 2- Caracterização dos entrevistados.....	25
Tabela 3- Escala de medidas	27
Tabela 4- Escala de Linkert	28
Tabela 5- Frequências absolutas das respostas sobre o sexo dos inquiridos	28
Tabela 6- Frequências absolutas das respostas sobre a idade dos inquiridos.....	29
Tabela 7- Frequências absolutas das respostas sobre os inquiridos que já ouviram falar de EA	29
Tabela 8- Frequências absolutas das respostas sobre habilitação literária dos inquiridos	30
Tabela 9- Frequências absolutas das respostas sobre consequências da degradação da floresta.....	31
Tabela 10- Frequências absolutas das respostas das respostas sobre as práticas nefastas à floresta	33
Tabela 11- Frequências Absolutas das respostas sobre as responsabilidades das entidades pela degradação das florestas	35
Tabela 12- Frequências Absolutas das respostas sobre a importância da preservação da floresta.....	38
Tabela 13- Frequências Absolutas das respostas sobre as medidas de preservação e conservação da floresta	40
Tabela 14- Interpretação de teste Alpha Cronbach.....	43
Tabela 15- Medida de fiabilidade de escala-Coeficiente de Alpha Cronbach.....	43
Tabela 16- Problemas da conservação.....	48
Tabela 17- Comunicação e Educação Ambiental.....	49
Tabela 18- Análise <i>Swot</i> à Floresta	70

Índice de Figuras

Figura 1- Processo de Comunicação.....	74
Figura 2- Mix da Comunicação.....	78

Índice de Anexos

Anexo nº 1- Guião de Entrevista.....	95
Anexo nº 2- Transcrição das Entrevistas.....	97
Anexo nº 3- Análise das Entrevistas	117
Anexo nº 4- Ausências e Presenças de Categorias.....	130
Anexo nº 5- Guião do Inquérito	135
Anexo nº 6- Tabela 2.1. Frequência absoluta sobre a idade dos inquiridos que já ouviram falar da Educação Ambiental.....	142
Anexo nº 7- Tabela 2.2. Frequência absoluta das respostas sobre habilitação literária dos inquiridos que já ouviram falar da Educação Ambiental	144
Anexo nº 8- Tabela 2.3. Referente à Análise Fatorial.....	145
Anexo nº 9- Tabela 3.1. Calendarização das atividades.....	147
Anexo nº 10- Tabela 3.2. Referente ao Orçamento.....	148
Anexo nº 11- Lista das convenções e protocolos de domínio ambiental ratificadas pela Guiné-Bissau	150
Anexo nº 12- Mapa da Guiné-Bissau	151
Anexo nº 13- Fotos Referentes à Guiné-Bissau.....	152

Abreviaturas

- AD - Ação para o Desenvolvimento
- ACP - Análises de Componentes Principais
- ASS - Alfredo Simão da Silva
- BCEAO - Banco Central dos Estados da África Ocidental
- BM - Banco Mundial
- CCD - Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação
- CDB - Convenção Sobre a Diversidade Biológica
- CFA - Comunidade Francófona Africana
- CITES - Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção
- CILLS - Comité Permanente Inter-Estados de Luta Contra a Seca e Desertificação no Sahel
- COP - Conferencia das Partes
- CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CQNUMC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Climática
- DENARP- Documento Estratégico Nacional para a Redução de Pobreza
- E - Entrevistador
- e - Entrevistado
- EA- Educação Ambiental
- GEE - Gases de Efeito Estufa
- GEF- Fundo Global para o Meio Ambiente
- IBAP- Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
- INE - Instituto Nacional de Estatística
- INDE - Instituto Nacional para Desenvolvimento do Ensino
- MFSBO - Maria de Fátima Silva Barbosa de Oliveira
- MDRARNA- Ministério do Desenvolvimento Rural, Agricultura, Recursos Naturais e Ambiente
- MADR- Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
- NGD- Nelson Gomes Dias
- OGE - Orçamento Geral de Estado
- ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- OMS - Organização Mundial da Saúde
- ONG´s - Organizações não-governamentais

- PIB – Produto Interno Bruto
- POP's – Produtos Orgânicos Persistentes
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- SEAT- Secretaria de Estado do Ambiente e Turismo
- SEADD.- Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável
- SC - Seco Cassamá
- SPSS- Statistical Package for the Social Sciences
- SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
- UEMOA - União Econômica e Monetária do Oeste Africano
- UE – União Europeia
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UICN - União Internacional para Conservação da Natureza

1. INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau tem vivido nas últimas décadas com a situação de exploração desenfreada de recursos florestais, pondo em causa os ecossistemas existentes em redor.

A abordagem que se vai desenvolver sobre o potencial que as vertentes da economia que incorporam a variável ambiental possuem para viabilizar o desenvolvimento sustentável, argumentar-se-á em favor de uma compreensão das ações individuais e da importância da ampliação da participação política e cidadã. Discutem-se as dificuldades na Guiné-Bissau, de se alcançar o desenvolvimento sustentável através da preservação das florestas em termos das suas dimensões básicas de equidades *intrageneracional* (garantia de qualidade de vida a todos), *intergeracional* (garantia de recursos florestais para as próximas gerações) e *internacional* (de todas as pessoas, independentemente da sua localização geográfica).

Pretendemos contribuir com a reflexão acerca da temática da Sustentabilidade e Educação ambiental na Guiné-Bissau. Um dos problemas da desflorestação na Guiné-Bissau tem a ver com interesses de exploração de madeiras para exportação para o mercado internacional, contribuindo na devastação de hectares e hectares de florestas.

A responsabilidade do Estado e/ou seja da Direção Geral das Florestas na gestão dos recursos da floresta é aquilo que está plasmado na lei nº 5/2011 deste setor que, é de conceber a política, executar, regulamentar e fiscalizar as atividades ligados ao uso dos recursos existentes nas florestas, visando a promoção e gestão durável de recursos florestais tendo em vista o desenvolvimento socioeconómico, cultural e proteção do ambiente.

Entre 2012 a 2014 essa atribuição vem sendo posta em causa dada a situação da instabilidade político-militar que o país deparou, onde o poder militar se sobrepõe ao poder político e a ausência de implementação de leis era evidente.

A exploração de ecossistemas (madeira, cibe e lenha) florestais é feita sem medidas, obrigando dessa forma a sobre exploração dos recursos e a degradação das florestas. Essas explorações ao longo dos anos têm vindo a criar problemas ambientais sobre diversas formas, nomeadamente a irregularidade das chuvas, aumento da temperatura, ameaça de seca e desertificação, sobretudo na zona leste do país, entre outros.

Igualmente, o crescimento da população tem acelerado o ritmo da destruição e degradação dos nossos ecossistemas florestais terrestres e marítimos existentes. Essas degradações estão ligadas às formas de acesso aos recursos provenientes das florestas.

A nível global, ela desempenha papel importante na regulação do clima no planeta, redução das emissões de CO₂, pois é um dos nossos aliados no combate à alteração climática e ao aquecimento global.

A proteção, o estímulo e a promoção da regeneração das florestas naturais deverá constituir o eixo principal do combate contra a seca, desertificação, as mudanças climáticas, as calamidades naturais e outros fenómenos naturais ou ambientais.

Tendo em conta essas situações pretendemos com este trabalho identificar o atual estado de exploração dos recursos florestais no país.

Dada a inexistência e/ou ineficácia de políticas de exploração sustentável de recursos das florestas, pretendemos criar um plano estratégico de comunicação e educação ambiental para a Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável da Guiné-Bissau com o objetivo de provocar mudanças de comportamentos e atitudes das populações face ao ambiente de uma forma geral e, em particular sobre a proteção e conservação das florestas.

Entretanto, é imperativo reforçar e/ou implementar as atividades de sensibilização das populações para que as gerações futuras tenham acesso aos recursos existentes nas florestas.

1.1. Justificação e Pertinência do Estudo

O ambiente debate-se atualmente com características que fragilizam e limitam a existência dos seres vivos e condicionam a existência humana, na qual a Guiné-Bissau não está imunes às alterações climáticas e as calamidades naturais.

“O meio ambiente oferece a todos os seres vivos, as condições essenciais para a sua sobrevivência e desenvolvimento, o que permitiu ao ser humano sobreviver até aos dias de hoje. Mas a sua sobrevivência não foi pacífica e, desde os primórdios da sua existência, teve sempre de lutar contra certas adversidades, sendo a Natureza uma delas” (Lemba, 2011).

À medida que o homem e a sociedade se desenvolveram, a preocupação e o cuidado com o meio que rodeava foi diminuindo, tendo como consequência o uso irracional dos recursos naturais disponíveis no planeta em diferentes formatos e tipos, em proveito do seu bem-estar isto é, sem se aperceber de que aos poucos estava a condenar a sua própria sobrevivência. Esta forma de estar do ser humano fez-se sentir principalmente a partir da Era da industrialização e após as 1^a e 2^a Guerras Mundiais,

intensificando-se e atingindo o apogeu na Era da Tecnologia, mantendo-se até aos dias de hoje.

O Homem foi destruindo os seus principais recursos, sem tomar consciência de que, depende de uma boa base ecológica para garantir a sua sobrevivência e a dos seus descendentes.

“A exploração dos recursos naturais não pode continuar a crescer. Tais recursos são finitos. Apesar dos incontestáveis avanços a favor do meio ambiente, carece ainda de muitos cuidados, ainda poluímos o ar que respiramos, degradamos as florestas, o solo que nos alimenta e contaminamos a água que bebemos” (Lemba, 2011).

A degradação do nosso património florestal em consequência das atividades humanas (cortes abusivos de árvores nas florestas para fins domésticos, comerciais, industriais, artesanais, procura de novas áreas de pastagem e de agricultura, etc...), poderão pôr em causa o nosso potencial faunístico.

A floresta serve de suporte e habitat de faunístico muito diversificada existente no território nacional. Segundo o relatório do PNUD (2014), a Guiné – Bissau dispõe de uma área florestal em cerca de 71,6% do seu território em 2011 e, cerca de 9,2% desta área encontra-se temporariamente desbravadas em resultado das intervenções humanas ou de causas naturais.

Os atuais choques ambientais fazem com que alguns indivíduos e governos começaram a sentir a necessidade de forçar mudanças sociais, que alterem os comportamentos.

Essas mudanças são importantes a todos os níveis e verificando-se também no nosso país (Guiné-Bissau). Destacamos algumas mudanças:

- Criação de instituições para cuidar do meio ambiente, ao nível local e nacional, que mobilizam indivíduos e recursos;

- Realização de encontros locais, nacionais e participação em encontros internacionais relacionados com o ambiente e com o conceito da sustentabilidade.

- Desenvolvimento de ferramentas em prol do ambiente, como: educação, licenciamento e legislação ambiental, criação de áreas protegidas, parques naturais, introdução da educação ambiental em algumas escolas comunitárias, etc...

Embora essa mudança diga respeito a todos nós, são as instituições na forma mais alargada do termo, que deverão ser líderes desta mudança, criando hábitos dentro e fora das suas organizações, mobilizando indivíduos e recursos no sentido da mudança e encarando o ambiente como um parceiro e não como inimigo.

O caminho para uma melhor qualidade de vida passa pela proteção e valorização do ambiente natural de, que nós usufruímos, que necessariamente implica uma revisão dos nossos procedimentos ou posturas em relação à natureza. Certamente, foi o nosso atual padrão de vida médio (há padrões diferenciados nos países mais desenvolvidos), sustentado por uma produção maciça de bens de consumo, que ocasionou o atual problema de alterações climáticas do nosso Planeta.

1.2. Objetivos do Estudo

Depois de algumas indecisões, a opção por esta temática reflete o nosso interesse em investigar um assunto que implica a sociedade e os seus modos de vida e de organização, fonte de preocupação para alguns e da reflexão para outros, cuja necessidade de compreensão e conhecimento da verdade existe.

Em resultado, propomo-nos compreender o enquadramento ambiental na Guiné – Bissau, considerado tal como a degradação da floresta um dos temas mais debatidos nas últimas décadas e, sobretudo, nos três últimos anos. Tentaremos também, através de uma outra ferramenta de investigação, a investigação/ação, através de educação ambiental, desenhar uma estratégia de comunicação, como forma de mudança de comportamentos nocivos ao meio ambiente.

Em última análise, concluímos que o fenómeno ambiental não é uma problemática exclusiva dos países mais ricos e industrializados, nem tão pouco da atualidade. É um problema complexo e multifacetado, que se coloca a todo o indivíduo em qualquer sociedade e cujo resultado resulta, em última instância, da reação individual de cada um, apesar dos múltiplos fatores que podem facilitar ou não o processo de melhoria ambiental.

1.3. Problemática do Objeto do estudo

A problemática que nos propomos estudar ganha cada vez mais pertinência e acuidade, pois foca um problema que abrange o mundo na sua totalidade.

A presente investigação social lança um olhar sobre o meio ambiente na Guiné-Bissau, averiguando as práticas quotidianas das populações que podem não fazer uma exploração sustentável dos recursos das florestas.

O Homem começou a exigir cada vez mais, o que originou uma sobre-exploração dos recursos naturais, no caso da Guiné-Bissau, os recursos das florestas, levando à degradação ambiental sob diversas formas: devido a prática de agricultura itinerante, através de desmatamento, as queimadas não controladas, atividades de caça dos animais

utilizando fogo, o corte de mangal para a fumagem de peixe, a exploração de madeiras (sem plano de repovoamento e ausência de estudo atualizado sobre inventário florestal), a exploração das terras sem distinção entre as terras com atitude e vocação florestal, agrícola e pastoril entre outros.

As consequências dessas ações são visíveis em alguns rios, rias e nas nossas bolanhas devido a acidificação e assoreamento, a perda da biodiversidade, os riscos de desaparecimentos de habitat de algumas espécies de animais em via de extinção, provocados pelo corte de árvores, forçando a emigração à procura de novas zonas onde há condições favoráveis para sobreviverem, a erosão e a salinização dos solos sobretudo nas zonas costeiras devido ao aumento do nível da água do mar (maré alta) a penetrar no continente, risco de desaparecimento de todos os cursos de águas.

Estas ações humanas podem tornar o país vulnerável às alterações climáticas e catástrofes naturais, pondo em risco a segurança alimentar, a saúde humana e, consequentemente a pobreza da população.

É um trabalho científico em que tentaremos explicar e/ou compreender a caracterização do meio ambiente neste país.

No entanto, o assunto permite a perceção de certas dificuldades que tentaremos ultrapassar mediante um trabalho sério e interessado, enquanto investigadores e observadores. A rutura com as pré-noções e um olhar mais objetivo possível sobre o objeto de estudo constitui um verdadeiro desafio, dada a sua transversalidade, que tentaremos ultrapassar na medida de possível, cruzando metodologias.

Contudo, a maior dificuldade consiste na definição do nosso campo de trabalho, teremos pois de definir o que entendemos por Educação Ambiental e explicar o conceito do ambiente e/ou ambiente sustentável em ordem à resposta da referida problemática.

Para Dias (2003, p. 100), *“a educação ambiental é um processo por meio do qual as pessoas apreendam como funciona o ambiente, como dependemos dele, como o afetamos e como promover a sua sustentabilidade”*.

Acompanhamos no dia-a-dia o quanto o ser humano está destruindo o meio ambiente. O crescimento das populações, das cidades, as necessidades de procura de criação do bem-estar para sobreviverem estão causando transtornos ao meio ambiente.

As agressões mais frequentes nas florestas da Guiné-Bissau são as seguintes: o corte das árvores para a comercialização de madeiras, o corte para produção de energia (através de carvão e lenha para uso doméstico), alargamento de campos agrícolas e campos de

pastagem com recurso a base das árvores, a construção de novas áreas residenciais e estradas, entre outros.

A questão está relacionada com a forma como supostamente produzimos os nossos hábitos alimentares, o nosso bem-estar, entre outras. Em suma, o crescimento da nossa economia precisa de ser recomposto à luz da sustentabilidade.

O conceito de desenvolvimento sustentável veio para harmonizar crescimento com maior qualidade ambiental sem comprometer o futuro das próximas gerações.

Na perspetiva de Paixão (2009), o desenvolvimento sustentável significa obter crescimento económico necessário, garantindo a preservação do meio ambiente.

A nossa investigação objetiva o seguinte: envolvimento social para o presente e gerações futuras. Portanto, para que ocorra o desenvolvimento sustentável é necessário que haja uma harmonia entre o crescimento económico, a preservação do meio ambiente, a justiça social (acesso ao serviço público de qualidade) e a qualidade de vida.

A nossa investigação tenta objetivar e estudar o meio ambiente na Guiné – Bissau, nos setores das florestas, visando desenhar um plano de comunicação e educação ambiental como forma de alterar os comportamentos dos indivíduos.

Para este estudo temos como objetivos apreender e/ou identificar a situação atual do uso abusivo dos recursos florestais do país e criar um plano de ação de comunicação para as mudanças de comportamentos nocivos ao meio ambiente no âmbito da exploração dos recursos florestais, tendo como suporte a educação ambiental.

Em suma, estudar os recursos florestais e criar um plano de ação de comunicação para a Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável da Guiné-Bissau, com o objetivo de informar e sensibilizar as populações sobre a importância da preservação e conservação dos recursos florestais, como forma de se chegar a um desenvolvimento sustentável. O objeto desta investigação social não procura avaliar valorativamente os resultados obtidos.

1.4. Contextualização da Guiné-Bissau

1.4.1. Contexto Geográfico

A Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África, limitada a oeste pelo Oceano Atlântico, e ocupa uma área total de 36. 125 Km². A norte faz fronteira com o Senegal, a sul e a este com a Guiné - Conacri. O seu território é dividido por uma parte continental e outra insular, sendo que as últimas englobam uma cadeia de sete ilhas adjacentes, incluindo o arquipélago dos Bijagós (ver o mapa em anexo 12).

O país divide-se em oito regiões e um setor autónomo que é a cidade de Bissau. Administrativamente, os agregados populacionais menores das aldeias são combinados em níveis crescentes de agregados em secções, setores e regiões. A população total é estimada em mais de 1. 500. 000 habitantes, vivendo com menos de um dólar por dia (INE, 2014).

1.4.2. Contexto Político

Após a sua independência, em 1974, marcada pela uma luta de guerrilha, a Guiné-Bissau passou por frequentes convulsões políticas desde os anos 80 e sucessivos golpes de estado, assassinatos, perseguições e instabilidade governativa, que contribuíram para minar o desenvolvimento almejados nos últimos anos, intensificando a pobreza.

O golpe de estado em Abril de 2012 anulou as conquistas social e económica, lançando o país numa crise política e económica, tornando difícil de alcançar e sustentar os resultados em matéria de desenvolvimento.

“Tiveram lugar eleições gerais no princípio de 2014, tendo sido restaurada a ordem democrática. Há um consenso entre a comunidade internacional sobre o sucesso da transição e a necessidade urgente de aprofundar o progresso, de apoiar o Governo recém-eleito e de reiniciar esforços mais amplos para o desenvolvimento do país” (BM, 2014).

É de salientar, que desde abertura político-democrática nos anos 90 nenhum presidente e governo conseguiu cumprir cabalmente o seu mandato, de acordo com a constituição da República da Guiné-Bissau, que é de cinco anos para o presidente e de quatro anos para o governo. Essa situação foi marcada não só pela instabilidade político-militar, mas também pelo fenómeno de tráfico de droga, em que algumas figuras políticas e altos patentes militares foram apontados pela comunidade internacional, e um deles está neste momento sob a teia da justiça dos Estados Unidos de América. Estas sucessivas crises político-militares têm o seu reflexo na economia e na sociedade.

Como é que a Guiné-Bissau vai conseguir atingir as metas propostas pelo Documento Estratégico para a Redução da Pobreza (DENARP II), tendo como suporte os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)?

“A maior parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) estão fora do alcance de Guiné-Bissau. Há graves lacunas de infraestruturas, em particular no que se refere ao porto, abastecimento de eletricidade e água. A economia está excessivamente dependente de uma única cultura – o caju – enquanto o arroz e combustíveis representam as importações com mais peso, deixando o país vulnerável às flutuações dos preços mundiais nas três matérias-primas” (BM, 2014).

A língua oficial é a portuguesa, mas não é frequente falar português nas vias públicas, centros urbanos como em Angola, Moçambique, Cabo-Verde e no Brasil, por exemplo. Falar e escrever português limita-se apenas (em ambiente formal) dentro da sala de aulas e em ambiente de trabalho na administração. Tudo isso, deve-se por um lado, alegadamente às influências da língua crioula (que consideramos símbolo da união dos povos e cultura para além da nossa bandeira e o hino) e os dialetos de vários e diferentes grupos étnicos, que constituem o mosaico cultural guineense. De outro lado, a influência da língua francesa (a segunda mais falada e escrita) devido, supostamente à nossa proximidade geográfica com os países francófonos (Senegal, no Norte, e Guiné-Conacri, no Sul) e da nossa integração na zona franca com os países da sub-região oeste africano.

1.4.3. Contexto Económico

A Guiné-Bissau é membro da União Económica e Monetária Oeste Africano (UEMOA), cujos outros integrantes são o Benim, a Burkina Faso, a Costa do Marfim, o Mali, o Níger, o Senegal e o Togo. Estes oito países contam com um Banco Central único, o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), uma moeda comum “CFA” (Comunidade Francófona Africana). Igualmente, faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e a União Africana (UA).

O país vive de paradoxo, por um lado, possui recursos naturais e geografia para crescer a um ritmo razoável, evidente na abundância de terras aráveis de alta qualidade, nos favoráveis índice pluviométrico, nos seus ricos depósitos minerais, biodiversidade exótica e potencial de pesca e turismo, elementos que poderiam constituir fontes diversificadas de rendimentos. Contudo, este país é considerado frágil pelas organizações internacionais. Tal classificação é atribuída pelo rendimento nacional extremamente

reduzido, numa economia baseada principalmente na agricultura e na pesca, que representam cerca de 46% do produto interno bruto (PIB). A agricultura gera 80% dos empregos e cerca de 90% das exportações, sobretudo de castanha de caju, o principal produto de exportação (BM, 2014).

1.4.4. Contexto Social

A Guiné-Bissau encara alguns dos desafios de desenvolvimento mais difíceis do mundo, combinando uma pobreza extrema e em crescimento com uma fragilidade persistente. *“70% de uma população de 1,6 mil vive abaixo do limiar de pobreza e 33% em pobreza extrema. A partir da guerra civil de 1998, o crescimento económico mal excedeu o crescimento da população: o rendimento nacional bruto per capita em 2013 foi estimado em cerca de USD 520. A pobreza crónica é profunda e está enraizada e, na verdade, tem estado a aumentar: a taxa de pobreza subiu 10% a partir de 2002 e a pobreza extrema aumentou em 23% desde 2002”* (BM, 2014).

Segundo o relatório do PNUD (2014) dos 187 países a nível mundial, a Guiné – Bissau ocupa a 177^a posição no ranking de índice de desenvolvimento humano de 2014 e, é considerado como um dos países mais pobres e frágeis do mundo. A taxa de crescimento do PIB é de 2,9 por cento até 2014, e a inflação anual é de 2,0 por cento (INE, 2014).

Todas estas situações agravam ainda as precaridades no setores de saúde e do ensino, relativamente à degradação e falta de infraestruturas e condições de acesso. Outras situações têm a ver com a falta de motivações dos técnicos de saúde (médicos, enfermeiros e auxiliares) e professores para se deslocarem aos locais mais remotos do país para a prestação de serviços públicos, que muitas das vezes alegaram a falta de pagamentos de salários atempados, e outras regalias como subsídios de deslocação e de instalação, que contribuem grandemente no fracasso destes setores.

“A análise da situação sanitária da Guiné-Bissau apresenta algumas situações preocupantes, resultantes da fraca capacidade do sistema sanitário em responder às necessidades da população em matéria de saúde. Os fatores que limitam essa resposta são: limitação do orçamento destinado ao sector de saúde, comportamento irresponsável de alguns intervenientes, baixo nível de alfabetização, insalubridade do meio ambiente, pobreza da população e instabilidade política e institucional” (OMS, 2008). A Guiné-Bissau, segundo os dados não atualizados de 2009, do Instituto Nacional de Estatísticas (INE, 2014), apontam para cerca de 56,28% da população não alfabetizada, dos quais

47,96% são do sexo masculino e 64,12% são do sexo feminino e, a taxa de desemprego é de cerca de 22% das pessoas que já trabalharam e estão em situação de desemprego.

1.4.5. Contexto Climático

O progresso atual dos fatores do clima aponta entre outros para acentuação respectiva dos períodos quentes e frio e dos períodos secos e húmidos. O clima é tropical, embora marítimo.

A localização geográfica da Guiné-Bissau determina a passagem do sol por duas vezes, no seu movimento aparente anual, pelo zénite da Guiné, arrastando consigo a zona intertropical de convergência e devido à proximidade relativa ao oceano Atlântico e sob ação dos ventos alísios marítimos e continentais se forma a tal zona intertropical de convergência e da qual resulta a diferença entre as massas oceânicas e continentais com o estabelecimento do regime de monções (Da Costa *et. al.*, 2009).

“Na Guiné-Bissau verificam-se duas estações climáticas, uma seca que vai de Novembro a Abril e outra de chuva que se estende de Maio a Outubro, estando as duas condicionadas pelo regime dos ventos. No Norte-Leste o clima é do tipo "sudanés" com muito calor e pouca humidade, enquanto no Sul o clima é do tipo "sub-guineense", caracterizado por uma forte precipitação e temperaturas menos elevadas. A precipitação pode alcançar níveis aproximados de 2.500 mm no Sul, enquanto no Norte têm sido registadas precipitações na ordem dos 1.400 mm. Tem-se verificado desde a década de 50 uma tendência progressiva de declínio das precipitações” (INE, 2014).

Quanto aos níveis de precipitação podem-se distinguir três grandes zonas: a zona Sul, que compreende as regiões administrativas de Tombali, Quinara e Bolama-Bijagós, e que se caracteriza por uma média anual superior a 2000 mm de chuva, a zona Noroeste, englobando Bissau, Biombo, Cacheu e Oio, que regista uma variação anual média de 1400 mm a 1800 mm e, finalmente a zona leste que engloba as regiões de Bafatá e Gabú, onde a pluviosidade anual média é inferior a 1400 mm (Da Costa *et. al.*, 2009).

As temperaturas mensais médias sobem até cerca de 30° C em Abril e Maio (antes das chuvas), descendo para cerca de 26° C em Agosto e Setembro e 24° C em Dezembro, sendo os correspondentes máximos (e mínimos) respetivamente 38° C (22° C), 30° C (22° C) e 32° C (16° C).

A humidade relativa é expressa em quantidade de vapor de água existente na atmosfera e em função da temperatura do ar. O clima da Guiné-Bissau é húmido (a humidade relativa compreendida entre 75 à 90% na região Sudoeste da ilha de Geta para

Sul, incluindo o litoral do centro e do sul do território), e seco (humidade relativa compreendida entre 55 e 75% em todo o resto do território, com exceção para Bafatá que apresenta valores elevados devido a fatores locais). A média anual é de 80 %. (Badji *et. al.*, 2004, p.3).

1.4.6. Enquadramento Institucional

1.4.6.1. Visão

A Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável tem como visão materializar as políticas de conservação e gestão durável dos recursos naturais, promover a qualidade de vida a toda a população da Guiné-Bissau com vista a garantir a saúde animal, humana e ambiental.

1.4.6.2. Missão

A Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável é uma entidade pública, que tem como missões conceber, coordenar e orientar e executar grandes políticas em matéria do ambiente e fazer a ponte entre o governo e diferentes instituições, organizações ou setores, que intervêm no domínio da preservação, conservação e gestão do meio ambiente.

1.4.6.3. Evolução Histórica

Começou-se a afirmar como instituição a partir de 2008 até à data presente como Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável. Mas, antes o processo de evolução não foi fácil devido ao entendimento da classe política sobre a problemática da preservação e gestão do ambiente.

Em 1992 foi criado o Conselho Nacional do Ambiente sob a tutela da Presidência da República, com mandato de formular, seguir e coordenar a política ambiental, após a participação da Guiné-Bissau na Cimeira do Rio de Janeiro, Brasil sobre o ambiente e desenvolvimento. Em 1994, após a abertura política/democrática ou seja depois das primeiras eleições gerais no país passou já em 1996 como Direção Geral, integrada na Secretaria de Estado do Ambiente, Turismo e Artesanatos, que passou, mais tarde, a categoria do Ministério do Ambiente, Turismo e Artesanato. Após a queda do primeiro governo democrático mediante golpe militar 1997 foram criados o Ministério do Desenvolvimento Rural, dos Recursos Naturais e do Ambiente e uma Secretaria de Estado dos Recursos Naturais e do Ambiente que englobava duas Direções Gerais: Direção Geral dos Recursos Naturais e a Direção Geral do Ambiente.

Em 1997, após a remodelação governamental do primeiro governo eleito democraticamente, esta entidade teve o seu retrocesso, saindo do Ministério para

Secretaria de Estado. Em 1998, no mesmo ano passou para Direção de Geral, integrada no Ministério do Desenvolvimento Rural, Recursos Naturais, Ambiente, que englobava duas Direções Gerais: Direção Geral dos Recursos Naturais e Direção Geral do Ambiente, até junho de 1998, que culminou com o conflito político militar, que derrubou o primeiro Presidente da República e governo eleitos democraticamente.

Em 1999/2000 com a formação do Governo de Unidade Nacional houve uma alteração no departamento governamental, que tutela a área do Ambiente passando o mesmo a denominar-se de Ministério da Agricultura, das Pescas e dos Recursos Naturais com uma Secretaria de Estado da Energia, dos Recursos Naturais e do Ambiente (Da Costa *et. al.*, 2009).

Em 2008 a 2012, passou para Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável, com alteração do estado do direito democrático no país resultante de golpe militar de 12 de Abril de 2012, essa entidade passou a ser denominada Secretaria de Estado do Ambiente e Turismo até 2014. E, atualmente, já em 2015, passou de novo a ser designada, Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável, sob a tutela do Gabinete do Primeiro Ministro.

De recordar, que 2010 e 2011 foram os anos em que procederam à criação de Lei de Base do Ambiente e de Avaliação do impacte Ambiental como alicerce para implementação de políticas da conservação e gestão do ambiente.

1.4.6.4. Parceiros

Devido à transversalidade dos problemas ambientais, a Guiné-Bissau de uma forma isolada não pode conceber e executar a política de conservação e gestão do ambiente. Em concertação com os seus parceiros tanto a nível multilateral e bilateral, daí surgiu diferentes acordos e convenções internacionais no domínio da conservação do ambiente, que a Guiné-Bissau assinou e ratificou, protocolos, convenções, nomeadamente a Convenção sobre a Diversidade Biodiversidade (CDB), Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC), sobre águas internacionais, sobre a Degradação das Terras, sobre Produtos Orgânicos Persistentes (POP's), Sobre Combate à Desertificação (CCD), Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas em vias de Extinção (CITES), Protocolo de Quito e entre outros. (ver o anexo 11 referente à lista de convenções e protocolos).

A nível bilateral no quadro da integração sub-regional, com a União Económica Monetária Oeste Africana (UEMOA), Comité Permanente Inter-Estados de Luta Contra Seca e desertificação no Sahel (CILSS), Comunidade Económica para o Desenvolvimento de Estados da Africa Ocidental (CEDEAO) e União Africana que financiam as atividades de conservação do ambiente e para além das outras organizações a nível internacional como Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo Mundial do Ambiente (GEF), Banco Mundial (BM), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a União Europeia.

A nível interno as instituições vocacionadas para a política do meio ambiente nomeadamente, os Ministérios dos Recursos Naturais, da Energia, Obras Públicas, da Educação, da Saúde Pública, do Comércio, da Agricultura, Floresta, Caça e Pecuária, Secretarias de Estado das Pescas, dos Transporte, do Turismo, Camara Municipal de Bissau e outras ONG's como Ação para o Desenvolvimento (AD), Palmeirinha, Esta é a Nossa Terra "Tiniguena", Associação Guineense de Estudo e Alternativa "Alternag", as diferentes associações comunitárias de base e os departamentos do Estado, que trabalham no domínio da conservação e gestão do ambiente.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

Muitos conceitos, objetivos, diretrizes, metodologias e outras questões ligadas à educação ambiental e desenvolvimento sustentável foram concebidos ou desenvolvidos em diferentes conferências internacionais, regionais e nacionais sobre o meio ambiente, muitas delas tendo a Unesco como promotora.

As origens dessa educação ambiental estão ligadas à própria criação da Unesco em 1946, órgão das Nações Unidas que iniciou o debate em torno da educação de um modo geral e da educação ambiental em particular, em termos globais e por meio da mobilização de governos e entidades da sociedade civil. A criação desse órgão faz parte das iniciativas do imediato pós-guerra para construir condições sociais e económicas que garantissem a paz de forma duradoura.

“A educação ambiental como um processo de aprendizagem permanente, que procura incrementar a informação e o conhecimento público sobre os problemas ambientais, promovendo, simultaneamente, o sentido critico das populações e a sua capacidade para intervir nas decisões que, de uma forma ou de outra, afetam o ambiente

e as suas condições de vida” (Schmidt *et.al.*, 2010, p.56). A mesma tese foi defendida por Dias (2003), afirmando que a educação ambiental é um processo por meio do qual as pessoas interagem com o ambiente no sentido de apreender, de saber do seu funcionamento, como utiliza-lo de forma sustentável.

O principal alvo da educação ambiental é constituído por todos os integrantes da educação formal e informal. Os primeiros compreendem os alunos e professores de todos os níveis, do pré-escolar ao ensino superior e a capacitação profissional; os segundos incluem jovens e adultos individualmente considerados ou em grupos, de todos os segmentos da sociedade: trabalhadores, administradores, profissionais liberais, entre outros.

Os objetivos da educação ambiental, de acordo com a Carta de Belgrado (1975), são os seguintes:

-consciencialização: contribuir para que indivíduos e grupos adquiram consciência e sensibilidade em relação ao meio ambiente como um todo e quanto aos problemas relacionados com ele.

-conhecimento: propiciar uma compreensão básica sobre o meio ambiente, principalmente quanto às influências do ser humano e das suas atividades.

-atitudes: propiciar a aquisição de valores e motivação para induzir uma participação ativa na proteção do meio ambiente e na resolução dos problemas ambientais.

-habilidades: proporcionar condições para que os indivíduos e grupos sociais adquiram as habilidades necessárias a essa participação ativa.

-capacidade de avaliação: estimular a avaliação das providências efetivamente tomadas em relação ao meio ambiente e aos programas de educação ambiental.

-participação: contribuir para que os indivíduos e grupos desenvolvam o senso de responsabilidade e de urgência em relação às questões ambientais.

A falta de proposições concretas e uma visão pouco realista foram as críticas mais frequentes à Carta de Belgrado. Apesar disso, ela é um dos documentos mais importantes sobre a educação ambiental em termos de conceitos, princípios e diretrizes relacionados com a problemática de desenvolvimento sustentável.

“ A educação ambiental vai formar e preparar cidadãos para a reflexão crítica e para uma ação social corretiva ou transformadora do sistema, de formar a tornar viável o desenvolvimento íntegro dos seres humanos”, acrescenta (Philippi *et. al.*, 2005, p.3).

Segundo estes autores, a educação ambiental exige um conhecimento aprofundado das outras ciências como, por exemplo, as ciências sociais, da filosofia, da educação, do ambiente, da economia, da física, da saúde e entre outros. Argumentaram, que as causas socioeconómicas, políticas e culturais geradoras de problemas ambientais só serão identificadas com a contribuição dessas ciências.

Entretanto, constata-se que estes autores abordaram a educação ambiental em três perspetiva: *“aprendizagem/ensino, desenvolvimento e sustentabilidade”*.

Será que podemos afirmar que a educação ambiental visa transmitir conhecimentos sobre as problemáticas ambientais dentro e fora do ambiente escolar, tendo em vista o crescimento e desenvolvimento económico, político, sócio cultural e humano de forma sustentável?

A abordagem da problemática da conservação e preservação do meio ambiente não é apenas um desafio didático-pedagógico, mas deveria ser encarada como problema de caráter económico, político, social e ideológico, ligado à degradação ambiental provocado pela nova forma de produção (industrialização) e de consumo influenciado pelos meios de comunicação de massa. *“Alargar o foco da educação ambiental para além do ensino e da aprendizagem, para centrar esforço no espaço de interação entre a escola, as famílias e as comunidades, num processo que se desenrolaria em quatro dimensões: construir, transformar, criticar e emancipar”* (Schmidt e Guerra, 2013, p. 210).

Na perspetiva de Pelegrine e Vlach (2011), para além da educação ambiental no meio escolar, é necessária uma ação popular, envolvendo as organizações da sociedade civil (ONGS, associações de bairros, movimentos ambientalistas e outros), sobre o destino do planeta.

O desenvolvimento está ligado às transformações tecnológicas, progressos sociais e crescimento económico.

Segundo Diegues (1992, *cit. in.* Sunkel e Paz, 1970), o desenvolvimento pode ser focalizado em três modelos, a saber: desenvolvimento como crescimento, como etapas e como processo de mudanças estruturais.

No seu entender, o primeiro está ligado a níveis de produção e consumo de bens e materiais, que podem ser medidos pelos indicadores como o produto interno bruto (PIB) e o rendimento per capita de uma nação; o segundo é uma série sucessiva etapa histórica em que os países não desenvolvidos devem atravessar de uma sociedade tradicional para

moderna e a de consumo de massa, tendo como elemento principal a industrialização. E, o último modelo implica mudanças sociais, políticas e estruturais.

Estes modelos incidem na ideologia da industrialização como motor de desenvolvimento para atingir os níveis de bem-estar alcançados pelos países ricos.

A Guiné-Bissau está em vias de desenvolvimento e é difícil atingir a curto prazo o bem-estar alcançado pelos países desenvolvidos devido às persistentes instabilidades político- militar, que viveu após a sua independência. Esta situação associada à falta de infraestruturas de base, condições sanitárias, do ensino, vias de acesso e a energia, por um lado, e por outro lado, a incapacidade de arranjar alternativas de fazer reformas agrárias (a mecanização agrícola) e transformação de pescados para aumento da produtividade (estes dois setores considerados como base da economia nacional e contribuem grandemente no PIB), como forma de garantir a segurança alimentar e combater a pobreza extrema das populações.

As prioridades nas ações governativas são outras. A maior parte das verbas (no Orçamento Geral de Estado) foram canalizadas para o setores da defesa e da segurança, que no nosso ponto de vista são improditivos.

A Guiné-Bissau tem as disponibilidades dos recursos naturais, como minerais, haliêuticos e florestais e terras aráveis, mas as políticas públicas ainda não estão voltadas para o desenvolvimento económico, social e cultural para a melhoria de condições de vida a curto e medio prazo devido à corrupção e a impunidade que reina no país.

“Pode-se qualificar de sustentável todo o processo de transformação humana ou material que garante a reprodução, sobrevivência e melhor qualidade de vida num horizonte temporal longo, pelo que também a economia terá que ser sustentável, sendo o social um dos seus atributos intrínsecos, de modo a gerir, permanentemente a inclusão” (...), “a sustentabilidade deve ser entendida nas suas múltiplas vertentes, ambiental, económica e social, atingindo um desenvolvimento social e económico e preservando os recursos naturais e culturais”. (Ramos, 2012, p.28-29).

O desenvolvimento sustentável “é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atender as suas próprias necessidades” (Brundtland, 1987, p.46).

Díaz (2002), advoga que o desenvolvimento sustentável consiste em satisfazer as necessidades presentes de todo um coletivo humano, sem pôr em risco as perspectivas das gerações futuras, ao mesmo tempo, conservam recursos e a diversidade da natureza. As bases sobre as quais assenta são de caráter ecológico, socio cultural e económico.

A promoção de qualquer tipo de desenvolvimento sustentável exige uma adaptação ao nosso modelo de sociedade, através do Estado na criação de leis e instrumentos de regulação. ”*O desenvolvimento sustentável é um processo dinâmico que procura ir ao encontro das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras, satisfazer as suas próprias necessidades*” (Almeida, 2007, p.48-50). O autor acrescenta ainda que o desenvolvimento sustentável procura justamente encetar passos, que garantam a justiça entre as gerações, através da integração das políticas ambientais e as das estratégias de desenvolvimento.

Contrariamente a estas opiniões, Diegues (1992) veio a demonstrar as contradições entre diferentes autores sobre o conceito de desenvolvimento sustentável proposto no relatório de Brundtland.

O autor, apoiando nas ideias do Redclift (1987), afirma que o relatório de Brundtland “*ignora as relações de forças internacionais, os interesses dos países industrializados em dificultar o acesso dos países do terceiro mundo a tecnologia, as relações desiguais de comércio, as contradições internas dos países em desenvolvimento, que os impedem de atingir o desenvolvimento sustentado. O relatório está mais próxima à economia neoclássica, para a qual os problemas ambientais são meras externalidades (redução de efeitos negativos da intervenções provocadas no projeto de desenvolvimento...)*” (Diegues, 1992, p.27) ”.

Daí que é indispensável pensar o desenvolvimento sustentável ao nível global sob a perspetiva da sociedade ou sociedades sustentáveis, onde, por um lado, cada uma das sociedades possa estruturar o seu termo de sustentabilidade, segundo as suas tradições culturais, parâmetros e a sua composição étnica. E, por outro lado, possibilita a cada uma delas definir os seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir da sua cultura, do seu desenvolvimento histórico e do seu ambiente natural.

2.2. Marketing Ambiental e Marketing Social

Devido aos debates supracitados sobre as temáticas ambientais e desenvolvimento sustentável a nível mundial e regionais no século passado e, até ao presente, relativamente ao esgotamento de recursos naturais, motivaram as empresas e as entidades do estado, as organizações não-governamentais, e a sociedade em geral a preocuparem-se com o futuro do planeta.

Desta forma, as empresas estão a mudar em todas as fases de processos produtivos de bens (produtos/serviços) a oferecerem no mercado (produção, embalagem, transporte

e até a comercialização), levando sempre em conta as preocupações com os aspetos da conservação e preservação ambiental.

Nesta área do marketing, segundo Carneiro (2010), alguns nomes do marketing vêm sendo utilizados, nomeadamente marketing ambiental, marketing ecológico, ou eco marketing, que basicamente designam a mesma definição, propondo como a modificação de produtos e processo produtivo das empresas no que concerne aos danos que possam causar no ambiente. Assim sendo, as empresas diferem umas das outras nas formas de produzir (produtos/serviços) ecologicamente corretos para criar vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes, permitindo, desta forma, que os consumidores analisem quais delas são eticamente mais corretos em relação ao ambiente, ou seja, os produtos, que têm menos impactos sobre o meio ambiente.

Para Simões *et. al.* (2009, p.30), *“marketing ambiental consiste numa área que visa detetar as necessidades de consumidores, ecologicamente consciente, e contribuir para a criação de uma sociedade sustentável, desenvolvendo produtos e serviços direcionados a um segmento específico, que valoriza e consome produtos ecologicamente corretos”*.

As práticas de marketing ambiental, segundo Dias (2007), têm como objetivo a satisfação das necessidades dos atuais consumidores sem comprometer a capacidade de satisfazer às gerações futuras. O autor destacou como principais funções do marketing ambiental as seguintes:

”informando os consumidores sobre temas ambientais e o processo ecológico envolvido nos processos produtivos;

“educativa, através do processo informativo, as pessoas adquirem maior conhecimento dos processos ecológicos, que poderão utilizar no seu cotidiano e posicionar-se melhor como cidadãos envolvidos na proteção ambiental”;

“educar através do processo informativo, as pessoas adquirem maior conhecimento dos processos ecológicos, que poderão utilizar no seu quotidiano e posicionar-se melhor como cidadão envolvido na proteção ambiental”;

“estimular as ações benéficas para o meio ambiente, tais como, adoção a destinação seletiva de lixo, separando o material reciclado”;

“modificar os comportamentos prejudiciais ao meio ambiente, como desperdício de água e de energia e, por ultimo, modificar os valores da sociedade para aqueles que contemplem maior respeito ao meio ambiente natural, por exemplo, campanha de proteção de determinadas espécies ou de preservação das matas urbanas ou rurais”.
(Dias, 2007, p. 90-91).

Entendemos pois que, uma das tarefas do marketing ambiental é atender as necessidades dos consumidores, visando a preservação de recursos naturais e a redução de danos ambientais causados pelo processo produtivo e promover valores ambientais e ao mesmo tempo sensibilizar a população, apoiado na escolha de produto “verde” ecologicamente aceitável, por forma a poderem, nas suas práticas quotidianas, serem mais cautelosos em tudo o que pode prejudicar o meio ambiente. Poder-se-á promover com esta atitude o desenvolvimento sustentável.

Para Motta e Oliveira (2007, p.52), o marketing ecológico “*é o modo de conceber e executar a relação de troca, com a finalidade de que seja satisfatória para as partes que nela intervêm, a sociedade e o meio ambiente, mediante o desenvolvimento, valoração, distribuição e promoção por uma das partes de bens, serviços ou ideias que a outra parte necessita, de forma que, ajudando a conservação e melhoria do meio ambiente, contribuem ao desenvolvimento sustentável da economia da sociedade*”.

No âmbito do nosso trabalho de investigação iremos focalizar-nos nas estratégias de plano de ação para a comunicação na Secretaria de Estado do Ambiente (uma instituição pública), utilizando as estratégias de marketing, uma vez que, teremos como objetivo sensibilizar as populações sobre a importância da conservação e preservação das florestas na Guiné-Bissau.

Segundo Kotler e Lee (2008), o marketing visa a valorização e a satisfação do cidadão, de maneira a contribuir para que os objetivos das agências governamentais sejam compatíveis com o aumento de receitas, utilização de serviços, compra de produtos, aceitação de leis, melhoria de segurança e saúde pública, aumento de ações dos cidadãos para proteger o meio ambiente, diminuição de custo para entrega de serviços, criação de programas de apoio ao cidadão.

O plano estratégico que iremos desenvolver, vai incidir sobre os indivíduos de uma forma particular e de uma forma geral as comunidades, nos centros urbanos, nas aldeias e nas vilas da Guiné-Bissau, tratando-se de uma causa social, para além da preservação e conservação do ambiente, visto que o objetivo é construir um plano estratégico de comunicação direcionado para a sociedade em geral, no sentido de provocar mudanças de comportamentos/atitudes.

Para melhor se conseguir a alteração de comportamento/atitude das populações, será imprescindível usar as ferramentas que o marketing social nos disponibiliza.

Segundo Kotler *et. al.* (2002), o marketing social consiste na utilização dos princípios de marketing e técnicas para influenciar um público-alvo a aceitar

voluntariamente, rejeitar, modificar ou abandonar um comportamento para o benefício de indivíduos, grupos, ou a sociedade como um todo.

“O marketing social objetiva desenvolver programa para satisfação de necessidades nem sempre percebida pela comunidade (causa sociais). Essas ideias são quase sempre desarranjos sociais, gerados pela satisfação exclusiva das necessidades individuais. No entanto, trata-se também, de sensibilizar ou incentivar as pessoas a pensar para encontrar uma forma de agir face a uma questão (causa social)” (Minciotti, 1983, p.57).

Para Zenone (2006), um dos objetivos do marketing social é minimizar ou suprimir os problemas sociais, a carência da sociedade, relativamente às questões de higiene e saúde pública, educação/ ensino, transporte e ambientais, etc. Para atingir tais objetivos pode-se, igualmente, usar as teorias ou técnicas do marketing comercial/tradicional, nomeadamente a segmentação de mercado, pesquisa dos consumidores, configuração das ideias, comunicação para incentivar a troca, a fim de maximizar a reação do grupo alvo.

A abordagem do marketing social consiste na resolução de problemas sociais, assumindo-se como um possível meios de relação capaz de estabelecer comunicação entre o estado ou entidades públicas e os cidadãos (Valente, 2000). Segundo a autora, há toda a necessidade de estabelecer essa comunicação, através da metodologia adequada às políticas e estratégias do Estado, tendo em vista os interesses dos cidadãos em torno do marketing social.

Embora, estamos consciente que mudar hábitos, comportamentos e a mentalidade leva muito tempo mas é um desafio que temos pela frente, através da comunicação e educação ambiental, dentro e fora do ambiente escolar.

Daí que, será pertinente ser introduzido no plano de ação de comunicação e educação ambiental para sensibilizar os guineenses sobre a importância da preservação do meio ambiente, no que concerne à aceitação de ideias e adoção de novos comportamentos, relativamente ao uso irracional dos recursos florestais.

2.3. Plano de Comunicação

Para este trabalho de investigação-ação é fundamental explicitar o conceito de plano de comunicação, visto que é a ferramenta indispensável para a transmissão de conhecimento/informação, que será produzida para sensibilizar as populações da Guiné-Bissau sobre a necessidade da preservação e conservação do meio ambiente.

Nunes (2012), advoga que, o plano de comunicação é um documento estratégico, que estabelece a forma como uma organização ou empresa ou entidades públicas devem comunicar com os seus parceiros, públicos-alvo, mercado mediante os objetivos que se pretende atingir com a comunicação. Acrescenta ainda o autor que o plano de comunicação para além de ter o orçamento para a sua implementação e a forma de avaliar a sua eficácia, deve ainda incluir a mensagem, que se pretende fazer passar de forma a atingir os objetivos pretendidos, os destinatários ou públicos-alvo, que se pretende chegar com a mensagem, quem deve ser o emissor da mensagem, quais deverão ser os suportes e canais de comunicação para transmitir eficazmente a mensagem a comunicar.

Segundo Geada (2010, *in* publicitor: comunicação 360º) para desenvolver o plano de comunicação é necessário uma combinação coerente dos diferentes meios de marketing, que uma organização deve gerir tendo em conta os objetivos a serem fixados. O Autor salienta, que o processo de elaboração da estratégia passa pelas seguintes, nomeadamente:

- análise do ambiente interno e externo (análise *Swot*);
- fixação de objetivos e metas que a organização pretende atingir e, estes objetivos serão traduzidos em objetivos específicos das várias componentes do marketing ao nível de 4p's do marketing mix (produto, preço, distribuição, comunicação);
- escolha de opções estratégicas fundamentais que são alvos, segmentos e o posicionamento no mercado;
- escolha de ações prioritárias ou seja plano de operacionalização da estratégia de comunicação.

Neste sentido, é este instrumento e/ou estratégias de comunicação que iremos usar para transmitir às populações da Guiné-Bissau. O plano estratégico de comunicação elaborado, através desta investigação-ação, e que será difundido em todo o território nacional em diferentes formatos e meios de comunicação e, que terá como entidade promotora a Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável.

3. OPÇÕES METODOLOGICAS

3.1. Breve comparação entre as metodologias qualitativa e quantitativa

A educação ambiental é todo o processo empregado para preservar o património ambiental e criar modelos de desenvolvimento, com soluções limpas e sustentáveis, portanto sem mudanças sociais e/ou de comportamentos não é possível o problema de desmatamento abusivo das florestas terrestres e marítimas seja atenuado, sendo por isso

necessário construir um novo entendimento na Guiné-Bissau sobre o uso racional dos recursos florestais, uma vez que, o que se tem feito ao nível das campanhas de educação ambiental e/ou políticas de preservação e gestão ambiental não colmata a emergência que as calamidades naturais e alterações climáticas impõem.

Neste sentido, consideramos pertinente optar pela investigação-ação, uma vez que através desta poder-se-ia “*constituir como uma metodologia de investigação, impregnada de métodos críticos e donde acabam por emanar teorias sobre a atividade educativa*” (Latorre 2003, p. 32), ela ganha consistência e marcas distintivas comparativamente às outras metodologias, na medida em que se impõe como um “projeto de ação” que os professores adoptam consoante as suas necessidades face às situações educativas em concreto.

Na investigação-ação o método que pressupõe a compreensão de realidade social com vista a agir sobre ela, está ao serviço da resolução de um problema e o processo de compreensão do fenómeno serve de base à intervenção sobre a realidade visando a mudança social (Oliveira e Ferreira, 2014, *cit. in.* Gerhart e Silveira, 2009).

Acreditamos que, a melhor forma de se pesquisar é através da integração entre os métodos quantitativos e qualitativos, pois para analisar-se com fidelidade uma situação dada é necessário o uso de dados estatísticos e outros dados quantitativos, e também de análises qualitativas dos dados obtidos por meio de instrumentos quantitativos, entre outros cuidados para se evitar o *bias*, fruto da subjetividade que encerra uma pesquisa, o exemplo da subjetividade do pesquisador.

Na perspectiva de Deslaurier’s (1991), a subjetividade do pesquisador sempre está presente nas pesquisas quantitativas, o melhor procedimento a tomar é fazer um cruzamento de dados, podendo assim obter uma melhor compreensão do problema estudado.

A técnica de entrevista “*é método qualitativo, nas suas diferentes formas distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana. Corretamente valorizados, estes processos permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão ricos e matizados*” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.191-192).

Para Quivy e Campenhoudt (2008) as principais vantagens das entrevistas é o grau de profundidade dos elementos de análises recolhidos, a flexibilidade e a fraca diretiva através de depoimentos e opiniões dos entrevistados, tendo como desvantagens a própria flexibilidade e as dificuldades por parte do entrevistador de fazer análises.

À margem das entrevistas foram realizados inquéritos por questionário, “*método quantitativo, que permite colocar a um conjunto de inqueridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas estruturadas e consistentes, relativamente ao seu nível de conhecimento ou consciência de conhecimento ou de um problema ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores*” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.188).

Este método permite “*o conhecimento de comportamentos, atitudes, valores e opiniões de uma população e análises do fenómeno social relacionado com um grande número de pessoas*” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.189).

Por um lado, “*tem como vantagens a possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e, por conseguinte proceder análises de correlação, por outro lado, é um método caracterizado pela superficialidade das respostas que não permite a análise de certos processos*” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.189).

Tendo em conta, o que acima foi invocado, torna-se compreensível que o estudo do meio ambiente na Guiné – Bissau, mais concretamente o corte abusivo dos recursos das florestas se ancore numa vertente mista, ou seja qualitativa (através de entrevistas semiestruturadas), e quantitativa (através de inquérito por questionário), ou seja numa triangulação metodológica.

Tabela 1 - As principais características das abordagens quantitativas e qualitativas

Abordagem Quantitativa:	Abordagem Qualitativa:
Dedução	Indução
Explícita	Interpretação
Objetiva	Subjetiva
Pesquisas estruturadas/rígidas	Pesquisas Semiestruturadas ou não estruturadas
Mensuradas	Compreensão
Dados quantitativos (números)	Dados Qualitativos (informação)

Fonte: adaptado de Oliveira e Ferreira (2014)

Ainda no âmbito desta investigação recorreremos aos métodos de observação direta, que são “*os únicos métodos de investigação social que captam os comportamentos no momento em que eles produzem em si mesmo sem mediação de um documentos ou de um testemunho*” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.196). E, para além de conversas não formais com alguns indivíduos para a compreensão da temática, a evolução, a missão da entidade responsável pela política de conservação e gestão do ambiente e a competência do Estado, relativamente à questão em causa.

3.2. Seleção das Amostras

Na seleção e escolha de amostras no âmbito desta pesquisa utilizamos a técnica de amostragem não probabilística, onde a probabilidade de um determinado elemento pertencer à amostra não é igual à dos restantes elementos (Marôco, 2014).

3.2.1. Amostra da entrevista

Para a realização das entrevistas semiestruturadas baseamos em técnicas de amostragem de especialistas onde entrevistamos o grupo de indivíduos privilegiados que consideramos especialistas ou que têm conhecimentos sobre o tema (Marôco, 2014).

Como se vê na tabela 2, referente à caracterização dos entrevistados, num total de cinco entrevistados, quatro são do sexo masculino e um do sexo feminino, de idades compreendidas entre 43 e 62 anos.

Os nossos entrevistados são graduados nas áreas de Agronomia, (Licenciatura e Mestrado), Agro-economia (Mestrado), Geografia (Mestrado), Pedagogia e Ciências de Educação (Mestrado). Igualmente, dois representantes das ONG's (A.D. e U.I.C.N.), que trabalham no domínio da conservação e gestão do ambiente, dois são Responsáveis das duas Direções Gerais da Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável, nomeadamente o Diretor Geral do Ambiente e o Diretor Geral do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas e, uma, representado o Ministério da Educação, através da Diretora Geral do Instituto Nacional para o Desenvolvimento do Ensino.

Tabela-2 Caracterização dos entrevistados

Nº	Nome:	Sexo:	Função:	Idade:	Nível e Área de Formação	Data da Entrevista e hora:	Local de Entrevista:
1	Tumane Camará	M	Secretário Executivo da ONG, A.D.	48	Licenciatura em Agronomia	31/03/2015 16:33	Bissau
2	Nelson Gomes Dias	M	Chefe de Programa da UICN	55	Mestrado em Agroecologia	26/03/2015 15:43	Bissau
3	Seco Cassamá	M	Diretor Geral do Ambiente	60	Mestrado em Agronomia	01/04/2015 12:22	Bissau
4	Alfredo Simão da Silva	M	Diretor Geral do IBAP	57	Mestrado em Geografia	23/03/2015 10:00	Bissau
5	Maria de Fátima da Silva de Oliveira	F	Diretora Geral do INDE	62	Mestrado em Pedagogia e Ciências de Educação	23/03/2015 12:23	Bissau

3.2.2. Amostra do Inquérito

A margem das entrevistas, utilizamos métodos de amostragem não probabilístico e/ou por conveniência. Segundo Marôco (2014) neste tipo de amostra os elementos são selecionados pela sua conveniência, de forma voluntária, ou acidentalmente.

O inquérito em papel foi realizado em Bissau, capital da Guiné-Bissau, e decorreu de 13 de Março a 10 de Abril de 2015.

Neste âmbito foram inquiridos 101 indivíduos entre os quais 100 repostas foram validadas e uma ausente, ou seja, uma resposta não validada.

3.3. Processo de recolha de dados

Para a obtenção de dados recorreremos aos métodos de recolhas de dados primários, através das entrevistas semiestruturadas e inquérito por questionário.

“Os dados primários são as informações que o investigador obtém diretamente através de conceção e aplicação de inquérito, planeamento e condução de entrevistas e em estudos baseados na observação” (Sousa e Baptista, 2011, p.71).

Igualmente, utilizamos a técnica de recolha de dados secundários para termos acesso às informações trabalhadas por terceiros, através de análises documentais, bibliográficas, consultas na internet, revisão literatura, relativamente ao tema ligando educação ambiental, desenvolvimento sustentável, estratégias de marketing e plano de comunicação e, outros documentos cujos temas são ligados à Guiné-Bissau.

Relativamente, às entrevistas, as questões foram selecionadas de acordo com a especificidade de cada entrevistado e das instituições onde trabalham. Todas as entrevistas foram gravadas e os conteúdos foram transcritos.

As entrevistas foram semiestruturadas e ministradas mediante o guião (ver o anexo 1), utilizamos a técnica de funil ou seja, partindo do geral para o particular, com o objetivo de compreender numa primeira fase, a situação e/ou estado do ambiente, a importância da floresta, as práticas nocivas mais frequentes na floresta, as medidas e/ou soluções para a preservação e, na segunda fase inteiramos do contexto da Comunicação e Educação ambiental, nomeadamente do processo de implementação na Guiné-Bissau no âmbito escolar, no âmbito não escolar, as dificuldades de implementação e a relação entre as entidades, as ONGS, o Estado e as comunidades neste processo como se vê no anexo 2 a transcrição das entrevistas.

“O inquérito por questionários visa obter de maneira sistemática e ordenada informações sobre determinada população a investigar sobre aquilo que fazem, pensam,

opinam sentem aprovam ou desaprovam, os motivos dos seus atos (Oliveira e Ferreira, 2014) ”.

O Inquérito foi mediado através da ferramenta de criação de questionários no “Google Drive” que foi posteriormente impresso e distribuído aos inquiridos em Bissau, contém 15 perguntas das quais 14 são fechadas e uma aberta e divididas em três partes, relativamente aos dados sociodemográficos, a situação do meio ambiente, a floresta e a educação ambiental na Guiné-Bissau (ver o anexo 5).

3.4. Escala de Medidas

A medição recorre ao uso de escala que, dependendo da natureza das variáveis, podem ser de um dos quatros tipos principais de escalas de medidas, nomeadamente nominal, ordinal, intervalo ou de razão.

“A avaliação de características no seio de uma população pode ser obtida à custa da medição de variáveis pretendidas. A medição, por seu lado, recorre ao uso de escala que dependendo da natureza das variáveis que chamamos escala de medida” (Pereira e Patrício, 2013, p.232).

Tabela 3 - Escala de medidas

Escala	Características	Exemplos de variáveis	Estatísticas possíveis
Nominal	Classificação de elementos da população	Sexo	Frequência, media, percentagem
Ordinal	Ordenação de caraterísticas e posição entre indivíduos	Formação académica, atitudes, opiniões	Media, desvio de padrão, frequência
Intervalo	Comparação intervalos	Conhecimento sobre opinião	Media, desvio de padrão, frequência, analise fatorial
Razão	Calcular a diferença	Idade	Media, desvio de padrão, frequência

Fonte: adaptado de Pereira e Patrício (2013)

Para esta pesquisa utilizamos segundo, Pereira e Patrício (2013) a escala nominal para a classificação de grupos de inquiridos masculinos e dos inquiridos femininos, por

exemplo, o sexo. A escala ordinal para medir se atitudes, opiniões dos inquiridos e indicar as suas posições relativas entre elementos, como por exemplo, as suas habilitações literárias, área de formação, a ocupação.

A escala de razão que, para além de classificar e ordenar os elementos, é possível calcular diferença e quociente entre os valores da escala. Esta escala é utilizada para medir as características que possuam um zero absoluto e, as variáveis em que o zero corresponda a não existência da característica em estudo por exemplo, a idade dos inquiridos (Pereira e Patrício, 2013).

A escala Linkert do nível cinco para os respondentes através de perguntas fechadas a indicarem o grau de concordância ou de discordância e/ou de importância (positiva ou negativa) a cada uma das series de afirmação como se pode ver nas perguntas 6 a 10 do questionário.

Tabela 4 - Escala de Linkert

Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo Nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante	Extremamente Importante
1	2	3	4	5

Os dados obtidos dos inquéritos foram tratados através de ferramenta de análise de dados quantitativos (SPSS).

3.5. Análise e discussão dos resultados

3.5.1 Caracterização da amostra

A maioria dos indivíduos que respondem a este inquérito pertencem ao grupo de pessoas do sexo masculino, representando 78,0% e, os do sexo feminino, com 22,0%, como ilustra a tabela 5.

Tabela 5 - Frequências absolutas das respostas sobre o sexo dos inquiridos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Feminino	22	21.8	22.0	22.0
	Masculino	78	77.2	78.0	100.0
	Total	100	99.0	100.0	
Ausente	Sistema	1	1.0		
Total		101	100.0		

No que se refere às idades dos inqueridos, cerca de 29,0% das pessoas que colaboraram neste inquérito estão no grupo de 30 a 35 anos, seguido dos que pertencem ao grupo de 35 a 40 anos, com 20,0%.

Os que pertencem ao grupo de 25 a 30 anos e os que têm mais de 50 anos ficam no terceiro e quarto grupos de indivíduos que mais responderam ao inquérito, com cerca de 15, 8% e 14,9% respetivamente.

O grupo de indivíduos entre 40 a 45 anos e 45 a 50 anos de idade têm pouca participação, representando cerca de 12,0% e 6,0%, respetivamente. Os inquiridos entre 21 a 25 anos e 15 a 20 anos têm pouca expressão, com 1,0% cada, como estão representados a seguir na tabela 6.

Tabela 6 - Frequências absolutas das respostas sobre a idade dos inquiridos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	entre 15 a 20 anos	1	1,0	1,0	1,0
	21 a 25	1	1,0	1,0	2,0
	25 a 30	16	15,8	16,0	18,0
	30 a 35	29	28,7	29,0	47,0
	35 a 40	20	19,8	20,0	67,0
	40 a 45	12	11,9	12,0	79,0
	45 a 50	6	5,9	6,0	85,0
	mais do que 50	15	14,9	15,0	100,0
	Total	100	99,0	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,0		
Total		101	100,0		

Num total de 100 indivíduos que responderam ao inquérito, cerca de 94,0% dizem que já ouviram falar da educação ambiental e 6,0% afirmam que não ouviram falar.

Tabela 7 - Frequência Absolutas das respostas dos inquiridos que já ouviram falar da EA.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	94	93.1	94.0	94.0
	Não	6	5.9	6.0	100.0
	Total	100	99.0	100.0	
Ausente	Sistema	1	1.0		
Total		101	100.0		

O grupo de indivíduos com idade entre 30 a 35 anos são os que mais ouviram falar da educação ambiental, representado cerca de 96,6% dos inquiridos, os que dizem que não ouviram falar representam 3,4% dos que responderam ao inquérito com a mesma idade. Os que têm entre 35 a 40 anos de idade num total de 20 indivíduos, 18 inquiridos afirmam que já ouviram falar da educação ambiental, representando 90,0% e 10% dos inquiridos dizem que não ouviram falar. 100,0% dos inquiridos de entre 21 a 25 anos afirmam que já ouviram falar da educação ambiental (ver a tabela 2.1. em anexo 6).

Relativamente à habilitação literária dos inquiridos, a maioria tem licenciatura (40%), a seguir estão os que têm curso médio/técnico profissional (31,%), os que têm grau de Mestrado, os com Décimo Segundo Ano e o Bacharelato representam 21,0%, 6,0% e 2,0 % como se vê na tabela 8 a seguir.

Tabela 8- Frequências absolutas das respostas sobre habilitação literária dos inquiridos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	12º ano	6	5,9	6,0	6,0
	Curso médio/técnico profissional	31	30,7	31,0	37,0
	Bacharelato	2	2,0	2,0	39,0
	Licenciatura	40	39,6	40,0	79,0
	Mestrado	21	20,8	21,0	100,0
	Total	100	99,0	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,0		
Total		101	100,0		

Entre os que já ouviram falar da educação ambiental, cerca de 100,0% de indivíduos fizeram Mestrado e Bacharelato, a seguir estão os que fizeram curso medio/ técnico profissional com 96,8%, os que responderam com grau de licenciatura (90,0%) e os que têm décimo segundo ano de escolaridade (83%) dizem que já ouviram falar da educação ambiental (ver a tabela 2.2. em anexo 7).

3.5.2. As consequências da degradação da Floresta

Ao longo dos tempos, na Guiné-Bissau, as longas extensões de florestas típicas de cada região vêm sendo destruídas, o que tem tido graves consequências, provocando a

perda da Biodiversidade devido a perda de habitat; os solos pobres em nutrientes e pouco produtivo; a diminuição de chuva e aumento da temperatura; a perda da biodiversidade nas regiões adjacentes; a desertificação; e a fuga e/ou desaparecimentos de espécies de animais e plantas. Mediante estas questões apresentamos a tabela 9 para analisar os resultados dos inquiridos, relativamente às opiniões dos indivíduos sobre esta problemática.

Tabela 9 - Frequências Absolutas das respostas sobre as consequências da degradação da Floresta

Q	Questões/Variáveis	1	2	3	4	5	Méd.	Dp
6.1.	Perda de Biodiversidade devido à perda de habitats	9,0	5,0	11,0	43,0	32,0	3.84	1.195
6.2	Solos pobres em nutrientes e, por isso pouco produtivos.	17,0	21,0	18,0	29,0	15,0	3.04	1.340
6.3	Diminuição de chuva e aumento da temperatura	6,0	4,0	12,0	44,0	34,0	3.96	1.082
6.4	Perda da biodiversidade nas regiões adjacentes	6,0	13,0	18,0	52,0	17,0	3.67	1.035
6.5	Desertificação.	4,0	10,0	12,0	51,0	23,0	3.79	1.038
6.6	Fuga e/ou desaparecimentos de espécies de animais e plantas.	5,0	5,0	6,0	42,0	42,0	4,11	1.063

Escala de avaliação: 1-Discordo Totalmente; 2-Discordo; 3-Não Discordo Nem Concordo; 4-Concordo; 5-Concordo Totalmente; Méd- Média; DP- Desvio do Padrão.

“Observa-se uma clara diminuição das formações vegetais em termos quantitativos e qualitativos quase em todas as regiões do país. As causas dessa redução são várias entre as quais podemos citar as queimadas para a agricultura itinerante, a exploração madeireira para fins comerciais, o aparecimento de novos núcleos populacionais nas zonas de grandes maciços florestais em busca de novas terras para a agricultura e a conquista de novas áreas do mangal para a orizicultura de bolanha salgada...” (MDRARNA, S/D, p. 15).

No que concerne a biodiversidade nas florestas da Guiné-Bissau, o quadro acima evidencia-nos de que a maioria dos inquiridos concordam que a destruição das florestas tem contribuído para a redução da biodiversidade existente em todo o território nacional (43,0% dos inquiridos concordam com a redução da biodiversidade através da desflorestação, 32,0%, acreditam totalmente na redução da biodiversidade pelo uso abusivo da exploração dos recursos florestais).

“Existe uma interligação muito grande entre o clima, o solo e a vegetação. Em condições naturais a produtividade do solo depende sobretudo dos minerais subjacentes a sua formação, da humidade, dos microrganismos e da vegetação que sobre ela desenvolve. O potencial produtivo destes recursos, sobretudo considerando a forma arcaica e tradicional do seu aproveitamento, dependem em grande parte dos fatores climáticos e em especial do volume, regularidade e distribuição da pluviometria” (Said et. al., S/D, p. 35).

Os solos das florestas da Guiné-Bissau têm perdido qualidade produtiva, visto que a desflorestação e o mau uso de todos os componentes florestais têm reduzidos os nutrientes dos solos, que por sua vez podem contribuir significativamente para o insucesso da prática agrícola (29,0% e 15,0%, concordam que o mau uso das florestas tem tido efeitos nefastos no que se diz respeito a uma boa rentabilidade dos solos para cultivos), como explica a tabela 9.

O clima na Guiné-Bissau tem sofrido alterações significativas, com a época das chuvas a reduzir drasticamente e a temperatura a aumentar significativamente. Este facto tem a ver com a desflorestação que tem aumentado de ano para ano, devastando hectares e hectares das nossas florestas, reduzindo assim a quantidade de chuvas anualmente (44,0% e 34,0% dos inquiridos concordam que a destruição das nossas florestas tem prejudicado gravemente o clima em todos os sentidos).

Nas regiões adjacentes às florestas, nota-se que existe perda da biodiversidade que outrora existia. Essa perda da biodiversidade nessas zonas só foi possível pelo mau uso do Homem aos recursos existentes nas florestas (52,0% e 17,0% dos inquiridos afirmam que as áreas adjacentes das florestas perderam a biodiversidade devido ao usos abusivo dos recursos das florestais).

Nos últimos dois anos com o golpe de estado de 12 de Abril 2012 a 2014 instaurou-se o governo de transição (regime militar) e foram concedidas licenças de exploração de abate de árvores para exportação, o que poderá ter consequências nefastas no que diz respeito à perda da biodiversidade e ao aparecimento de zonas desérticas (51,0% dos inqueridos afirmam que a desflorestação poderá contribuir para a desertificação do país).

Se a exploração desenfreada dos recursos das nossas florestas se mantiver o país tenderá no futuro a ter zonas numa situação de deserto com solos pobres, perda da biodiversidade, aumento da temperatura media anual e redução drástica do índice pluviométrico.

No que se diz respeito ao abate das árvores tem-se notado que o “pau de bissilão e pau de conta” são árvores que outrora eram abundantes e neste momento já se considera que é necessário a replantação dessas espécies de árvores, visto que os madeireiros têm abatido em quantidades, devido ao seu valor no mercado imobiliário e mobiliário (42,0% dos inqueridos afirmaram que há redução de algumas espécies de animais e plantas nas nossas matas). O uso sem controlo dos recursos das florestas nos últimos anos, com a emissão de licenças de corte de árvores considerados por muitos, superior às quotas anuais, tem contribuído em muito para a redução de algumas espécies de animais (caça desenfreada, como é o caso de algumas espécies de mamíferos, por exemplo macaco, gazela, hipopótamo, elefante) que já se encontram praticamente extintas visto que são tidas como alimentos em algumas regiões do país.

3.5.3. As práticas nefastas à floresta

Tendo em conta as necessidades (o corte e comercialização de madeiras; o corte para extração de lenha e carvão; o corte e queimada para procura de novos campos agrícolas e áreas de pastagem e o corte para construção de novas estradas e habitações) de sobrevivência da população, e de acordo com as respostas dos nossos inqueridos, algumas atividades para suprir tais necessidades têm contribuído na degradação das florestas como se vê na tabela 10 a seguir.

Tabela 10 - Frequências absolutas das respostas sobre as práticas nefastas à floresta

Q	Questões/Variáveis	1	2	3	4	5	Méd	Dp
7.1	Corte e comercialização de madeiras	3,0	1,0	4,0	29,0	63,0	4.48	.870
7.2	Corte para extração de lenha e carvão	3,0	3,0	15,0	58,0	21,0	3.91	.866
7.3	Corte e queimada para a procura de novos campos agrícolas e áreas de pastagem.	2,0	10,0	14,0	56,0	18,0	3.78	.927
7.4	Corte para construção de novas estradas e habitações	12,0	18,0	30,0	34,0	6,0	3.04	.1.118

Escala de avaliação: 1-Discordo Totalmente; 2-Discordo; 3-Não Discordo Nem Concordo; 4-Concordo; 5-Concordo Totalmente; Méd- Média ; DP- Desvio do Padrão.

O corte abusivo das árvores para diversos fins económicos, dada a elevada qualidade de madeira nacional no mercado doméstico e internacional, tem influenciado em muito na exploração sem medida desse recurso da floresta para comercialização, como

ilustra o quadro acima: 63,0% e 29,0% dos inqueridos concordam que essa atividade contribui nefastamente para a degradação das florestas.

A escassez da energia elétrica convencional constitui um dos entraves para o desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau. Essa carência, associada ao crescimento das populações tem vindo a afetar gravemente as nossas florestas.

Os combustíveis lenhosos (sob forma de lenha e carvão) fornecem cerca de 90% da energia consumida no país. Atualmente as formações florestais do país sofrem uma forte pressão devido à procura crescente e ao aumento demográfico sobretudo nos meios rurais que dependem fortemente das energias tradicionais (85 a 95% da população utiliza o carvão e a lenha para cozinhar) (SEAT, 2010).

A maioria da população utiliza a lenha e carvão (para culinária e outros fins domésticos). Este corte de árvores para fins domésticos (carvão e lenha) contribuem também para a redução da biodiversidade, embora as quantidades extraídas são menores, relativamente àquelas (corte) que são efetuadas pelos madeireiros para fins comerciais e económicos (58,0% e 21,0% inquiridos afirmam que o corte de árvores para o uso doméstico tem contribuído para a redução da floresta na Guiné-Bissau).

“ A degradação desta formação vegetal está relacionada com o ciclo de “pam-pam”, na qual, através das queimadas periódicas, se põem em causa a sua regeneração, sobretudo, atrasando o seu ritmo de crescimento...” (MDRARNA, S/D, p. 17).

Para Da Costa et.al. (2009) os principais estrangulamento com efeitos nas nossas faunas terrestres são os fatores antrópicos relacionados com as desmatações descontroladas, a sobre pastagem, as queimadas, a sobre-exploração de essências florestais comerciais associada à destruição de habitat pela necessidade de abertura de vias de acesso às zonas de corte e para o transporte das mesmas.

A Guiné-Bissau é um país com grandes potencialidades agrícolas e de pecuária, pelo que a agropecuária pela necessidade constante, a atividade queimada de grandes hectares de terras para a sua prática, o abate das árvores para novos campos agrícolas e de pastagem têm contribuído em muito para a deflorestação para os fins acima referidos, danificando assim, todos os ecossistemas existentes no interior e no exterior das florestas (56,0% dos inquiridos afirmam que a agropecuária tem a sua “quota parte de culpa” na destruição das florestas), como está citado na tabela 10.

A qualidade de vida que se propõe nos dias de hoje na Guiné-Bissau tem um custo ambiental tal que para se construir novas vias rodoviárias e novas urbanizações é quase impossível fazê-lo sem a desmatção.

Essa desmatagem para urbanização e construção de novas moradias habitacionais tem elevado os números de hectares de terras e árvores a serem destruídas para os fins urbanístico e imobiliário (34,0% dos inquiridos concordam que o corte de árvores para a urbanização contribui para a redução das nossas áreas florestais).

3.5.4. As responsabilidades das entidades pela degradação das florestas

Apesar de que o país dispõe de algumas leis para fazer face a esta situação, a corrupção e a impunidade vigente têm contribuído para a falta de responsabilização de alguns indivíduos e responsáveis das instituições públicas e privadas pela degradação da floresta. Contudo, os nossos inquiridos têm consciência clara sobre as entidades e profissionais que mais contribuem para a degradação das florestas na Guiné-Bissau como ilustra a tabela 11.

Tabela 11 - Frequências absolutas das respostas sobre as responsabilidades das entidades pela degradação das florestas

Q	Questões/Variáveis	1	2	3	4	5	Méd	Dp
8.1	População	8,0	21,0	17,0	48,0	6,0	3.23	1.100
8.2	ONG's	14,0	50,0	23,0	10,0	3,0	2.38	.951
8.3	Madeiros	2,0	7,0	12,0	41,0	38,0	4.06	.983
8.4	Agricultores	4,0	19,0	34,0	36,0	7,0	3.23	.969
8.5	Criadores de Gado / pastores	13,0	27,0	35,0	20,0	5,0	2.77	1.072
8.6	Caçadores	12,0	24,0	36,0	24,0	4,0	2.84	1.051
8.7	Estado (instituições ligadas à emissão de licença para corte de madeira)	4,0	2,0	6,0	36,0	52,0	4.30	.969
8.8	Setor privado (empresas ligadas à comercialização e exportação de madeiras)	3,0	6,0	10,0	36,0	45,0	4.14	1.025

Escala de avaliação: 1-Discordo Totalmente; 2-Discordo; 3-Nem Discordo Nem Concorde; 4-Concorde; 5-Concorde Totalmente; Méd- Média; DP- Desvio do Padrão.

A maioria da população vive à base de recursos que a floresta lhe disponibiliza. As atividades das populações, sobretudo as que vivem nas zonas rurais e nas periferias, relativamente à utilização irracional dos recursos da floresta para garantir a segurança alimentar e bem-estar contribuem em parte para a degradação da floresta na Guiné-Bissau (48,0% dos inquiridos concordam que as práticas nefastas, ou seja o mau uso dos recursos da floresta por parte das populações, têm afetado os ecossistemas existentes).

Na Guiné-Bissau as ONG's jogam um papel importante junto das nossas populações, sobretudo as que trabalham no domínio da preservação e conservação do ambiente, apoiando as iniciativas locais das populações rurais e urbanas.

No que se refere às responsabilidades das ONG's na degradação das florestas, a maioria dos respondentes do inquérito rejeitaram essa possibilidade como ilustra a tabela 11 (50,0% dos respondentes do inquérito discordam que as ONG's tenham responsabilidades na degradação da floresta na Guiné-Bissau).

O elevado índice de desemprego, a pobreza generalizada, a incapacidade do Estado na vigilância interna das nossas florestas e controlo das fronteiras têm fomentado a proliferação de madeireiros clandestinos na Guiné-Bissau, que de forma irracional abusam da fragilidade do Estado, degradando as florestas para criarem as riquezas através de corte de árvores para comercialização de madeiras.

Os resultados dos inquéritos mostram que os madeireiros têm as suas responsabilidades na degradação dos ecossistemas florestais como está supracitado no quadro (41,0 % dos inqueridos concordam que os madeireiros são em parte responsáveis pela degradação das florestais na Guiné-Bissau).

As práticas de agricultura itinerante, ou seja tradicional, têm vindo a contribuir grandemente na degradação das florestas. Na Guiné-Bissau podemos considerar que é uma técnica de produção agrícola de baixo custo que é prejudicial à floresta.

Essa prática está associada à desmatação e queimadas de hectares de florestas para a preparação de campos agrícolas que qualquer agricultor pobre pode fazer sem a utilização de grande recurso. Para tal, 36,0% dos respondentes do inquérito concordam e 34,0% não concordam nem discordam que os agricultores têm responsabilidades na degradação das florestas na Guiné-Bissau.

No que se refere às atividades de pecuária, ou seja de pastagem, fazem-se sem controlo, e na Guiné-Bissau essas atividades ainda não estão organizados em fazendas ou quintas, como por exemplo no Brasil ou em Portugal, onde o criador de gado tem uma quinta para a produção animal (carne, leite, queijo, etc..).

As atividades de pastagem nas zonas rurais têm vindo a causar conflitos entre os pastores e agricultores no que se refere à escassez de água e alimentos (ervas) sobretudo no período da seca. Muitas vezes os itinerários percorridos pelos pastores com os seus gados destroem as culturas na procura de zonas propícias, ou seja, zonas de coberto vegetal para pastagem.

No entanto, embora de uma forma geral degrada o ambiente através dos dejetos de animais, contribuem para emissões de gases com efeito de estufa (metano) na atmosfera. E, a nível das florestas, essas práticas não são suficientes para responsabilizarem os criadores de gados pela degradação das florestas como está citado no quadro acima (27,0% ou seja, a maioria dos inquiridos discordam que os criadores de gado sejam responsáveis pela degradação de florestas na Guiné-Bissau e 35,0% não concordam e nem discordam dessa possibilidade).

A Guiné-Bissau tem um potencial faunístico rico e diversificado, a pressão sobre a caça faz com que algumas espécies e animais e plantas estejam em vias de extinção, como por exemplo os animais mamíferos, devido às atividades de caça descontrolada, associadas às queimadas de habitats dos animais.

Essas atividades de caça para fins de subsistência da população, através da comercialização no mercado interno para aquisição de outros bens alimentares, supostamente têm aumentando o número de caçadores clandestinos na Guiné-Bissau.

Embora os resultados dos inquéritos mostrem que há uma similitude nas respostas entre os grupos de indivíduos que concordam e os que não concordam que, os caçadores são responsáveis pela degradação das florestas (36,0% dos respondentes não concordam e nem discordam que os caçadores sejam responsáveis pela degradação dos ecossistema florestais, 24,0% concordam e 24,0% dizem não concordar).

A responsabilidade do Estado e/ou seja da Direção Geral das Florestas na gestão dos recursos da floresta é aquilo que está plasmado na lei nº 5/2011 deste setor que é de conceber a política, executar, regulamentar e fiscalizar as atividades ligados ao uso dos recursos existentes, visando a promoção e gestão durável dos recursos florestais tendo em vista o desenvolvimento socioeconómico, cultural e a proteção do ambiente.

Entre 2012 a 2014 essa atribuição vem sendo posta em causa dada a situação da instabilidade político-militar que o país deparou, onde o poder militar se sobrepõe ao poder político e a ausência de implementação de leis era evidente.

O setor da floresta neste período foi utilizado pelo “ Governo de Transição” para obtenção de receitas sem analisar às questões ambientais, a emissão de licenças de exploração dos recursos florestais sobretudo de madeira e cibes foi feita sem planos de corte, obrigando dessa forma à sobre exploração dos recursos e degradação das florestas como indica a tabela 11 acima (52,0% dos inquiridos concordam totalmente que, o Estado é responsável pela degradação das floretas na Guiné-Bissau).

A crise política, económica e financeira que o país viveu nos últimos dois anos, supostamente as empresas que comercializam madeiras em conviência com alguns indivíduos aliciaram os responsáveis políticos e militares, envolveram-se no processo de exploração de madeiras em toros para exportação em grandes quantidades para o mercado internacional, contribuindo grandemente na degradação das florestas (45,0% concordam totalmente e 36,0% concordam que, as empresas ligadas à comercialização e exportação de madeiras indiretamente são responsáveis pela degradação das florestas na Guiné-Bissau).

3.5.5. A Importância da Preservação da Floresta

A floresta tem o seu valor económico e ambiental, a questão que se coloca é como equilibrar estes dois valores tendo em vista o uso sustentável dos recursos existentes nas florestas. Para analisar estes dois valores propomos aos nossos inquiridos fazerem uma avaliação e darem as suas opiniões sobre as variáveis na tabela 12.

Tabela 12- Frequências absolutas das respostas sobre a importância da preservação da floresta

Q	Questões/Variáveis	1	2	3	4	5	Méd	Dp
9.1	Aumento de qualidade de ar respirável	1,0	3,0	12,0	23,0	61,0	4.40	.888
9.2	Permite manter o clima da terra relativamente ameno		3,0	30,0	38,0	29,0	3.93	.844
9.3	Manutenção de Habitat (fauna e flora)	1.0	2.0	9,0	34,0	54,0	4.38	.814
9.4	Aumento da produtividade de terras		4.0	24,	37,0	35,0	4.03	.870
9.5	Potenciar o turismo ecológico	1.0	3.0	22,0	45,0	29,0	3.98	.853
9.6	Absorção de enormes gases com efeito de estufas libertadas para atmosfera	2,0	6,0	22,0	29,0	41,0	4.01	1.030

Escala de avaliação: 1- Nada Importante; 2- Pouco Importante; 3- Importante; 4.Muito Importante; 5-Extremamente Importante; Méd- Média; DP- Desvio do Padrão.

Os problemas ambientais devem ser encarados por todos os integrantes do planeta terra pelo que a conservação e preservação da floresta têm uma grande importância sobretudo, na sequestração do carbono e de outros gases nefastos libertados para a atmosfera a nível local e global (60,4% dos respondentes do inquérito consideram extremamente importante a função que a floresta desempenha na manutenção de qualidade de ar respirável na Guiné-Bissau e no mundo).

No que se refere à manutenção do clima ameno, a preservação e conservação da floresta é uma das formas de mitigação de efeitos das mudanças climáticas e de outras

catástrofes naturais a nível local e global (38,0% dos inquiridos consideram muito importante que a preservação e conservação da floresta têm contribuído na manutenção do clima relativamente ameno na Guiné-Bissau e no mundo).

As gerações futuras só terão acesso aos recursos da floresta, caso esses recursos sejam bem conservadas pelas atuais gerações.

A manutenção dos habitats de animais e plantas só é possível mediante a proteção e conservação da floresta. Nesta ótica, 54,0% dos inquiridos consideram de extremamente importante a proteção e conservação da floresta para a manutenção de habitats de fauna e flora na Guiné- Bissau.

Segundo Da Costa *et. al.* (2009), a Guiné-Bissau, um país essencialmente agrícola, dispõe de um potencial agrário estimado em 1,2 milhões de hectares de recursos de terra arável, 2 milhões de hectares de zonas de florestais... Este setor contribui com cerca de 45% do PIB (agricultura 74%, pecuária 16% e floresta 10%).

Esta advertência sobre a importância do sector agrário para a economia nacional e o lugar de destaque que, os recursos florestais ocupam na vida sócio-económica das populações, pelos produtos e benefícios que proporcionam, assim como consequência que derivam da sua exploração. Perante esta situação, ou seja, associando a pecuária e a floresta no sistema agrário e ao aumento da produção (cerca de 37,0% dos inqueridos consideram que é muito importante a conservação da floresta para o aumento da produtividade de terras agrícolas).

Entretanto, o turismo ecológico pode constituir um meio para angariar receitas para o Estado da Guiné-Bissau.

O país tem potencialidades e é rico em biodiversidade (extensa área florestal, espécies de animais, plantas, linda paisagem) para atrair o investimento turístico. Daí a necessidade de proteção e conservação das florestas para atrair e potenciar o turismo ecológico como consideram 45,0% dos inquiridos.

Ainda, a floresta tem desempenhado varias funções, sendo uma delas a mitigação dos gases de efeito de estufa libertados para a atmosfera em diferentes contextos e formas. Pelo que 41,0% dos inquiridos consideram de extremamente importante o papel da floresta na absorção dos GEE.

3.5.6. As medidas de preservação e conservação da floresta

Algumas medidas de urgência devem ser adotados pelo Estado no sentido de preservação e conservação da floresta na Guiné-Bissau. Estas medidas passam pela

criação de imposto verde para atividade de reflorestação; regulamentação da atividade de produção de carvão e lenha; criação de quota anual de corte de madeiras; regulamentação da atividade da caça; aumento da atividade de vigilância e de controlo a nível das fronteiras; controlo de incendio e/ou queimada das florestas e campanha de repovoamento das essências florestais consideradas em vias de extinção.

A propósito destas, auscultamos as opiniões dos nossos inquiridos sobre o grau de concordância em relação a essas medidas e seu contributo na preservação e conservação da floresta como ilustra a tabela 13.

Tabela 13 - Frequências absolutas das respostas sobre as medidas de preservação e conservação da floresta

Q	Questões/Variáveis	1	2	3	4	5	Méd	Dp
10.1	Impostos verdes (para a atividades de reflorestação)	0,0	7,09	12,0	47,0	34,0	4.08	.861
10.2	Regulamentação de atividades de produção de lenha e carvão	1,0	6,0	5,0	46,0	42,0	4.22	.871
10.3	Criação de quota anual de corte de madeiras	1,0	9,0	8,0	42,0	40,0	4.11	.963
10.4	Regulamentação da atividade de caça tendo em vista a criação de época de caça	1,0	3,0	9,0	42,0	45,0	4.27	.827
10.5	Aumento de atividade de controlo e de vigilância das florestas a nível das nossas fronteiras	0,0	2,0	3,0	25,0	70,0	4.63	.646
10.6	Controle de incendio/queimadas das florestas	0,0	2,0	6,0	34,0	58,0	4.48	.706
10.7	Campanha de repovoamento das florestas	1,0	2,0	2,0	22,0	73,0	4.64	.718

Escala de avaliação: 1-Discordo Totalmente; 2-Discordo; 3-Nem Discordo Nem Concordo; 4-Concordo; 5-Concordo Totalmente; Méd- Média; DP- Desvio do Padrão.

Uma das medidas para a minimizar a pressão sobre a floresta é a implementação de imposto verde na Guiné-Bissau. Aliás, 47,0% dos inquiridos concordam que essa medida para atividade da reflorestação poderá contribuir para a preservação e conservação da floresta.

A escassez da energia elétrica para fins domésticos ao longo dos tempos tem vindo a fomentar a pressão sobre os recursos da floresta (sobretudo para extração de lenha e carvão) fazendo corte de árvores para cozinha e outras necessidades.

Apesar de que a maioria da população ainda continua a necessitar de carvão vegetal e lenha para os seus lares, 46% dos inquiridos concordam que estas atividades devem ser regulamentadas como forma de minimizar a devastação das áreas florestais, como ilustra a tabela 13.

No entanto, o valor comercial de madeira tem vindo a acelerar o ritmo de corte de árvores de grande porte para extração de madeira e a sua comercialização no mercado. A falta de definição de quota anual de corte de árvores para a extração de madeira e a falta de repovoamento dessas mesmas espécies tem vindo a degradar a floresta. A este propósito, 42,0% dos nossos inquiridos concordam que a quota anual de corte de árvores para extração de madeira deve ser uma das medidas a ser adotadas pelo Estado tendo em vista a preservação e conservação da floresta na Guiné- Bissau.

A forma tradicional de caça (através de utilização de fogo) tem vindo a afetar gravemente o habitat de animais e, pondo em perigo todo o ecossistema em volta da floresta. Neste sentido, é urgente a sensibilização e regulamentar esta atividade no país, tendo em vista a criação de época e zona de caça como a maioria (45,0%) dos inquiridos concordam totalmente que esta medida deve ser adotada pelo Estado e pode contribuir para a preservação e conservação da floresta na Guiné-Bissau.

Outra medida, como aumento de atividade de controlo e de vigilância das florestas no início de cada campanha agrícola para desencorajar e impedir queimadas aleatórias para fins agrícolas e outros é ao nível das fronteiras reforçar o controlo de produtos florestais derivados das operações clandestinas (Badji *et. al.*, 2004).

As dificuldades económicas e financeiras que o país atravessa tem impossibilitado as autoridades em conseguir meios logísticos e tecnológicos para controlo e fiscalização das florestas. Mesmo assim, 58,0% dos inquiridos concordam totalmente que o aumento da atividade de controlo e de vigilância das florestas ao nível das fronteiras poderá ser uma das possibilidades e/ou forma de conservação e proteção das florestas como está supracitado no quadro.

As queimadas das florestas para diversos fins têm vindo a prejudicar gravemente todo o ecossistema em volta. *“Estabelecer o período mínimo de pousio de terra que permita tempo suficiente para a regeneração vegetal natural, tendo em vista ao restabelecimento da fertilidade natural do solo...”* (Badji *et. al.*, 2004, p. 132).

Se essa atividade continuar as futuras gerações não terão a possibilidade de beneficiar dos recursos florestais. Nesta senda, 58,0% dos inquiridos concordaram totalmente que uma das medidas a ser adotado pelo Estado é o controlo de atividade de incendio/queimada das florestas no país.

A campanha de repovoamento florestal seria uma das medidas a complementar a todas as outras, pois pode servir para mitigação dos estragos ambientais causados à floresta na Guiné-Bissau. A maioria dos inquiridos (73,0%) estão totalmente de acordo que a campanha de repovoamento florestal deve ser adotada pelo Estado.

3.5.7. Análise Fatorial

Nesta fase apresentamos o método, aplicado na segunda parte do inquérito, relativamente à questão nos pontos 6 a 10 do guião do inquérito (vide anexo 6), através de análise fatorial tendo em vista a redução de dimensão de dados sem perdas significativa de informação.

A técnica de análise estatística e exploratória de dados que tem por objetivo identificar e analisar a estrutura de um conjunto de variáveis interrelacionados entre si, de modo a construir uma escala de medidas para fatores que de alguma forma controlam as variáveis, designa-se análise fatorial (Marôco, 2014).

Entretanto, para análise destes dados utilizamos o método de análises de componentes principais (ACP) através de análise fatorial (vide a tabela 2.3. em anexo 9).

“A Análise de Componentes Principais é uma técnica de análises exploratória multivariada que transformam um conjunto de variáveis correlacionadas num conjunto menor de variáveis independentes, combinação linear das variáveis originais, designada por “componentes principais” (Marôco, 2014,p.441).

O autor acrescenta que estas componentes podem ser depois utilizadas como índice ou indicadores que resumem a informação disponível nas variáveis originais. Mas antes para fazer teste de validade de análise fatorial, relativamente a 31 itens correspondentes às questões dos pontos 6 a 10 do inquérito, através de método de fiabilidade de escala (Alpha Cronbach).

“Uma das medidas mais usadas para analisar a consistência interna de um grupo de variáveis (itens), podendo definir-se como a correlação que se espera obter entre a escala usada e outras escalas hipotéticas do mesmo universo, com igual número de itens, que meçam a mesma característica “ (Pestana e Gageiro, 2008, p.528).

Assim sendo, quanto maior for a correlação entre os itens de um instrumento, maior será o valor do Alpha Cronbach, o seu valor varia entre 0 e 1, e pode ser interpretado de acordo com a seguinte tabela 14.

Tabela 14 - Interpretação de Teste de Alpha Cronbach

Muito boa	↔	Alfa superior a 0,9
Boa	↔	Alfa entre 0,8 e 0,9
Razoável	↔	Alfa entre 0,7 e 0,8
Fraca	↔	Alfa entre 0,6 e 0,7
Inadmissível	↔	Alfa < 0,6

Fonte: Adaptado de Pestana e Gageiro (2008).

Entretanto, o coeficiente obtido é muito elevado, o que permite concluir que é de elevada fiabilidade das escalas usadas e/ou a resposta apresenta consistência interna e livre de erros aleatórios como está descrito na tabela 15.

Tabela 15 - Medida de fiabilidade de escala-Coefficiente de Alpha Cronbach

Estatísticas de confiabilidade		
Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em itens padronizados	N de itens
,890	,895	31

Apresenta-se de seguida a designação atribuída e análise de cada uma das 9 componentes (ver o anexo 8, tabela 2.3) extraídas e as respetivas fundamentações como se segue:

Componente 1: Consequências de destruição das florestas

A primeira componente reúne 6 itens, todos descrevem as eventuais consequências da destruição da floresta para a Guiné-Bissau.

Os itens advertem que destruição das florestas tem contribuído para: “redução da biodiversidade devido à perda de habitats”, a desflorestação e o mau uso de todos os componentes das florestas têm: “reduzidos os nutrientes dos solos”, o clima na Guiné-Bissau tem sofrido alterações significativas: “com a época das chuvas a reduzir

drasticamente e a temperatura a aumentar aos olhos vivos”, o mau uso dos recursos florestais nas regiões adjacentes pelo Homem provocando: “perda da Biodiversidade na regiões adjacentes”, a exploração desenfreada dos recursos florestais se se mantiverem o país poderá mais tarde ter zonas numa situação de: “deserto”, a emissão sem controlo de licenças de corte de madeiras e sem reflorestação dessas mesmas espécies tem contribuído: “no desaparecimento de algumas espécies de animais e plantas”.

A análise conjunta da componente 1, adverte que se a exploração desenfreada dos ecossistemas florestais se mantiver, a Guiné-Bissau terá no futuro zonas do país em situação de deserto, com solos pobres em nutrientes para atividades agrícolas, aumento da temperatura média anual, a redução drástica do índice da fluviométrico e consequentemente a perda da biodiversidade e algumas espécies de animais e plantas estarão em extinção.

Componente 2: A importância da preservação da floresta

Esta componente agrupa 6 itens, revela a importância da preservação e conservação das florestas para a Guiné-Bissau.

Os problemas ambientais devem ser encarados por todos os integrantes do planeta terra, pelo que a conservação e preservação da floresta tem uma grande importância na sequestração do carbono e outros gases nefastos libertados para a atmosfera a nível local e global. Uma das funções das florestas é: “Aumento de qualidade de ar respirável”, a preservação e conservação da floresta é uma das formas de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e catástrofes naturais. Desta forma a floresta tem contribuído na: “regulação ou manutenção do clima relativamente ameno”; Absorção de Gases com efeitos de estufas”; “Manutenção de habitats de faunas e flora”; “potenciar o Turismo ecológico”, proteção de solos “aumentando a produtividade de terras agrícolas”.

Numa análise global, esta componente, através dos 6 itens chama-nos atenção que, a todas estas funções que a floresta desempenha, só é possível graças à conservação e preservação da floresta.

Componente 3: As práticas nefastas à floresta

Esta componente revela que algumas práticas da população têm contribuído para a degradação da floresta na Guiné-Bissau e estão ligadas à carência da energia doméstica. A maioria da população utiliza a lenha e carvão para uso doméstico através de “corte de árvores para extração de lenha e carvão”, o país tem potencialidades agrícolas, as

atividades de: “queimadas de grandes hectares de terras e o abate das árvores para novos campos agrícolas e de pastagem” para as suas práticas tem contribuído na degradação dos ecossistemas florestais; a desmatção para urbanização e construção de novas moradias habitacionais: “corte para construção de novas estradas e habitações” tem elevado os números de hectares de terras e árvores a serem abatidas e, tem contribuído na degradação e redução de áreas florestais.

Essa degradação está associada à forma de utilização dos recursos das florestas por parte de: “agricultores” devido à prática de agricultura itinerante associada à desmatção e queimada de hectares de floresta para a preparação de campos agrícolas, e por sua vez: “os caçadores” nas suas atividades de caça descontroladas, associada à queimada de florestas e/ou habitat dos animais contribuem na degradação das florestas. No entanto, podemos concluir que todas essas atividades nefastas às florestas põem em perigo os ecossistemas existentes à volta das florestas.

Componente 4: As responsabilidades das entidades na degradação das florestas

Esta componente faz uma relação entre corte de árvores para a comercialização de madeiras e o grupo de indivíduos e instituições que envolveram na degradação das florestas na Guiné-Bissau nos últimos dois anos. O corte abusivo das árvores para diversos fins económicos, dada a elevada qualidade de madeira no mercado doméstico e internacional, tem influenciado, em muito, na exploração sem medidas desse recurso da floresta para “comercialização de madeira”.

A fragilidade do Estado relativamente à incapacidade no controlo interno das florestas tem fomentado a proliferação de “madeireiros clandestinos” que de forma irracional fazem corte de árvores para a comercialização de madeiras degradando todo o ecossistema florestal, dada a corrupção e impunidade motivada pela situação de instabilidade político-militar de 2012 à 2014. Faz emissões de licenças de exploração de madeiras e cibes sem plano de corte, obrigando desta forma a sobre exploração desses recursos degradando a floresta.

Essas práticas, alegadamente motivadas pela crise económica e financeira que o país deparou neste período que, supostamente: “as empresas ligadas à comercialização de madeira” em conivência com alguns responsáveis políticos e figuras de altos patentes militares envolveram no processo de corte e exploração de madeiras em toros para exportação em grandes quantidades para o mercado internacional, contribuindo na degradação da floresta na Guiné-Bissau.

Componente 5: Medidas de Conservação e Preservação da Floresta

Esta componente tem itens que são difíceis de ser analisados, e faz-nos algumas advertências sobre as medidas que devem ser adotadas no âmbito da conservação e preservação da floresta na Guiné-Bissau para minimizar a pressão humana sobre a floresta. Essas medidas, relativamente à regulamentação da “atividade de caça, tendo em vista a criação de época de caça”; “aumento de atividade de controlo e de vigilância interna e a nível das fronteiras”; “controlo de incêndio e/ou queimas das florestas” e “campanha de repovoamento das essências florestais”.

Componente 6: Atividade de sensibilização e educação ambiental

Esta componente tem um único item que está ligado à participação das ONG's na degradação das florestas. No nosso ponto de vista esse envolvimento das ONG's nas florestas está ligado à atividade de sensibilização não na destruição das florestas. Esta componente vem realçar a necessidade de fazer sensibilização junto das populações, entidades políticas, governamentais, organizações da sociedade civil, entre outros, sobre preservação e conservação da floresta na Guiné-Bissau.

Componente 7: A energia doméstica e a floresta

Esta componente disponibiliza-nos o único item que está ligado à escassez da energia elétrica para fins domésticos. Essa escassez constitui um entrave para o desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau, contudo o país tem potencialidades ambientais para suprir essa carência da população: “a regulamentação de atividade de produção de carvão e lenha “poderá reduzir a pressão sobre a floresta, mas, deve ser acompanhada de soluções plausíveis dado que a maioria da população da Guiné-Bissau utiliza lenha e carvão, por exemplo, para preparação de comida, engomar a roupa, conservação/ou fumagem de pescado, etc.

Componente 8: Atividade de reflorestação

Esta componente traz-nos o único item, relativamente à criação de “imposto verde” na Guiné-Bissau, como forma de preservar e conservar a floresta que, na nossa opinião, é uma das medidas para reduzir a desflorestação. A implementação do imposto verde e as receitas provenientes dessas cobranças devem ser utilizadas para atividades essenciais de reflorestação de florestas ameaçadas ou em vias de extinção.

Componente 9: Controlo de abate das árvores

Nesta componente está bem patente que é necessário fazer controlo de abate das árvores na Guiné-Bissau através de: “criação de quota anual de corte de madeira”. Na nossa opinião será possível mediante o inventário florestal atualizado anualmente e através desse poderá, posteriormente, definir a zona de corte e a quantidade a serem abatidas.

3.6. Tratamento de dados da entrevista

Dada a complexidade do tema e as particularidades da Guiné-Bissau, os dados (as respostas) recolhidos das entrevistas foram agrupados em categorias com o objetivo de fornecer por condensação, uma exposição e/ou representação simplificada de dados em bruto das entrevistas. As categorias são rubricas ou classe, que reúnem um grupo de elementos, sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns deste elementos (Bardin, 2009).

A categorização dos dados foi feita em dois aspetos, relacionados numa primeira fase com os problemas de conservação da floresta e na segunda fase com a comunicação e educação ambiental (ver as tabelas 16 e 17).

Em relação à floresta os dados foram categorizados da seguinte forma: a situação do ambiente em geral, e em particular a importância da floresta, as práticas nocivas mais frequentes na floresta e as medidas e/ou soluções para a preservação. Referente à comunicação e educação ambiental foram categorizados, levando em conta o processo da sua implementação no âmbito escolar, âmbito não escolar, as dificuldades e a relação com as comunidades. E, foram apresentados os resultados e, posteriormente, analisadas as entrevistas (ver o anexo 3).

Tabela 16 - Problemas de Conservação

Categorias	Ações
A Situação do Ambiente	Grande esforço de conservação; 16% do território com estatuto de áreas protegidas; Grande pressão sobre os ecossistemas florestais; Grande pressão sobre o ecossistema do mangal; Pesca ilícita; Degradação do ambiente marinho; Saneamento básico, lixo e poluição.
A Importância da Floresta	Sequestro do carbono; Proteção de solo; Dimensão cultural, económica e a nível da navegação marítima; Minimizar a erosão; Fonte da medicina tradicional; Garantia da segurança alimentar; Energia doméstica e combate à pobreza.
As práticas nocivas à Floresta	Abate indiscriminado das árvores; Práticas de agricultura itinerante; Desmatagem descontrolada; Corte para produção de lenha e carvão; Corte para exploração de madeiras; Atividade de caça através de utilização de fogo; A queimada; Corte para construção de casa e pirogas.
As medidas e/ou Soluções para a Preservação.	Aplicação das leis; medidas punitivas; procurar soluções para energia doméstica; atividade de educação ambiental; trabalhar na mudança de atitudes e comportamento; Envolvimento das populações.

Tabela 17 - Comunicação e Educação Ambiental

Categorias	Processo de Implementação na Guiné-Bissau
No Âmbito Escolar:	Está em processo de introdução nos currículos escolares; Está na perspectiva de reformas curriculares até ao 9º ano de escolaridade; É facultativo nas escolas comunitárias; É transversal em todas disciplinas; Necessidade de continuar a promover a consciência ambientalista; Necessidade de continuar “lobbing” político sobre as questões ambientais.
No Âmbito não Escolar:	Programas radiofónicos; Boletins de informação; Atividades de formação e capacitação; Introdução de tecnologias alternativas para o sistema de produção de carvão, sal, fumagem de peixe, fogões melhorados e de colheita de mel.
As Dificuldades de Implementação da educação ambiental:	Em mudar a mentalidade, comportamento e hábitos das populações; A pobreza da população; Conflito de interesses (equilíbrio entre a preservação e a necessidade de sobreviver); As dificuldades de reprodução de programas e manuais escolares.
A Relação com as Comunidades:	Respeito aos conhecimentos locais; Promoção de diálogo, através de reuniões e/ou fórum de concertação sobre os problemas ambientais de cada comunidade.

3.7. Apresentação dos resultados das entrevistas

3.7.1. A situação do Ambiente

Este capítulo está dividido em dois, relacionado com as principais categorias, nomeadamente o contexto da floresta e o contexto da comunicação e educação ambiental na Guiné-Bissau. No entanto, em cada parte serão redigidos os principais resultados encontrados, através da verbalização das respostas destacando os fatores comuns entre os entrevistados. Relativamente à situação do ambiente vamos destacar dois aspetos (marinho e florestal). Entre os resultados obtidos dos entrevistados em relação à grande pressão sobre o ecossistema florestal, realçou-se entre os entrevistados, a instabilidade político-militar que tem afetado a situação da floresta, sobretudo de 2012 a 2014, tendo minado o esforço de conservação e gestão racional dos recursos naturais. Como pode ser visto através de algumas verbalizações dos nossos entrevistados privilegiados a seguir:

- “... *O ecossistema florestal continua importante, embora com grandes ameaças tendo em conta a pressão que existe da indústria madeireira sobretudo para exportação de madeira em toros muito preocupante nos últimos dois, três anos...*”. Chefe do Programa da UICN na Guiné-Bissau.

- “*Assistimos por outro lado, a um esforço no sentido contrário e durante os dois últimos anos houve uma degradação muito forte e intensa de um dos importantes recursos do nosso ambiente, que é a nossa floresta...*”. Diretor Geral do Ambiente.

- “... *De 2012 a 2014 foram objeto de cortes abusivos é uma constatação. Segundo o Diretor Geral da Floresta foram exportadas 81 mil metros cúbicos de madeiras em toros, o que está proibido na lei, porque a lei não aceita a exportação de madeira em toros e, disse ainda que está por exportar 16 mil metros cúbicos de madeira, aproximadamente mil contentores...*”. Diretor Geral do IBAP.

- “... *Há todas as situações de abate de árvores, de lixeiras, de procedimentos de agressões e explorações de várias espécies na natureza...*”. Diretora Geral do INDE.

- “... *O país tem cerca de 16% do território com o estatuto de zona reservada e, há a possibilidade de chegar a cerca de 24%...*”. Secretário Executivo da ONG, AD.

No que diz respeito à pressão sobre os ecossistemas marinhos, os nossos entrevistados destacaram as ações humanas relativamente à pesca industrial e artesanal e, que contribuem para a degradação do ambiente marinho, desta forma, assinalam-se algumas verbalizações:

- “... *O ecossistema marinho e costeiro continua sem poluição, mas com grandes ameaças em termos das atividades das pescas ilícitas, utilização de equipamentos e redes não aconselháveis para uma pesca durável...*” Chefe do Programa da UICN na Guiné-Bissau.

- “... No que concerne a pesca há sobre exploração de pesca em alguns sítios, essa pesca está associada à destruição de certos ecossistemas como do mangal para fumagem de peixes. Há acampamentos de pescas sobretudo na parte insolar do rio Cacine e rio grande de Buba continental....”. Diretor Geral do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas.

3.7.2. A Importância da Floresta

Neste ponto pretendemos com as respostas dos nossos entrevistados saber da importância da preservação da floresta. Os entrevistados foram questionados de forma indireta, da seguinte forma: quando pensa na floresta em que aspeto pensa primeiro? As suas respostas realçaram as funções, a importância económica, não económica e cultural da floresta, como foram verbalizados a seguir:

- “...Quando se fala da floresta penso nesses recursos florestais não lenhosos, que a população da Guiné-Bissau depende diretamente da sua economia pessoal e joga papel fundamental na contribuição para o produto interno bruto da Guiné-Bissau...”. Diretor Geral do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas.

- “...Quando eu penso nas florestas penso na captação do CO₂, carbono, sem as florestas não há chuva, não há função da fotossíntese, portanto, sem as florestas não há árvores, água e sem as florestas não há proteção de solos, são as florestas que dão garantias à proteção dos solos para que não haja erosão. E, sem as florestas não há extrativismo...a floresta é tudo, a floresta é o ambiente, é a economia, são as finanças públicas, é a segurança alimentar” Chefe do Programa da UICN na Guiné-Bissau.

- “... A floresta tem função cultural até, nós sabemos que as grandes cerimónias do fanado se fazem nas florestas. Ela é o repositório ou fonte da medicina tradicional...no meu ponto de vista uma das estratégias para garantir a segurança alimentar na Guiné-Bissau...”. Diretor Geral do Ambiente.

- “...Para nós a floresta é importante, para a Guiné-Bissau, a floresta tem a dimensão cultural, religiosa, ambiental, económica.... a floresta tem grande importância a nível de agricultura, ecossistema marinho e a nível de navegação marítima...” . Secretário Executivo da ONG, Ação para o Desenvolvimento.

3.7.3. As práticas nocivas mais frequentes na floresta

Relativamente a este ponto pretendemos com as respostas dos nossos entrevistados compreender a problemática da floresta, as atividades das populações que contribuem para a

degradação das florestas. Os entrevistados foram questionados de forma direta, e apontaram o seguinte, através de algumas verbalizações:

- “...O primeiro é a prática de agricultura itinerante, o segundo os madeireiros, ultimamente, que têm vindo a desmatar as florestas de forma descontrolada, pondo em causa o desaparecimento de certas espécies e o outro é a atividade de caça sobretudo dos animais mamíferos...”. Secretário Executivo da ONG, Ação para o Desenvolvimento.

- “...Corta árvores para criar terras para a agricultura, queima uma árvore que pode ter mais de cem anos para fazer colheita de um quilo de mel, corta árvores para fazer pirogas que não duram muito tempo, corta árvores porque precisa da madeira para fazer a construção...”. Chefe do Programa da UICN na Guiné-Bissau.

- “...Temos uma cultura tradicional, realmente agricultura itinerante, que corta as florestas para fazer arroz, realmente até agora na Guiné-Bissau não há alternativa para substituir essa prática cultural e também constitui uma das atividades que mais degrada o ecossistema florestal e contribui também no empobrecimento do solo para atividade agrícola...o corte, a queimada, é isso, a caça, a caça utilizando fogo, então é tudo isso, que cria problema para as florestas na Guiné-Bissau...”. Diretor Geral do Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas.

3.7.4. As medidas e/ou soluções para a preservação

Queríamos neste ponto saber, para desencorajar as práticas nocivas à floresta, que ações devem ser levadas em conta tendo em vista a sua conservação. No entanto as suas respostas realçaram aspetos relacionados com a aplicação de leis existentes, atividades da educação ambiental e envolvimento de toda a sociedade guineense, como se segue nas verbalizações:

- “... Cumprir as leis porque as leis existem, trabalhar nas mudanças de atitude da nossa população... maior trabalho no domínio da educação, sensibilização e informação ambiental, desenvolver as tecnologias...”. Chefe do Programa da UICN na Guiné-Bissau.

- “... Há que aplicar as leis e o envolvimento de todas as pessoas, instituições ligadas ao ambiente e organizações da sociedade civil e autoridades locais...”. Diretor Geral do Ambiente.

- “... Política é aplicar a lei, porque a lei florestal de 2011, simplesmente o governo tem que dizer às pessoas para cumprirem a lei...” Diretor Geral do Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas.

3.7.5. A comunicação e educação ambiental na Guiné-Bissau

Nesta segunda parte das entrevistas procuramos saber até que ponto está a ser implementado a educação ambiental na Guiné-Bissau. No âmbito escolar e não escolar o que tem sido feito, as dificuldades e as formas de relacionamento entre o Estado, as ONG's e as comunidades locais, onde estão a ser implementados a comunicação e educação ambiental. Entretanto, em cada parte serão redigidos os principais resultados encontrados, através da verbalização das respostas.

3.7.5.1. No âmbito escolar

No que tange a esta categoria, os entrevistados destacaram que a educação ambiental, através das escolas pode chegar às famílias, promovendo consciências ambientalistas de forma indireta às nossas comunidades. Igualmente, revelaram a fase em que está a ser implementada na Guiné-Bissau e na sub-região, como pode ser visto através de algumas verbalizações a seguir:

- *“...Nós estamos a trabalhar a 17 ou 18 anos nas escolas de verificação ambiental, porque pensamos que é nas escolas que temos militantes e dar conhecimentos, é nas escolas (...) quando se ganha um professor você ganha 300 alunos, quando se ganha 300 alunos você ganha milhares de mulheres e milhares de homens nas nossas vilas...”*. Chefe do Programa da UICN na Guiné-Bissau.

- *“...Introduzindo a educação ambiental nos currículos escolares no primeiro ciclo, as crianças que serão futuros dirigentes políticos e homens de negócios com o tempo já estarão sensibilizados e quando forem dirigentes quando se colocarem as questões ambientais em cima da mesa não vai ser a primeira vez que vão ouvir ...”*. Diretor Geral do Ambiente.

- *“... Atualmente a Guiné- Bissau está neste processo de introdução da educação ambiental nos currículos escolares, que é uma coisa brilhante graças aos trabalhos desenvolvidos pela nossa organização nas escolas comunitárias... a educação ambiental é outro aspeto sobretudo a nível do “lobbying” político...”*. Secretario Executivo da A.D.

- *“... A educação ambiental entra na nossa maneira de ver de uma forma transversal nos currículos escolares porque nós consideramos que é uma área que toca com todas as áreas curriculares, com português e matemática ...a educação ambiental está nestas perspetivas de reformas curriculares até ao nono ano de escolaridade e, paralelamente, estamos a trabalhar com as escolas de formação de professores...”*. Diretora Geral do INDE.

3.7.5.2. No âmbito não escolar

Nesta categoria, os entrevistados realçaram, que no âmbito informal, a educação ambiental deve-se ensinar, dar formação e procurar mostrar às comunidades como deixar de agredir o ambiente com as alternativas e tecnologias ecologicamente aceitáveis, através de programas radiofónicos e fórum de debates e discussão sobre problemas ambientais de cada comunidade. E desta forma, assinalam-se algumas verbalizações:

- “... *Estamos a trabalhar com as escolas de formação de professores.... estamos a apoiar os trabalhos na alfabetização dos adultos...*”. Diretora Geral do Instituto Nacional para o Desenvolvimento do Ensino.

- “...*Estamos a introduzir as tecnologias de forno mate para produzir carvão de qualidade e ecologicamente aceitável, nas zonas de pescas estamos a introduzir fornos “tchorcor” para fumar peixe...*”. Chefe do Programa da UICN na Guiné-Bissau.

- “... *Sistemas de fabrico de carvão melhorados e sistema de produção de sal, através de sal solar sem utilizar lenha...*”. Secretário Executivo da ONG, Ação para o Desenvolvimento.

- “...*Criar programas radiofónicos, criar boletins de informação, então tratar de introduzir a dimensão ambiental em todas as políticas setoriais, quer dizer todos os ministérios têm que ter a dimensão ambiental...*”. Diretor Geral do Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas.

3.7.5.3. As dificuldades de implementação da educação ambiental

Neste ponto pretendemos com as respostas dos nossos entrevistados saber se houve aceitação da ideia da preservação do meio ambiente por parte das populações, principalmente nas zonas rurais em que a maioria vive à base dos recursos, que vêm das florestas. Os entrevistados admitiram que há necessidade de conciliar a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento local como pode ser visto, através de algumas verbalizações a seguir:

- “... *Ele está no limiar da pobreza e tem necessidade de sobreviver...* “. Secretário Executivo da ONG, Ação para o Desenvolvimento.

- “... *Mudar a mentalidade os hábitos e o comportamento leva muito tempo...*”. Chefe do Programa da UICN na Guiné-Bissau.

- “...*Todas as atividades que têm a ver com a mudança de mentalidade isso leva tempo, mudar a mentalidade duma pessoa não é hoje para amanhã ...há conflitos isso é verdade, porque uma área protegidas é uma zona de interesse...*” Diretor Geral do IBAP.

- “... *Dificuldades na reprodução de programas e manuais...*”. Diretora Geral do Instituto Nacional para o Desenvolvimento do Ensino.

3.7.5.4. A relação com as comunidades

No que diz respeito ao relacionamento, nota-se que os entrevistados privilegiaram o diálogo com as comunidades como instrumento para atingir os objetivos traçados, apoiando o desenvolvimento local das comunidades, através da superação das suas necessidades básicas. E desta forma, assinalam-se algumas verbalizações a seguir:

- “...*Sem esse diálogo com os diferentes stakeholder, com a população que está no terreno será impossível planificar o desenvolvimento.....a planificação do desenvolvimento significa boa governação, bons conhecimentos da realidade, significa implicar toda a gente e tornar o desenvolvimento o movimento participativo onde cada um deve dar a sua contribuição...*”. Chefe do Programa da UICN na Guiné-Bissau.

- “...*Nós temos vindo a associar aspeto da educação, sensibilização e de criar alternativas concretas e baratas... a nível transfronteiriço com a Guiné-Conacri e Senegal temos vindo a trabalhar no âmbito da parceria com as ONG´s e escolas destes países...*”. Secretário Executivo da ONG, Ação para o Desenvolvimento.

- “... *Construções de poços, reparação vias de acesso, melhorias de postos sanitários, construções.... Atividades produtivas como apicultura, reparação de bolanhas, transformação de produtos, criação de animais de ciclo curto, vulgarização de produtos florestais não lenhosos...*”. Diretor Geral do Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas.

3.8. Análise e discussão dos resultados das entrevistas

3.8.1. A situação do ambiente

Os resultados mostram, que por um lado, que há esforço feito no domínio da conservação e preservação do ambiente, mas por outro lado, continuam as pressões sobre os ecossistemas florestais, marinhos e os problemas ligados ao saneamento básico.

“*O ecossistema é um complexo dinâmico de comunidade de vegetais, animais e de microrganismos e seu ambiente não vivo, que como uma unidade funcional*” como foi definido na lei de base do ambiente da Guiné-Bissau (lei n.º1/2011, p.3).

A Guiné-Bissau pode ser considerado um país privilegiado no que concerne à biodiversidade e às áreas protegidas, visto que uma área considerável do território nacional está protegida a qualquer tipo de exploração humana, que pode ser um motor de desenvolvimento económico e consequentemente a elevação de nível de vida das populações.

- “... O país tem cerca de 16% do território com o estatuto de zona reservada e, há a possibilidade de chegar cerca de 24%...”. Secretário Executivo da ONG, Ação para o Desenvolvimento.

Segundo a lei de base do ambiente (lei n.º1/2011) no seu artigo n.º 3, do capítulo I, as áreas protegidas são superfície da terra ou do mar especialmente voltadas para a proteção e conservação da biodiversidade e dos recursos naturais e culturais em conjunto geridas através de instrumentos jurídicos ou outro igualmente eficaz.

O aumento de concessão de licenças de exploração de madeira em touro, o aumento de números de quintas, a exploração de palmeiras, o corte do mangal, a falta de estabelecimento de regimes de abates das árvores, o aumento da densidade populacional nas zonas costeiras, a fraca capacidade de fiscalização, tanto marítima como terrestre, e a insuficiência de capacitação de recursos humanos tem vindo a criar grande constrangimento ao meio ambiente, ou seja, de ter um ambiente são e sustentável.

- “.... O ecossistema florestal continua importante, embora com grandes ameaças tendo em conta a pressão que existe da indústria madeireira sobretudo para exportação de madeira em toros muito preocupante nos últimos dois, três anos... o ecossistema marinho e costeiro continua sem poluição, mas com grandes ameaças em termos das atividades das pescas ilícitas utilização de equipamentos e redes não aconselháveis para uma pesca durável...”. Chefe do Programa da UICN na Guiné-Bissau.

A persistente instabilidade política, que o país viveu, sobretudo de 2012 a 2014, contribuiu gravemente para a devastação e degradação das florestas. Esta fase foi marcada pela situação catastrófica a nível dos recursos florestais e de mais recursos na Guiné-Bissau.

As pessoas, que de uma forma involuntária não têm noção sobre os perigos e pelos danos ambientais causados e, as gerações futuras, estão condenados a viver as consequências futuras, não se pode aceitar qualquer comportamento que lesa não só uma pessoa, mas também pondo em causa toda a comunidade.

- “...Assistimos por outro lado, a um esforço no sentido contrário e durante dois últimos anos houve uma degradação muito forte e intensa de um dos importantes recursos do nosso ambiente, que é a nossa floresta...”. Diretor Geral do Ambiente.

Com os acontecimentos de 12 de Abril de 2012/2014, assistiu-se na Guiné-Bissau a uma desgovernação, desmando e regime quase totalitário onde a interferência do poder militar em relação ao poder civil era notório.

A instituição do Estado, nomeadamente a Direção Geral das Florestas desapareceu completamente e foi substituída por uma outra entidade (Guarda Nacional), que tinha

monopólio sobre os recursos da floresta, atividade fiscalização e ainda sobre a emissão de licenças de autorização de corte de árvores para extração de madeiras.

- “... De 2012 à 2014 foram objeto de cortes abusivos é uma constatação. Segundo o Diretor Geral da Floresta foram exportadas 81 mil metros cúbicos de madeiras em toros, o que está proibido na lei, porque a lei não aceita a exportação de madeira em toros e, disse ainda que está por exportar 16 mil metros cúbicos de madeira, aproximadamente em mil contentores...”. Diretor Geral do IBAP. Segundo a lei florestal (decreto lei n.º 5/2011), no seu artigo 18º n.º 1, é proibida a exportação de madeira em toros.

A situação da impunidade no país é lamentável devido à falta de responsabilização das pessoas pelos seus atos.

Esta situação associada à ausência do Estado nos lugares mais remotos do país tem vindo a contribuir para a existência e proliferação de madeireiros clandestinos e pescadores artesanais vindas dos países da sub-região, que de forma descontrolada fazem a exploração de forma abusiva dos recursos florestais e marinhos.

- “...No que concerne à pesca há sobre exploração de pesca em alguns sítios, essa pesca está associada à destruição de certos ecossistemas como do mangal para fumagem de peixes. Há acampamentos de pescas sobretudo na parte insular do rio Cacine e rio grande de Buba continental...”. Diretor Geral do IBAP.

A nível do ambiente urbano depara-se com o problema de conceção de terrenos para a construção de casas e a estratégia de saneamento básico, de gestão, separação e tratamento de lixos (hospitalar, doméstico e industrial).

Há situação em que fazem as construções de habitações nas zonas húmidas, que consideramos como pulmões da cidade, os lixos não são separados, deitados ao relento e nos esgotos. Posteriormente, são arrastadas pelas águas pluviais para o mar, provocando assoreamentos de rios e sedimentação de campos agrícolas.

- “... Há todas as situações de abate de árvores, de lixeiras, de procedimentos de agressões e explorações de várias espécies na natureza ...”. Diretora Geral do INDE.

Constata-se que há falta de investimento nas infraestruturas de saneamento básico, equipamentos de recolha e tratamento de lixo, sistema de drenagem de água, entre outros, fatores que contribuem para o agravamento da problemática de gestão de resíduos a nível nacional.

A nível do setor da saúde humana e animal há que salientar o potencial de contaminação com doenças cujos vetores são transmitidos através das águas e/ou devido à falta de acesso a água de boa qualidade e/ou devido à falta de sistemas de saneamento para não permitir a

estagnação das águas, sobretudo na época das chuvas. Este é o caso sobretudo das doenças diarreicas, da transmissão da cólera, tifoide, da propagação da malária, etc.

3.8.2. A Importância da Floresta

Em termos macro, a floresta do país tem diversas dimensões, que vai para além de simples conjuntos de árvores ou habitat dos animais. Ela ocupa uma superfície total de cerca de 2,034 milhões de hectares áreas, ou seja, apresenta uma taxa de ocupação na ordem dos 56% do território guineense.

A floresta como um sistema naturais ou artificiais cujas formações vegetais são classificadas como mangal, palmar, floresta de galeria e as incluídas (floresta sub-humana, densa, semi-seca clara, subtropical, em regeneração e ainda savana arborizada e savana herbácea) como está classificado na alínea a), ponto 3, do artigo nº 2 da lei florestal. No que tange sobre à importância da floresta, conforme os entrevistados revelam, as nossas florestas têm uma dimensão alimentar e mitológica. Considerado como um país com uma grande diversidade cultural, ela também está representada nas florestas em formato religioso.

O primeiro impacto da desflorestação advém da desorganização que provoca ao nível do cumprimento do calendário agrícola, o que tem impactos significativos na produção e, conseqüentemente no nível de autossuficiência alimentar e bem-estar das populações.

- *“...Para nós a floresta é importante, para a Guiné-Bissau a floresta tem a dimensão cultural, religiosa, ambiental, económica.... a floresta tem grande importância a nível de agricultura, ecossistema marinho e a nível de navegação marítima...”*. Secretário Executivo da ONG, AD.

A floresta é a forma mais barata de mitigação de efeitos de alteração climática e outros fenómenos naturais. A sua importância na regulação do clima, o aumento da produtividade agrícola tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das populações. Igualmente, dadas as suas potencialidades que o país dispõe poderia potenciar as atividades de turismo ecológico e contribuir grandemente para a promoção do desenvolvimento local.

- *“...Quando eu penso nas florestas penso na captação do CO2, carbono, sem as florestas não há chuva, não há função da fotossíntese, portanto, sem as florestas não há árvores, água e sem as florestas não há proteção de solos, são as florestas, que dão garantias à proteção dos solos para que não há erosão. E, sem as florestas não há extrativismo...a floresta é tudo, a floresta é o ambiente, é a economia, são as finanças públicas, é a segurança alimentar...”*. Chefe do Programa da UICN na Guiné-Bissau.

Os nossos ancestrais tinham as suas formas de conservação das florestas devido às práticas culturais, usos e costumes da população. No caso da Guiné-Bissau em certos locais, utilizam a “floresta sagrada” destinada exclusivamente às manifestações culturais e tradicionais de cunho cultural e religioso.

A gestão do seu recurso natural é determinada pelos usos e costumes da comunidade que utiliza. E, para ter acesso a estes locais, devia-se passar por diferentes etapas de acordo com os rituais de cada grupo étnico.

Se continuamos a exploração abusiva corremos o risco de perder estes valores étnico-culturais, que nos diferenciam umas das outras tendo em conta as diversidades étnicas, que constituem o mosaico cultural Guineense.

Algumas espécies de árvores de grande porte servem para adoração (idolatria), suporte e/ou como meio de comunicação com os irãs, essas espécies de árvores e plantas são protegidas. Outra situação tem a ver com as dificuldades de acesso e a carência de infraestruturas sanitárias e de medicamentos convencionais nos lugares mais recônditos da Guiné-Bissau, nas florestas faz-se extração de certas raízes, caules e folhas de plantas para a cura tradicional de doenças. Em certo caso os curandeiros tradicionais desempenham o papel de médicos.

- “... *A floresta tem função cultural até, nós sabemos que as grandes cerimónias do fanado se fazem nas florestas. Ela é o repositório ou fonte da medicina tradicional...no meu ponto de vista uma das estratégias para garantir a segurança alimentar na Guiné-Bissau...*”.
Diretor Geral do Ambiente.

A economia da Guiné-Bissau está dependente dos recursos que vêm da floresta e a maioria da população vive e depende diretamente das essências florestais sobretudo a população rural.

A partir destes recursos a população consegue dar sustentos às famílias, através de extração de produtos florestais e a sua comercialização no mercado informal. Por isso, devem ser exploradas racionalmente como forma que garantia o acesso das gerações futuras a esses recursos.

- “...*Quando se fala da floresta penso nesses recursos florestais não lenhosos, que a população da Guiné-Bissau depende diretamente da sua economia pessoal e joga papel fundamental na contribuição para o produto interno bruto da Guiné-Bissau...*”.
Diretor Geral do Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas.

Entretanto, o conceito do desenvolvimento sustentável está ressaltado na lei de base do ambiente, que segundo a qual, visa equilibrar o uso racional dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconómico.

3.8.3. As práticas nocivas às florestas

Apesar, que o país ter uma grande área florestal, nos últimos anos houve muita devastação da mesma com vários tipos de ações nocivos e que prejudicam todos os ecossistemas à volta e, conseqüentemente a degradação da floresta, que terão graves problemas às gerações futuras. A utilização destes recursos deve ser feita de forma equilibrada com vista a assegurar a gestão durável.

- “...*O primeiro é a prática de agricultura itinerante, o segundo os madeireiros, ultimamente, que têm vindo a desmatar as florestas de forma descontrolada, pondo em causas o desaparecimento de certas espécies e o outro é atividade de caça sobretudo dos animais mamíferos...*”. Secretário Executivo da ONG, Ação para o Desenvolvimento.

Tem havido práticas nocivas à floresta guineenses, o desmatamento para novos campos agrícolas e de pastagem, criação de novas tabancas devido ao crescimento da população, o corte de árvores para a construção de meios de transportes marítimos e outros. Todas estas práticas estão ligadas às necessidades de sobrevivências das populações.

Estas necessidades têm que ser colmatadas de forma equilibradas, fazendo a exploração tendo em conta que as gerações futuras terão a necessidades de sobreviverem.

- “...*Corta árvores para criar terras para a agricultura, queima uma árvore que pode ter mais de cem anos para fazer colheita de um quilo de mel, corta árvores para fazer pirogas que não duram muito tempo, corta árvores porque precisa da madeira para fazer a construção...*”. Chefe do Programa da UICN na Guiné-Bissau.

São as práticas nocivas à floresta e, que perigam o ambiente, mas que é necessário levarmos em conta as conseqüências futuras destas ações antrópicas a florestas para às próximas gerações.

- “...*Temos uma cultura tradicional, realmente agricultura itinerante, que corta as florestas para fazer arroz, realmente até agora na Guiné-Bissau não há alternativa para substituir essa prática cultural e também constitui uma das atividades que mais degrada o ecossistema florestal e contribuem também no empobrecimento do solo para atividade agrícola...o corte, a queimada, é isso, a caça, a caça utilizando fogo, então é tudo isso, que cria problema para as florestas na Guiné-Bissau...*”. Diretor Geral do IBAP.

No nosso ponto de vista, estas ações poderão tornar o país vulnerável às alterações climáticas, acelerar o processo da erosão, alteração do calendário agrícola, a insegurança alimentar, desaparecimento de cursos de águas e de algumas espécies de animais e plantas e, outros problemas sociais como a fome, doenças, catástrofes naturais, entre outras.

3.8.4. As medidas e/ou soluções para a prevenção

Nesta matéria, no entendimento dos entrevistados, há que aplicar as leis existentes no domínio da conservação do ambiente em geral e, em particular da floresta, procurar alternativas e reforçar atividades de sensibilização.

No que se refere às alternativas é imperativo que as autoridades guineenses em parcerias com os parceiros multilaterais e bilateral no sentido de criar políticas para a soluções energéticas (energias domésticas renováveis, solar, eólica) para minimizar as necessidades das populações.

O país tem legislações e condições naturais propícias para fazer face a esta necessidade, visando a sustentabilidade ambiental por forma a poder reduzir o abate das árvores para a produção de carvão, extração de lenha para fins domésticos. As outras ações passam necessariamente pela atividades de repovoamento de essências florestais ameaçadas, adoção de medidas genéricas de luta contra a pobreza, através de incentivo adequado ao desenvolvimento socioeconómico ao nível local, incentivar o alargamento da iniciativa através das florestas comunitárias (como foi referenciado no artigo 35^a da lei da floresta de 2011), e a gestão integrada do território da tabanca ao nível nacional.

- “...São punitivas e alternativas concretas. O primeiro, temos que arranjar soluções a nível da energia doméstica...”. Secretário Executivo da ONG, AD.

As leis de base do ambiente, das florestas, de avaliação ambiental, visando a proteção e conservação do ambiente e da floresta existem no país, o problema que se coloca é que não existem sinergias entre as diferentes instituições que atuam neste domínio. A corrupção que está instalada na administração pública guineense, dificulta a implementação e a execução da legislação sobre a exploração dos recursos florestais.

Urge a necessidade de aumentar e reforçar as campanhas de sensibilização para uma melhor consciência ambiental.

- “... Cumprir as leis porque as leis existem, trabalhar nas mudanças de atitude da nossa poluição... maior trabalho no domínio da educação, sensibilização e informação ambiental, desenvolver as tecnologias...”. Chefe do Programa da UICN.

Os danos ambientais ou ecológicos têm as suas consequências não só no presente, mas também no futuro.

As entidades responsáveis pela política e gestão do meio ambiente e das florestas deviam afirmar-se no país no sentido de chamar atenção em relação a certos comportamentos administrativos não aconselháveis, às comunidades e outras entidades que poem em perigo o meio ambiente. A partir daí, as pessoas e as entidades devem ser responsabilizadas pelos danos causados quer em nome do Estado e quer em nome pessoal.

- “... Há que aplicar as leis e o envolvimento de todas as pessoas, instituições ligadas ao ambiente e organizações da sociedade civil e autoridades locais...”. Diretor Geral do Ambiente.

A desflorestação ou seja a utilização irracional dos recursos florestais constituem danos ambientais e qualquer dano acarreta consequências.

- “... Política é aplicar a lei, porque a lei florestal de 2011, simplesmente o governo tem que dizer às pessoas para cumprirem a lei...”. Diretor Geral do Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas.

Apesar, que o país não está dotado suficientemente de instrumentos jurídico-legais, que permitam regular todas essas situações de danos ambientais. A entidade responsável pela gestão e conservação do meio ambiente e das florestas pode recorrer a outros instrumentos jurídicos (leis setoriais), que estabelecem mecanismos para responsabilizar os autores e indivíduos que envolveram e aproveitam de uma forma irracional e ilegal os recursos florestais.

3.8.5. Comunicação e Educação Ambiental na Guiné-Bissau

3.8.5.1. No âmbito escolar

Os nossos entrevistados foram unânimes em enaltecer que as atividades de comunicação e educação ambiental podem contribuir nas mudanças de atitude e de comportamentos nefastos dos guineenses em relação ao ambiente em geral e em particular à floresta.

Apesar, que o governo ter manifestado, oficialmente, a sua preocupação, relativamente às questões ambientais no fórum internacional e a nível local, criando instituições, leis, políticas, assinando e ratificando convenções e protocolos de acordo no domínio de proteção e conservação do ambiente, o próprio ainda não criou estratégias eficazes para dinamizar as atividades da educação ambiental a nível das escolas.

Tudo isso deve-se, supostamente, às mudanças de titulares dos ministérios, às persistentes instabilidades política e governativas, que o país tem vindo a deparar-se desde os anos 90. Estas situações têm vindo a afetar este o setor do ensino, provocando avanços e recuos no processo da implementação da educação ambiental na Guiné-Bissau, sobretudo a nível das escolas públicas.

- “... Atualmente a Guiné- Bissau está neste processo de introdução da educação ambiental nos currículos escolares, que é uma coisa brilhante graças aos trabalhos desenvolvidos pela nossa organização nas escolas comunitárias...”. Secretário Executivo da ONG, Ação para o Desenvolvimento.

As poucas ações de sensibilizações (Educação Ambiental) sobre as questões ambientais são dinamizadas pelas ONG's, que estão no país no sentido de fomentar novos paradigmas educacionais e, conseqüentemente mudanças de atitudes e comportamentos junto das populações. É um processo de transmissão de saberes, que passa de gerações para gerações.

- "...*Nós estamos a trabalhar a 17 ou 18 anos nas escolas de verificação ambiental, porque pensamos que é nas escolas, que temos militantes a dar conhecimentos, é nas escolas (...) quando se ganha um professor você ganha 300 alunos, quando se ganha 300 alunos você ganha milhares de mulheres e milhares de homens nas nossas vilas...*". Chefe do Programa da UICN na Guiné-Bissau.

É imperativo trabalhar nas mudanças de mentalidade e comportamento das populações, promovendo consciências ambientalistas juntos das nossas comunidades sobretudo a nível das escolas, que é uma das formas mais eficazes de educar e transmitir conhecimentos e forma de lidar com os problemas ambientais.

- "...*Introduzindo a educação ambiental nos currículos escolares no primeiro ciclo, as crianças que serão futuros dirigentes políticos e homens de negócios com o tempo já estarão sensibilizados e quando forem dirigentes quando se colocarem as questões ambientais em cima da mesa não vai ser a primeira vez, que vão ouvir ...*". Diretor Geral do Ambiente.

A necessidade de alunos e professores adotarem os conhecimentos e atitudes responsáveis que lhes permitam dar as respostas aos desafios ambientais e ecológicos, que condicionam o seu quotidiano e a sua qualidade de vida, contribuem desta forma para a conservação do meio ambiente.

Neste sentido poderiam propor atividades e temáticas ambientais para lhes despertar a curiosidade de investigação, observação e procurar soluções alternativas para fazer face aos problemas ambientais que as populações enfrentam a nível de cada comunidade em particular e no país em geral.

Para criar dinâmica a nível das escolas e das regiões, deve-se incentivar o envolvimento e a participação dos alunos, através de concursos de poesias, contos, desenhos e pinturas, por exemplo, para lhes permitir expressar livremente os seus pontos de vistas em relação à proteção e conservação do ambiente.

- "... *A educação ambiental entra na nossa maneira de ver de uma forma transversal nos currículos escolares porque nós consideramos, que é uma área que toca com todas as áreas curriculares, com português e matemática ... a educação ambiental está nestas perspetivas de reformas curriculares até ao nono ano de escolaridade e, paralelamente estamos a trabalhar com as escolas de formação de professores...*". Diretora Geral do INDE.

Na nossa perspectiva a implementação da educação ambiental na Guiné-Bissau não se deve limitar à introdução de conteúdos ambientais nos currículos escolares e formação dos professores do ensino primário e secundário. Ainda deve ser estendida até ao ensino superior como por exemplo, em Portugal, na Faculdade de Economia do Porto.

3.8.5.2. No âmbito não Escolar

A implementação da educação ambiental fora das escolas passa necessariamente pelo envolvimento de todas as instituições (públicas, privadas, sociais e as famílias), incentivados a integrarem os problemas ambientais dentro das suas agendas diárias.

Contudo, as ONG's no país estão a procurar alternativas de preservação e conservação do ambiente junto das comunidades rurais. Estas ações são nas perspectivas de promover a sustentabilidade ambiental, incentivando a utilizar tecnologias que não perigam o ambiente, por forma a permitir o acesso aos recursos florestais de forma racional, sem pôr em risco as gerações futuras, porque tais recursos são finitos.

- “... *Sistemas de fabrico de carvão melhorados e sistema de produção de sal, através de sal solar sem utilizar lenha...*”. Secretário Executivo da ONG, AD.

Estas atividades podem ser consideradas atividades ecologicamente corretas, visando contribuir para o desenvolvimento socioeconómico da população.

A questão que se coloca tem a ver com a sustentabilidade destas atividades e, que venham responder às prioridades e anseios das comunidades locais. Todos os esforços de sensibilização deviam ser feitos numa perspectiva em que sejam aceites e apropriadas pela população.

- “...*Estamos a introduzir as tecnologias de forno mate para produzir carvão de qualidade e ecologicamente aceitável, nas zonas de pescas estamos a introduzir fornos “tchorcor” para fumar peixe...*” Chefe do Programa da UICN na Guiné-Bissau.

A atividade de educação ambiental é importante que seja levada em consideração a outro nível e grau de compreensão dos problemas ambientais da população a utilização de diferentes meios e formas de sensibilização. Devemos levar em conta o índice de alfabetização da população e a forma de abordar as temáticas e os conteúdos ambientais para que sejam aceites e apropriados pelas nossas comunidades.

- “...*Atividades de formação e capacitação... criar programas radiofónicos, criar boletins de informação...*”. Diretor Geral do IBAP.

Devido à transversalidades das questões ambientais, as atividades de capacitação e formação deve ser encaradas a nível de todas as instituições públicas e privadas, por forma a

incentivar a inclusão nas suas políticas e estratégias da componente ambiental. Isto, passa, necessariamente, pela formação dos funcionários públicos, privados, dirigentes políticos e líderes de opinião a nível de cada comunidade.

- “... *Estamos a trabalhar com as escolas de formação de professores.... estamos a apoiar os trabalhos na alfabetização dos adultos...*”. Diretora Geral do INDE.

Fora do ambiente escolar outros veículos de comunicação como a utilização de atividades lúdicas, a televisão e internet, redes sociais por exemplo, podem desempenhar papel importante na transmissão de conhecimentos sobre problemas ambientais e, conseqüentemente a mudança de atitude e comportamento.

3.8.5.3. As dificuldades de implementação das atividades de educação ambiental

A maioria da população guineense está dependente dos recursos que vêm da floresta para sobreviverem. A necessidade de sobrevivência tem que ser gerida de forma pacífica para que os recursos existentes na floresta sejam utilizadas de forma racional, pensando nas gerações futuras.

Daí, por um lado, haver necessidade de intervenção do poder político com vista à criação de condições que satisfaçam as necessidades básicas e bem-estar das populações, combatendo a pobreza. Por outro lado, mostrar às populações, que as ações nefastas as florestas poderão tornar o país vulnerável a quaisquer fenómenos naturais e ambientais.

- “... *Ele está no limiar da pobreza e tem necessidade de sobreviver... para convencer a classe política no sentido de mudar de estratégia e introduzir na sua agenda a componente ambiental não é fácil ...* “. Secretário Executivo da ONG, A.D.

A mulher desempenha papel importante dentro da nossa instituição família e, deve ser considerada líder na mudança de atitude e comportamento dentro da nossa comunidade.

No contexto da Guiné-Bissau, sobretudo nas zonas rurais, a mulher é responsável pela educação dos filhos, sustento da família e, pode dar a sua contribuição na sensibilização dos maridos e dos seus educandos sobre as questões ambientais. Portanto, o envolvimento da mulher pode ser uma das estratégias para atingir toda a comunidade nas ações de sensibilização para mudanças de atitude e comportamento sobre as questões ambientais.

- “... *Mudar a mentalidade os hábitos e o comportamento leva muito tempo...*”. Chefe do Programa da UICN na Guiné-Bissau.

A maioria da população rural não tem fonte de rendimento a não ser os recursos naturais, que a natureza lhe disponibiliza, fazendo uso dela para colmatar as suas necessidades e a criação

do seu bem-estar. É notório ou evidente que haja conflitos de interesses no que diz respeito à necessidade de conservação do meio ambiente e à sobrevivência da população.

- “...*Todas atividades que têm a ver com a mudança de mentalidade isso leva tempo, mudar a mentalidade duma pessoa não é hoje para amanhã ...há conflitos, isso é verdade, porque uma área protegida é uma zona de interesse...*”. Diretor Geral do Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas.

A fraca disponibilidade de verbas para o funcionamento do setor do ensino na Guiné-Bissau tem contribuído grandemente no fracasso deste setor. A maior parte de verbas do orçamento geral do Estado (OGE) são canalizadas para as reformas nos setores da defesa e segurança, que são considerado como as prioridades da governação dos sucessivos governos em detrimento dos setores do ensino e saúde, por exemplo.

O setor da educação tem sido sufocado com sucessivas ondas de greves dos professores, que alegavam falta de pagamentos de salários em atrasos e más condições de trabalho e, para além de algumas infraestruturas escolares encontra-se em fase de deterioração. A quantia de verbas disponibilizadas para este setor, supostamente não dá para fazer face às necessidades/despesas de funcionamento e, conseqüentemente para as atividade de implementação da educação ambiental na Guiné-Bissau.

- “... *Dificuldades na reprodução de programas e manuais...*”. Diretora Geral do Instituto Nacional para o Desenvolvimento do Ensino.

Concluimos, que todas estas ações de sensibilização para a preservação e conservação do ambiente poderão ser postas em causa, devido aos interesses (económicos v/s ambientais) e as divergências de pontos de vistas a nível das instituições do Estado no que concerne à política económica ou gestão ambiental. Acreditamos que estas dificuldades podem ser suprimidas no nosso ponto de vista através da vontade política dos decisores políticos e dos parceiros de desenvolvimento da Guiné- Bissau.

A título de exemplo, o país assinou e ratificou a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em 27 de Outubro de 1995, tornando-se assim parte contratante da Convenção, e assumiu o compromisso de desenvolver, atualizar e reportar às Conferências das Partes (COP), os inventários nacionais de emissões e remoções de gases de efeito de estufa (GEE). E, ainda assinou e ratificou o Protocolo de Quioto em 18 de Novembro de 2005.

No quadro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e artigo 12º do protocolo do Quito, os países do Anexo B do protocolo podem investir em projetos de redução de emissões nos países de não-Anexo I (Gomes, 2010).

A Guiné-Bissau pertence ao grupo de países de não anexo -1 da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. No entanto, seria uma oportunidade para os países do anexo -1 da mesma convenção e anexo -B do Protocolo do Quioto no sentido de investirem, apoiando o desenvolvimento sustentável, através de financiamento de projetos (combustíveis fósseis, eficiência energética, aterro sanitário e tratamento de resíduos, sistema de tratamento de água potável e de absorção de carbono através de reflorestamento). Estes projetos vão permitir à Guiné-Bissau, país anfitrião, de melhorar as condições de vida das suas populações através da criação de empregos, promovendo atividades económicas com vista a um desenvolvimento sustentável.

3.8.5.4. As relações com as comunidades

As ONG's têm vindo a trabalhar para além do domínio da sensibilização com vista a mudanças de atitudes e comportamentos, mas também no sentido de promover o aumento da produtividade nos trabalhos do campo.

A introdução de novas tecnologias amigas do ambiente para a produção de bens de consumo (da primeira necessidade) das comunidades locais, adaptando conhecimento locais as novas exigências. E, com os seus parceiros congéneres a nível da sub-região, exportando os conhecimentos e experiências locais no domínio da proteção e conservação do ambiente para estes países.

- *“...Nós temos vindo a associar aspeto da educação, sensibilização e de criar alternativas concretas e baratas... a nível transfronteiriços com a Guiné-Conacri e Senegal temos vindo a trabalhar no âmbito da parceria com as ONG's e escolas destes países...”*.
Secretário Executivo da ONG, Ação para o Desenvolvimento.

A mudança de atitude e comportamento exige diálogo permanente com as populações locais. Porque há sempre interesses em jogo entre as partes, este diálogo regular entre as partes interessadas é a forma de minimizar e /ou prevenir os conflitos de interesse.

Há sempre que provocar reuniões e/ou fórum de concertação para auscultar as populações sobre as reais necessidades e como ajudar a encontrar soluções para os problemas das comunidades. Aproveitando ao mesmo tempo, este espaço de concertação para passar as suas ideias, relativamente à preservação e conservação do ambiente em geral e das florestas em particular.

- *“... Sem esse diálogo com os diferentes “stakeholder”, com a população que está no terreno, será impossível planificar o desenvolvimento...a planificação do desenvolvimento significa boa governação, bons conhecimentos da realidade, significa implicar toda a gente e*

tornar o desenvolvimento o movimento participativo onde cada um deve dar a sua contribuição... ”. Chefe do Programa da UICN.

Todas estas ações são acompanhadas às atividades de construção e/ou a recuperação das infraestruturas de base no sentido de colmatar as deficiências das populações locais. “... *Construções de poços, reparação de vias de acesso, melhorias de postos sanitários ... Atividades produtivas como apicultura, reparação de bolanhas, transformação de produtos, criação de animais de ciclo curto, vulgarização de produtos florestais não lenhosos... ”. Diretor Geral do Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas.*

Somos da opinião que os problemas ambientais advêm das consequências das nossas ações nefastas que causamos ao ambiente na procura de criar riquezas, autossuficiência, na melhoria de qualidade de vida e de bem-estar.

Estes problemas, como por exemplo, as mudanças climáticas e as catástrofes naturais não têm fronteiras, não precisam de passaportes para viajar, não conhecem a raça, a religião, a cor da pele, o estatuto social de qualquer indivíduo, simplesmente acontecem de formas inesperadas, causando os problemas económicos, sociais e políticos. Nesta perspetiva cada indivíduo deve agir localmente de forma correta, dando a sua contribuição a nível do país no sentido de conservar e proteger o ambiente.

De ponto vista ecológico e ambiental a Guiné-Bissau é a zona de transição ou zona de tampão. Se analisarmos configuração geográfica da costa africana, sobretudo na costa de ocidental da África faz fronteira com o Senegal no norte que é um país semidesértico e mais acima temos a Mauritânia um país iminentemente desértico.

Na parte oeste da Guiné-Bissau tem o mar, que é preciso que todas as medidas da preservação de conservação e leis sejam respeitadas na íntegra sob pena de estar como um país desértico. Daí é imperativo a atividade de comunicação e educação ambiental para sensibilização das populações para mudanças de comportamentos e atitudes em relação ao uso abusivo dos recursos da floresta.

4. AVALIAÇÃO E DIAGNOSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DA ENVOLVENTE INTERNA E EXTERNA DA FLORESTA

Avaliação estratégica realiza-se a partir da matriz SOWT, foi criada por Kenneth Andrews e Roland Cristensen, e é uma das ferramentas mais utilizadas na gestão estratégica competitiva segundo as quatro variáveis, nomeadamente forças (*strents*), fraquezas (*weaknesses*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*), (Silva *et. al.*, S/D). Segundo

estes autores trata-se de inventariar as oportunidades e ameaças presentes no ambiente externo com as forças e fraquezas mapeadas no ambiente interno da organização.

As quatro variáveis ajudam a obter informações sobre a situação da organização tendo em vista à prevenção de problemas organizacionais e ambientais, identificação da oportunidade, antecipação da ameaça e suprir a fraqueza.

4.1. Ambiente Interno

As forças são consideradas como elementos internos que trazem benefícios e que estão sob controlo de uma organização ou instituição. As fraquezas são elementos internos controláveis que prejudicam a realização dos objetivos estratégicos de uma organização ou instituição. O mais importante é encontramos soluções para minimizar as fraquezas.

4.2. Ambiente Externo

As oportunidades são consideradas situações extremas e incontroláveis, que podem acontecer e afetar positivamente a organização e, por ultimo, as ameaças são situações extremas e não controláveis pela organização, mas sabe-se que existe uma oportunidade de acontecer e afetar negativamente os trabalhos da nossa organização, como está ilustrado na tabela 18 a seguir.

Entretanto, recordamos-lhe que, o objetivo do nosso trabalho é fazer um plano de comunicação e educação ambiental, tendo com a entidade executora a Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável. A avaliação que se segue, através de análise da matriz *swot* é a situação atual da envolvente interna e externa da floresta, nomeadamente no domínio da comunicação, políticas, legislações e institucional (atitudes, perceções, meios, recursos financeiros, humanos e materiais, entre outros).

Tabela nº 18 Análise Swot à Floresta

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> -Existência de instituições que cuidem do meio ambiente e das florestas. -Existência de políticas e legislações ambiental e florestal. -Existência de parques naturais e áreas protegidas. -Assinatura e ratificação de acordos internacionais no âmbito da conservação do meio ambiente e da floresta. - Existência de ONG´s ligadas a preservação do ambiente. -Capacidades técnicas 	<ul style="list-style-type: none"> -Falta de sinergia a nível das instituições do Estado. -Corrupção generalizada. -Falta de aplicação da legislação. - Carência de meios logísticos e financeiros para a fiscalização e controlo das fronteiras. -Pobreza generalizada no país. -Insuficiência de formação e sensibilização dos agentes fiscalizadores. -Ausência de Estado nos lugares mais recônditos do país. -Falta de divulgação de políticas e legislações ambientais e florestais. -Fatores culturais do país. -Impunidade.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> -Reformas de políticas agrárias no país. -Criação de imposto verde. -Definição de quota anual de exploração de madeiras. -Introdução da educação ambiental no curriculum escolar em todos os níveis. -Formação de professores e líderes de opinião pública. -Formação de técnicos nas instituições públicas e profissionais dos órgãos de comunicação social. -Sensibilização das populações para a proteção e conservação das florestas. -Criação e formação de comunidades amigas do ambiente a nível do país. -Manutenção de clima ameno no país. -Criação de bem-estar ambiental e social. -Potenciar atividades de turismo ecológico no país. -Melhoria de qualidade de ar e de vida. -Promoção de desenvolvimento sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> -Crise económica financeira. -Instabilidade política e institucional. -Carência generalizada de energia. -Crescimento da população. -Aumento da taxa de desemprego. -Construções de novas estradas e habitações. -Práticas de agricultura itinerante/rudimental. -Prática de caça e queimada de floresta. -Fuga e/ou extinção das espécies de fauna e flora existentes. -Existência de madeireiros clandestinos. -Sub alugação de licença de corte de madeiras. -Perda da biodiversidade. -Alteração climática. -Seca, desertificação e poluição. -Aumento de temperatura. -Diminuição de chuva. -Catástrofes naturais. -Alteração do calendário agrícola. -Insegurança alimentar e fome.

4.3. Objetivos Estratégicos

A implementação do nosso plano de comunicação e educação ambiental nesta primeira fase (durante um ano), tem como objetivo, o seguinte:

- Dar a conhecer a existência das nossas ideias para que sejam aceites pelos públicos-alvo.
- Informar, persuadir, sensibilizar e educar a população sobre a importância da preservação e conservação do ambiente em geral e em particular das florestas na Guiné-Bissau e no mundo.
- Consciencializar, mudar/alterar os comportamentos das populações face à utilização sustentável dos recursos das florestas, relativamente ao corte abusivo das árvores.
- Criar e manter o relacionamento entre os parceiros (ONG's, membros das organizações da sociedade civil, poderes tradicionais e religiosos), decisores políticos e legisladores (entidades públicas responsáveis pela política de defesa, da segurança, de justiça e deputados da nação) na tomada de decisões e incentiva-los à participação e envolvimento na defesa do ambiente.
- Educar e promover o diálogo/debate dentro e fora do ambiente escolar sobre a nova abordagem, forma de acesso e utilização dos recursos florestais.
- Criação de redes/grupos de indivíduos defensores do ambiente.
- Dar visibilidade às nossas ações.

4.3.1. Segmentação do Mercado

O mercado é constituído por um conjunto de clientes atuais e potenciais usuários de um produto ou serviços, estes conjuntos de clientes podem ser divididos em grupos mais pequenos que partilham mesmos desejos e necessidades específicas (nicho). *“O processo de dividir um mercado em grupos distintos de clientes que têm diferentes necessidades, características, comportamentos e que podem exigir um programa de marketing distinto é chamado de segmentação de mercado”* (Kotler e Armstrong, 2007, p.40).

Para Steven *et. al.*(2001) a segmentação do mercado consiste em subdividir o mercado global em pequenos grupos heterogêneos de consumidores alvos a quem se destina o produto/serviço ou uma ação de marketing, cujas necessidades e desejos são distintos dentro de um mercado global. Estes autores acrescentam que é um processo que abrange as seguintes fases, ou seja, variáveis, que poderão ser usadas para segmentar o mercado, nomeadamente segmentação geográfica e demográfica, pela utilização do produto, por benefício de uso de produto, psicográfica/estilo de vida, ciclo de vida familiar.

Entretanto, dada a complexidade dos objetivos do programa de marketing social e também pela sua subjetividade e inconsciência dos indivíduos/alvos é muito difícil dividir o

mercado em vários segmentos, ou seja, grupos de indivíduos específicos (nicho) a quem se destinam os objetivos da comunicação para modificar os seus comportamentos em relação às suas práticas nocivas no ambiente (a forma de utilização dos recursos das florestas).

Nesta perspectiva “*a segmentação do mercado consiste em identificar grupos de indivíduos que necessitam de um produto (ideia, novo habito e comportamento) seja porque não o querem, seja por não conhecerem, não sabem utilizá-lo ou simplesmente por rejeitarem a ideia de seu uso*” (Minciotti, 1983, p.57).

Tendo em conta as particularidades da Guiné-Bissau e a transversalidade do tema, as nossas ações de comunicação e educação ambiental será destinadas a todos os habitantes do país, independentemente das suas características e das suas diferenças.

4.3.2. Target/público-alvo

O conhecimento do público-alvo implica conhecer diversos contextos em que estão inseridos e que são de alguns modos explicativos de adesão ou não a uma campanha de comunicação, a tendência é para dirigir a campanha para o público em geral, não específico, definido e segmentado (Valente, 2000).

Para Kotler e Roberto (1992, p. 27) “*cada grupo de consumidores escolhidos possui seu próprio conjunto de crenças, atitude e valores, os programas de marketing social são elaborados e estruturados em torno das necessidades de cada segmento específico de uma população escolhida como alvo*”..... *Estes autores acrescentam, que além de fazer a diferenciação entre os grupos escolhidos como alvos deve-se ainda identificar os grupos que exercem influencia, ou influenciadores, que podem afetar o êxito de programa*”.

Os alvos são todos os beneficiários de uma campanha de comunicação e educação ambiental, visando a sensibilização para mudanças de comportamentos e será direcionado a todos os residentes no território da Guiné-Bissau, em geral e, em particular os agricultores, as empresas, que atuam no âmbito da exploração de madeiras, os madeireiros tradicionais (que queremos que iniciem o processo de decisão de uso sustentável de recursos das florestas ou seja, não cortar as árvores de forma abusiva), os pastores, os caçadores, responsáveis das entidades públicas que intervêm nos setores da agricultura, da floresta e do ambiente, deputados da nação (decisores políticos e legislativos), as associações comunitárias de base, os professores, os alunos, as organizações não-governamentais, profissionais de órgãos de comunicação social, sociedade civil, os chefes tradicionais e religiosos (grupos de influenciadores).

4.3.3. Posicionamento da comunicação

A maneira e /ou forma de atuar de uma empresa no mercado de uma forma distinta, é que seja capaz de gerar na mente dos consumidores/alvos associações muito fortes, favoráveis e únicas. Esta forma de atuar deve ser distinta entre várias que existem (dos concorrentes) e, ainda deve ser percebida e valorizada como distinta pelos consumidores, chama-se posicionamento (Kotler e Armstrong, 2007).

Esta estratégia é mais utilizada pelas empresas na divulgação de marca e venda de produtos/serviços baseada em diferenciação, relativamente à funcionalidade de produtos/serviços, atributos, características, performance, preço, embalagem, publicidade, *design*, condições de pagamento para ganhar as vantagens competitivas.

A natureza e objetivo do plano de comunicação e educação ambiental visa a aceitação de uma ideia social (produto intangível) para uma causa ambiental. A forma como adaptar e dirigir/ comunicar ou transmitir as mensagens de acordo com cada segmento e a sua distribuição de modo eficaz para atender as necessidades dos alvos/target constitui uma das vantagens do posicionamento (Kotler e Roberto, 1992).

Uma vez que definimos o nosso target/alvos, a forma de atuar poderia ser superior e diferenciada dos outros, relativamente ao que pretendíamos transmitir aos destinatários desta campanha, ou seja, a forma, o tom da linguagem, os temas e as mensagens de campanhas serão adaptados a cada público-alvo, visados no âmbito do nosso plano de comunicação. Em suma, queremos transmitir os “valores ambientais” ou seja, a importâncias da utilização racional de recursos das florestas para as futuras gerações na Guiné-Bissau como forma de garantir o bem-estar social e ambiental.

4.4. Estratégia de comunicação

É fundamental possuímos uma estratégia global de comunicação eficaz e adaptada à realidade e contexto da Guiné-Bissau. Uma estratégia de comunicação é todo um conjunto de decisões de forma integrada, que possibilita à organização alcançar os objetivos desejados junto dos públicos-alvo, bem como os meios a implementar para materializar os objetivos traçados. Ela permite ainda garantir a coerência e a perspectiva integrada das inúmeras ações de comunicação a realizar (Geada, 2010, *cit. in* publicitor: comunicação 360°).

Uma estratégia bem elaborada e estruturada vai-nos permitir que todos os nossos esforços de comunicação sejam coerentes e de forma contínua. Para que isso aconteça precisamos de identificar quem são os alvos e a elaboração de um programa comunicação bem

estruturado para estimular a participação e a reação que pretendemos junto dos destinatários da nossa campanha.

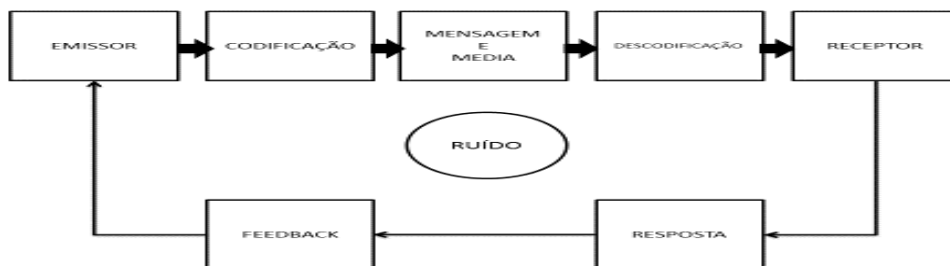
Posteriormente, fazemos levantamentos de todos os meios e formas de comunicações possíveis, que possamos persuadir e influenciar os nossos alvos na tomada de decisões em relação à nossa comunicação. Mas antes vamos analisar como processar a nossa comunicação.

4.4.1. Processo de comunicação

A comunicação é “ato ou efeito de emitir, transmitir e receber mensagem por meio de métodos e/ou processos convencionais, quer através da linguagem falada ou escrita, quer de outros sinais, signos ou símbolos, quer de aparelhos especializados, sonoros e/ou visuais” (Brito, 2007, p.1). Em todo o processo de comunicação presume-se a troca de mensagem entre o emissor e o recetor, bem como, o recurso a uma técnica de codificação, que possibilita expressar e interpretar a mensagem a transmitir.

Para comunicar de maneira eficaz precisamos de entender como a comunicação funciona. Ela envolve as seguintes etapas, nomeadamente o emissor e o recetor, mensagem e a média, codificação e a decodificação, resposta e feedback (Kotler e Armstrong, 2007).

Figura 1 - Processo de comunicação



Fonte: adaptado de Kotler e Armstrong (2007)

O processo de Comunicação acontece quando o emissor emite uma mensagem ou sinal ao recetor, através de um canal ou meio. Por sua vez, o recetor decodifica ou interpreta a mensagem que é transmitida do emissor e dará o feedback, ou seja, a resposta à fonte emissora da mensagem. Mas no entanto, o recetor pode não perceber ou interpretar o sinal ou a mensagem recebida gerando aquilo a que chamamos de ruído num processo de comunicação.

Estes são considerados como os pontos-chave para uma comunicação eficaz. Isso implica que precisamos enquanto entidade emissora (fonte) de conhecer qual é a audiência ou públicos (recetor) a quem pretendemos transmitir as mensagens e quais são os canais ou meios

adequados para fazer-lhes chegar a nossa comunicação e para termos as respostas que desejamos.

Para que tal aconteça, devemos codificar as nossas mensagens em símbolos, palavras acessíveis ou imagem apropriadas, de forma a que poderiam ser decodificadas e interpretadas pelos nossos (recetores) públicos- alvo, que visualizam as imagens, leiam as escritas, ouvem/percebem os sons das nossas comunicações, interpretando os seus significados. E, enviadas por veículos e/ou canais (Radio, TV, jornal, *outdoor*, etc... por exemplo), que estejam ao alcance e audiência com vista a termos as respostas e feedback dos nossos recetores. Neste caso o feedback *"é a forma que o recetor usa para mostrar à fonte emissora se ele entendeu ou não a mensagem transmitida, reiniciando o processo de comunicação no qual, agora, o recetor torna-se a fonte emissora e vice-versa"*. (Almeida, 2007, p.4).

O Autor conclui, que quando as nossas mensagens não sejam decodificadas e entendidas, corretamente pelos recetores a quem são destinadas as nossas comunicações é que chamamos de ruídos num processo de comunicação.

4.4.2. Estratégia de definição de Mensagens

No desenvolvimento da mensagem precisamos de refletir sobre o conteúdo, a estrutura e a forma da mensagem, tendo em conta os nossos objetivos, que são de informar, educar e sensibilizar os nossos públicos-alvo a abandonarem uma certa prática ou comportamento. Uma das nossas tarefas é fazer com que os alvos se lembrem dos conteúdos das nossas mensagens e persuadi-los a criarem atitudes favoráveis em relação ao meio ambiente, no que concerne a exploração abusiva dos recursos florestais (corte, comercialização e queimada das árvores) na Guiné-Bissau.

Os conteúdos das nossas mensagens deverão ser concebidos de forma que atraiam atenção e sejam convincentes por parte dos nossos alvos. Por isso, vamos produzir conteúdos, temas ou fazer apelos, que irão persuadir e suscitar *atenção, interesses, desejos e ação*, ou seja obter as respostas por parte dos nossos alvos (Almeida, 2007).

As mensagens devem ser bem concebidas para atrair a atenção dos nossos públicos-alvo, relativamente à preservação e conservação das florestas. Para despertar a atenção dos visados, vamos em primeiro lugar demonstrar, através das nossas comunicações, como as nossas ações/cortes abusivos das florestas na Guiné-Bissau terão os impactos sobre o meio ambiente e as consequências negativas para as futuras gerações. Em seguida, informamos-lhes sobre os benefícios, ou seja, a importância da preservação e conservação das florestas ou

daquilo que comunicamos sejam perceptíveis, aceitáveis e despertar-lhes interesse de terem o meio ambiente saudável.

Desta forma podemos provocar ações favoráveis relativamente à preservação das florestas em proveito dos benéficos ambientais, alterando os seus comportamentos.

Entretanto, para que isso aconteça, no marketing social existem três formas de execuções das mensagens, nomeadamente *racionais*: nos quais, através da nossa mensagem devíamos dizer qual é o comportamento desejado ou seja dar forma à mensagem para que os nossos alvos tirem as suas conclusões (certo ou errado); *emocionais*: que apelam para a emoção e não para argumentos racionais. E, podem ser de forma negativa (descrever as consequências ou efeitos prejudiciais) ou positiva (descrever os benefícios); *elementos não-verbais*: que são muitas vezes influentes que elementos verbais na transmissão das mensagens (vozes, expressões faciais, movimentos de corpos, aparências físicas...) ou seja são indicadores daquilo que realmente a mensagem está a transmitir (Kotler e Roberto, 1992).

Em suma, a execução da mensagem é dividida em três partes, as quais precisamos de definir como lidarmos com os nossos públicos-alvo. É necessário levarmos em conta os aspetos distintivos de cada meio ou suporte de comunicação para transmitirmos a nossa mensagem.

Se vamos recorrer aos meios impressivos para fazer publicidade, anúncio, etc... (nos jornais, panfletos, desdobráveis, e outros, por exemplo) vamos levar em conta tipo de letra, cor, forma, tamanho e imagem (fotos e desenhos) para fazer a ilustração. Caso seja na rádio daremos atenção aos efeitos sonoros (som da musica, tom das vozes e as palavras). Na televisão consideraremos outros aspetos a levar em conta, nomeadamente a expressão corporal do comunicador, o gesto, a sua imagem, etc.

4.4.3. Estratégia de Utilização de Canais de Comunicação

Uma vez que já nos debruçamos sobre as etapas que envolvem o processo de comunicação, as estruturas, os conteúdos e as formas/estratégias de execução das mensagens importa-nos agora selecionar os canais de comunicação, os quais, pretendemos transmitir a informação juntos dos nossos públicos- alvo. Há dois tipos de canais de comunicação a saber: *pessoal e impessoal*.

4.4.3.1. Os canais de comunicação pessoal

Permite aproximação ou interação entre o emissor e recetor e adaptação das mensagens de acordo com cada público-alvo. ” *Os comunicadores pessoais de uma campanha de mudança social assumem uma variedade de papéis, aí se incluindo os de motivadores, pesquisadores,*

mediadores, conselheiros, missionários, assistentes sociais, trabalhadores de extensão, prestadores e fornecedores de serviços”. (Kotler e Roberto, 1992, p. 231).

No marketing social, nestes tipos de canais, a comunicação é bilateral e, podem ser face a face (feita cara a cara), pelo telefone, pelo correio, pelo correio eletrônico e, são eficazes porque nos permitem fazer apresentação pessoal, dialogar e ter “*feedback*” por parte dos nossos alvos. No entanto, estes tipos de canais alguns são controláveis (*email*, site, por exemplo) pela entidade comunicadora e outros não são controláveis, boca a boca, “buzz” marketing, marketing viral, por exemplo (Kotler e Armstrong, 2007).

4.4.3.2. Os canais de comunicação impessoal

Afetam os alvos da comunicação indiretamente. Nestes tipos de canais são os mídias, que veiculam as mensagens sem contatos pessoal nem feedback, nomeadamente os jornais, as revistas, as rádios, a televisão, a exposição (cartazes, *outdoor*, placas, posters), os eventos etc... (Kotler e Armstrong 2007). Têm como objetivo transmitir uma mensagem a um vasto público simultaneamente e unilateral. A finalidade do conteúdo da mensagem é persuadir e informar os alvos.

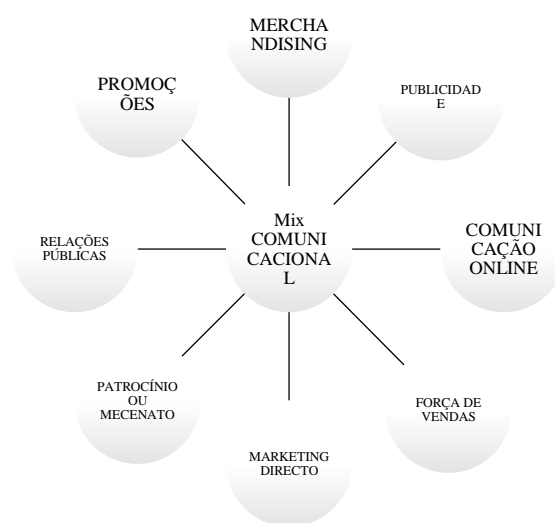
Podemos concluir que os canais de comunicação pessoal é uma técnica de comunicação fora dos médias (*below the line*) e os canais de comunicação impessoal é a técnica de comunicação que utilizam os meios de comunicação de massa (*above the line*).

4.4.4. Estratégia de Utilização de ferramentas de Comunicação

A utilização de ferramentas de comunicação constituem a combinação de diferentes variáveis ou instrumentos de comunicação para atingir com maior eficácia e eficiência os objetivos definidos no nosso plano de comunicação. Cada umas destas variáveis têm características específicas distintivas das demais, não só pela forma, mas também pelos objetivos, que pretendemos atingir e os alvos a quem dirigimos a comunicação.

A combinação destas ferramentas ou variáveis da comunicação (Publicidade, Força de Venda, Marketing Direto, Patrocínio e Mecenato, Relações Públicas, Promoções, *Merchandising* e Comunicação online) é o que chamamos de *mix* de comunicação (Kotler e Armstrong, 2007).

Figura 2 - Mix da comunicação



Fonte: Adaptado de Geada cit. in Publicitor: comunicação 360° (2010)

4.4.4.1. As Relações Públicas

As relações públicas são conjuntos de técnicas ou ações de informação e de comunicação utilizadas para manter e estabelecer relações de confiança entre as empresas, as organizações ou as entidades e os seus públicos internos (colaboradores, funcionários...) e externos (clientes, instituições financeiras, governos, mídias, opinião pública.), chamamos de relações públicas (Helfer e Orsoni, 1996).

Para Brito (2007), as relações públicas são exercícios administrativos, que avaliam as atitudes públicas, identificam as diretrizes e os procedimentos individuais de uma organização ou empresa na procura do interesse público, e planificam e executam um plano de ação de comunicação para conquistar a compreensão e aceitação pública. O Autor destacou, que o trabalho de relações públicas é geralmente desempenhado pelo gabinete de assessoria de imprensa de uma organização, tendo como principais ferramentas: “*press kit*”, “*news letter*”, *notas informativas*, *eventos como congresso*, *palestras*, *conferência de imprensa*, *seminários*, *exposição*, “*workshop*”, etc...

As relações públicas “*agrupam as comunicações concebidas pela empresa com objetivo de dar a conhecer a existência, a ação e a finalidade da empresa e desenvolver uma imagem favorável no espírito do público em geral, dos prescritores (professores, médicos,..) dos parceiros institucionais e comerciais em particular*” (Labin, 2000 p.655).

A utilização desta ferramenta vai permitir-nos influenciar os formadores de opinião pública, as instituições públicas, os prescritores, através da realização de eventos como por exemplo: palestras, seminários, *workshops*, conferência de imprensa, incentivando a

participação e o envolvimento por parte dos destinatários da nossa comunicação, tendo em vista a credibilização e aceitação da nossa ideia. No entanto, vamos comunicar os benefícios ambientais (preservação e conservação das florestas) na criação de bem-estar social e a necessidade de promoção da sustentabilidade ambiental na Guiné-Bissau.

As ações de relações públicas serão umas das nossas tarefas de base, que serão de informar e dar a conhecer as nossas ideias, os nossos objetivos e as nossas ações correntes e futuras a desenvolver junto dos nossos parceiros no âmbito da implementação do nosso plano de comunicação.

4.4.4.2. A Publicidade

A publicidade é mais usada pelas empresas comerciais, mas também é utilizada pelas organizações sem fins lucrativos, as instituições públicas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais para anunciar e persuadir os diversos públicos a aderir a uma causa. A publicidade é qualquer forma paga de apresentação pessoal e de promoção de ideias, serviços ou organização por uma entidade emissora, claramente identificada, utilizando meios relativamente massificados como televisão, rádio, jornais, *outdoor*, internet ... (Kotler e Armstrong, 2007).

A publicidade “*é uma técnica de comunicação para fornecer informação, desenvolver atitude e provocar ações benéficas às entidades anunciantes*” (Brito, 2007, p.2).

O Autor acrescenta que, a publicidade para além de despertar a ação de compra, tem como objetivo dar maior identidade a um produto, uma ideia ou à empresa. Ela mostra os benefícios e atributos do produto ou vantagem de uma ideia de serem conhecidos ou aceites e aumenta a crença racional ou emocional do consumidor, ou seja, dos destinatários da comunicação.

O mais importante para o nosso plano de comunicação é saber como aplicar esta ferramenta, ou seja, de acordo com os objetivos que pretendemos atingir, os nossos alvos, a conceção de conteúdos, das mensagens persuasivas que chamem a atenção das pessoas promovendo o interesse e o desejo e serão adaptadas a cada meio e suporte de comunicação, visando cada um dos nossos públicos-alvo.

A seleção dos mídias e/ou meios de comunicação basear-se-á em função das disponibilidades e o alcance e/ou abrangência de suportes de comunicação (a nível nacional, regional ou local), a hora e o momento certo em que anunciarmos ou divulgarmos a nossa ideia, adaptando as nossas linguagens à realidade da Guiné-Bissau.

4.4.4.3. O Marketing Direto

O marketing direto é um instrumento de comunicação que podemos utilizar através de conjuntos de técnicas individualizadas e interativas para construir e manter o relacionamento com os influenciadores (líderes de opinião pública, por exemplo) para que as mensagens que transmitimos cheguem de forma eficazes aos públicos-alvo da nossa comunicação (Kotler e Armstrong, 2007).

A utilização desta ferramenta vai-nos permitir criar base de dados e de relacionamento com os nossos parceiros (ONG's, Associação Comunitárias de Base, Professores, Deputados da Nação, Chefes Tradicionais, Líderes Religiosos ...) a nível nacional, regional e local para a implementação do nosso plano de comunicação.

O objetivo da utilização desta ferramenta é o informar e dar a conhecer a nossa ideia e estimular as ações dos nossos públicos-alvo. *“As principais ferramentas do marketing direto são mala direta, catálogo, telemarketing, email marketing, ...”* (Brito, 2007, p.4).

No contexto da Guiné-Bissau, por exemplo, para a realização de eventos ou seja sessões de formações (palestras, seminários ou workshops), para além de fazer os anúncios nos órgãos de comunicação social, podemos comunicar diretamente e de forma interativa com os nossos parceiros (influenciadores/prescritores), através do telefone, correio eletrónico, fazendo convites para que eles organizem as populações ou os destinatários da nossa comunicação, anunciar e informar, antecipadamente sobre os objetivos, o local, a data e a hora de realização de eventos, por exemplo no âmbito das nossas ações de comunicações.

4.4.4.4. A Promoção

A promoção de venda é uma ferramenta de comunicação utilizada pelas empresas para incentivar experimentação e acelerar a compra/ venda do produto, através de utilização de técnicas diversificados e incentivos a curto prazo. *“É uma abordagem que associa um conjunto de técnicas e meios de comunicação, posto em prática no âmbito de ação comercial da empresa, a fim de suscitar junto dos alvos visados a criação e alteração de um comportamento de compra ou de consumo a curto ou longo prazo”* (Ingold 1995, in Labin 2000, p.647).

A promoção é feita em momento específico e em determinado período, utilizando as seguintes técnicas, nomeadamente a redução temporária de preço, amostra gratuita, jogos, concurso e sorteio... (Brito, 2007).

Este instrumento é aplicável no âmbito do nosso plano de comunicação, embora não temos objetivos comerciais. Na Guiné-Bissau vamos utilizar as técnicas através de concursos e sorteios, nos mídias (através de programas nas rádios e TV) e nos eventos para analisar se os

alvos visados estão a perceber e memorizar os conteúdos das mensagens que transmitimos durante a campanha.

Através de concurso e sorteios (perguntas/respostas), dando prémios como forma de incentivá-los ou atraí-los no sentido de participarem e estarem atentos às nossas ações de comunicação. Estas ações serão limitadas a curto prazo.

4.4.4.5. O Merchandising

O merchandising é uma forma ou técnica de comunicação utilizada para provocar a venda do produto e a rentabilidade em pontos de vendas, através de apresentação adequada de produtos nas superfícies (prateleiras e montras) das lojas e supermercado, tendo como objetivos provocar a decisão de compra, promover novos produtos e levar a experimentação, (Geada, 2010).

O merchandising ” *significa as ações de comunicações no ponto de venda, bem como a promoção de uma marca ou a imagem em um ambiente que não configura espaço publicitário*“ (Brito, 2007, p.7).

Entretanto, podemos concluir que as técnicas de Merchandising podem ser utilizadas em espaços editoriais na televisão, imprensa e internet ou seja comunicação eletrônica, em filmes, em telenovelas e outros, para reforçar mensagens publicitárias feitas anteriormente, ou mesmo em substituição à publicidade, em alguns casos.

No âmbito do nosso plano de comunicação e educação ambiental vamos aproveitar esta ferramenta, utilizando as seguintes técnicas: nomeadamente a confeção de materiais e a impressão das nossas mensagens, as bandas desenhadas, a imagem ou “slogan” em materiais didáticos para professores, materiais escolares para alunos (canetas, cadernos, lápis, régua, aguça, livros e outros.), chapéus, camisolas, malas, cartazes, etiquetas, autocolantes, cartazes etc. Todos este materiais de comunicação serão atribuídas gratuitamente, mediante a participação em concursos ou sorteios nas escolas e nos eventos, incentivando a participação e o envolvimento dos indivíduos para a causa ambiental na Guiné-Bissau.

4.4.4.6. Patrocínio e Mecenato

O Patrocínio e o Mecenato são instrumentos de comunicação que se adequam melhor á comunicação institucional, embora podem ser adaptadas a comunicação de marcas ou produtos. A utilização destas ferramentas visam dar a notoriedade, a melhoria da imagem, a credibilidade e a transmissão de confiança de uma instituição ou marca/produto (Geada, 2010).

Estas são ferramentas de comunicação que têm como objetivo passar o bom nome e a imagem da empresa e seus produtos/serviços, através da sua associação a eventos, entidades desportivas ou culturais.

No âmbito do nosso plano de comunicação e educação ambiental estas ferramentas serão implementadas para o apoio aos eventos culturais e desportivos. Tendo em conta a nossa diversidade étnico cultural, as ações de apoio à maior manifestação cultural no país (carnaval), o evento que consegue agrupar durante quatro dias todos e diferentes grupos étnicos, que constituem o mosaico cultural da Guiné-Bissau para a manifestação e exposição das suas tradições étnico-culturais na capital Bissau. Estas manifestações que se realizam, através de concursos de danças e músicas tradicionais, podem ser dedicadas às temáticas ambientais (preservação e conservação das florestas) por exemplo, sob o lema: Não ao corte das árvores! Isso para permitir, que cada grupo étnico faça a exposição sobre os significados ou valores das florestas dentro das suas comunidades.

Em relação ao apoio (patrocínio) às atividades desportivas, neste caso futebol sobretudo no período das férias letivas em que são organizados torneios de futebol ao nível dos bairros, pelas associações de bases ou grupos de indivíduos em todo o território nacional (a nível das regiões, dos setores, das seções e nos bairros), reunindo a maior parte das populações jovens do país.

A organização de festivais de música tendo como objetivo descobrir os novos talentos, produzir músicas com os temas ambientais que servem como elemento de apoio na sensibilização das populações alvo da nossa comunicação.

Entretanto, apoios a estes eventos, embora sejam ações de curto prazo com maior impacto serão oportunidades para a promoção e transmissão das nossas mensagens ou das ideias em relação às mudanças de atitudes e comportamentos para a utilização sustentável de recursos das florestas para a próxima geração, preservando o ambiente.

4.4.4.7. A Força de Venda

A força da venda ou venda pessoal é uma ferramenta de comunicação utilizada pessoalmente pelo técnico comercial, responsável pela venda, vendedor, administrador de uma empresa. Alguns elementos da força da venda como responsável comercial e administrador, por exemplo, exercem as suas atividades dentro da empresa e fazem negócios por telefone, internet ou recebendo visitas de clientes. Outros, como os vendedores e os promotores, exercem as suas atividades no exterior da empresa cujas tarefas é o contacto com os clientes (Kotler e Armstrong, 2007).

A força da venda “*É considerado a variável mais completa, na medida em que permite uma adequação permanente do agente da comunicação ao seu interlocutor, possibilitando a transmissão e retorno de informação*” (Geada, 2010, p.66 *cit. in.* Publicitor: comunicação 360°). Esta ferramenta terá importância na implementação do nosso plano de comunicação.

No âmbito das nossas ações de comunicações e educação ambiental vamos recrutar e formar grupo de indivíduos que sirvam como elo de ligação entre a entidade responsável pela execução deste programa e os alvos da comunicação no terreno.

Estes grupos de indivíduos, ou seja, os elementos exteriores (formadores de opinião pública por exemplo) serão recrutados, formados e distribuídos em função das suas zonas de influências. Terão as responsabilidades de atrair e criar grupos de comunidades amigas do ambiente (defensoras de florestas na Guiné-Bissau).

Igualmente, desempenharão funções de “embaixadores” na sensibilização e transmissão da informação, explicando as consequências da degradação e os benefícios da preservação e conservação das florestas para o bem-estar das suas comunidades e credibilização das nossas ideias junto das mesmas.

4.4.4.8. Comunicação Online

É a forma de comunicação virtual feita a partir da internet para atrair visitantes à página ou Web Site de uma empresa. “*A comunicação “online” é uma forte ferramenta de marketing direto para construir relacionamentos com clientes, aumentar as vendas, divulgar as informações sobre a empresa e o produto e entregar produtos e serviços de modo mais eficaz*” (Kotler e Armstrong, 2007, p.453).

No âmbito do nosso plano de comunicação e educação ambiental vai ser um complemento às ações de força de venda, das relações públicas e da publicidade, permitindo a interatividade com os nossos públicos-alvo e parceiros durante a implementação da campanha.

A criação do correio eletrónico e *web site* pela entidade executora do plano de comunicação serão importantes na medida em que vão servir de ferramentas de pesquisa e de apoio ao estabelecimento de ensino, à comunidade académica, professores, estudantes e, outros, proporcionar-lhes informações (notícias, reportagens, fotos, imagens e outras publicações ao nível internacional) sobre problemáticas ambientais a nível global em geral, e em particular, a nível nacional. Igualmente, convidamos, ou seja, incentivamos as pessoas a participar em concurso, através de várias plataformas de comunicação (redes sociais por exemplo), produzindo conteúdos (escrever contos e poesia sobre a importância da preservação da floresta, por exemplo), e fazer denúncias, partilharem os vídeos, fotos e músicas com o objetivos

promover a interatividade entre os destinatários ou alvos e criar a rede de comunidade amiga do ambiente na Guiné-Bissau.

Em suma, todas estas ferramentas do *mix* da comunicação vão permitir implementar, desenvolver e dinamizar as atividades de comunicação e educação ambiental dentro e fora do ambiente escolar na Guiné-Bissau, promovendo um desenvolvimento sustentável como forma de garantir o bem-estar social para as futuras gerações.

A utilização destas ferramentas vão-nos permitir construir relacionamento com os nossos alvos, visando informar, persuadir e/ ou lembrar os nossos públicos-alvo das nossas ações de comunicações a desenvolver, tendo em vista alterar os seus comportamentos e as suas atitudes face à preservação e proteção das florestas, relativamente ao corte abusivo das árvores, que poderão ter impactos negativos no ambiente, na economia e na sociedade guineense.

4.5. Plano Operacional

Neste capítulo vamos desenvolver o nosso plano de comunicação, determinar os objetivos que pretendemos atingir, estruturar o cronograma das atividades, ou seja o tempo de execução e os recursos necessários para implementação do plano e como avaliar as nossas ações.

4.5.1. Ações a Desenvolver

Para a operacionalização do nosso plano de comunicação (vide a tabela 3.1. em anexo 9) pretendemos desenvolver as seguintes atividades, nomeadamente: Ações dentro das mídias e Ações fora das mídias.

Ações dentro das mídias:

- Produção e inserção de Spots Publicitário (na radio, televisão, jornal, internet, *outdoor*).
- Produção e Edição de Programas temáticas nas rádios e televisão.
- Produção de documentários e/ou reportagem especializadas (na radio, televisão e jornal).

Ações fora dos mídias:

- Designação da campanha (nome).
- Criação de logotipo/marca.
- Constituição da equipa de trabalho (recursos humanos).
- Logísticas (meios de transporte, combustíveis, e telecomunicações).

- Aquisição de matérias consumíveis de escritório (computadores, impressoras, scâner, toner, projetores, resmas de papel, agrafos, perfuradores, cliques, marcadores, câmaras fotográficas e de filmagem, discos externos, discos amovíveis).
- Organização de sessões públicas de apresentação da ideia (envio de convites, email, telemarketing, notas informativas, conferência de imprensa).
- Contatos com a imprensa, parceiros e grupos de influenciadores.
- Criação e manutenção de *web site* na internet, correio eletrónico e páginas nas redes sociais.
- Organização de sessões de informação e divulgação das ações (através de produção de informação, notícias, *briefing* com a imprensa, notas informativas, etc.).
- Produção de matérias de sensibilização (edição e impressão de cartazes, folhetos, desdobráveis, boletim informativo e outros suportes de sensibilização).
- Produção de materiais impressos (camisolas, chapéus, canetas, cadernos, lápis, régua, aguça, livros temáticos, malas, mochilas, cartazes, etiquetas e outros).
- Organização de sessões públicas de eventos (formação e reforço de capacidades), através de palestras, seminários, “workshops”, encontros, fórum, debates.
- Organização de sessões de apoio e/ou patrocínio aos eventos culturais e desportivos.
- Organizações de sessões de concursos e sorteios (festivais de música, poesia, contos, etc.).
- Campanha de repovoamento das essências florestais.
- Avaliação e controle e fecho de atividades.

4.6. Orçamento

As despesas estimadas para ações de concretização do presente plano de comunicação e educação ambiental preveem o gasto com as despesas administrativas, investimentos em ações dentro e fora das mídias: em termos globais, correspondem a um montante de **5.613.180,51 Euros** como está discriminado na tabela 3.2. em anexo 10.

4.7. Avaliação

A avaliação de resultados de execução do plano de comunicação e educação ambiental serão consideradas como passos muito importantes para analisar a eficácia e eficiência das nossas ações, relativamente ao impacto e/ou nível de conhecimentos sobre a problemática da preservação, conservação e gestão do meio ambiente em geral, e em particular dos recursos florestais na Guiné-Bissau. E, ainda serão avaliados, mediante os indicadores de realização, de resultados e financeiros.

4.7.1. Indicadores de realização

Medir a produção direta dos números de atividades realizadas (publicidades, *outdoors*, programas, eventos, seminários, palestras, fórum de debates, notícias, visitas nas páginas de web site e redes sociais...), quantidades de matérias de sensibilização impressos produzidos e distribuídos, números de publicações, dos beneficiários em cada uma das sessões de formação e eventos.

4.7.2. Indicadores de resultados

Com o objetivo de medir os efeitos e a eficácia de comunicação e avaliar a qualidade das ações desenvolvidas (através de programas nas rádios e na televisão) e serão efetuados inquéritos por questionário e nas páginas de redes sociais.

4.7.3. Indicadores financeiros

Para medir o grau de execução financeira, relativamente às despesas realizadas através da auditoria interna e externa.

5. CONCLUSÕES

A questão ambiental é transversal e universal, ligada a todos os setores de atividade de um país, no qual a Guiné-Bissau não está imune.

A floresta é um bem coletivo que não pode ser usado como uma propriedade privada ou então a esfera da soberania do Estado. Os serviços dos ecossistemas florestais do país têm que ter uma gestão partilhada, coletiva e sustentável, para que as próximas gerações beneficiem de tais serviços oferecidos pela floresta.

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável abriga um leque de alternativas associadas às mudanças conceituais e culturais que favorecem novos padrões de comportamentos, consciência, ação e consumo. Argumentar-se-á, que a forma fragmentada e descontextualizada com que os temas ambientais vêm sendo tratados no âmbito educacional, formal ou informal, fortalece a reprodução de uma generalizada percepção fragmentada da problemática ambiental no país, que dificultam as propostas de intervenção.

Mas, acreditamos que ainda é possível reverter o quadro através da sustentabilidade e educação ambiental, desde que todos os quadrantes da sociedade guineense cooperem.

Na nossa opinião, para além das ações de sensibilizações dentro e fora do ambiente escolar, outras medidas deviam ser acompanhadas, nomeadamente, aplicação das leis existentes

por parte das entidades responsáveis pela gestão das florestas e o do ambiente. E, inventariar os danos ecológicos causados nas florestas e, eventualmente, responsabilizar as pessoas.

5.1. Limitações

A primeira limitação que antecipou a pesquisa estava relacionada com as dificuldades de recolha de dados, devido à escassez de publicações e informações sobre o tema na Guiné-Bissau. As limitações foram de várias ordens como no acesso e recolha das informações ligadas ao tema sobre a Guiné-Bissau, como ligadas à deslocação para fazer trabalho de campo, realizando inquéritos, recolhas de dados e entrevistas com os responsáveis das instituições que trabalham no domínio da preservação, conservação e gestão das florestas em particular, e em geral do ambiente.

No entanto, não foi possível falar com todas os responsáveis porque alguns, como os Titulares da pasta do Ambiente, Agricultura, Educação, manifestaram indisponibilidades através dos seus colaboradores, alegando que tinham agendas carregadas, falta de tempo, que o momento não era possível devido à preparação da mesa redonda por parte do governo com os doadores internacionais, realizada em Bruxelas a 25 de Março.

Outros temiam que os cargos que estão a desempenhar poderiam estar em causa como é o caso dos técnicos da Direção Geral das Florestas, entidade ligada à gestão das florestas e emissão de licenças de corte. Igualmente, com o Diretor Geral das Florestas para ter acesso às informações sobre os dados, as zonas mais afetadas, quantidades de árvores abatidas para comercialização, os procedimentos administrativos para ter licenças de emissão de corte de madeira, o inventário florestal, as políticas de gestão das florestas e de repovoamento florestal e, que infelizmente viria a ser suspenso da sua função, alegadamente na tentativa de forçar a exportação de madeiras em toros nos contentores a partir do porto de Bissau. Alguns, aceitaram falar mediante a não gravação de entrevistas e sem apontamentos de quaisquer dados, alegando só com autorização do Diretor Geral das Florestas ou do Ministério de Agricultura, entidade que tutela a Direção Geral das Florestas.

Outras limitações têm a ver com a nossa impossibilidade de ordem financeira para nos deslocarmos às zonas mais afetadas pelas cortes (norte, leste e sul do país) no sentido constatar *in loco* e auscultar as populações locais e as ONG's que trabalham no domínio da preservação e conservação do ambiente nessas zonas.

De salientar, que os responsáveis das empresas que comercializam as madeiras, as carpintarias, os vendedores de cibes não se disponibilizaram para falar sobre o assunto, que supostamente temiam das represálias por parte das autoridades ligadas à emissão de licenças de

corte. Igualmente, alguns indivíduos receberam inquéritos em papel e não se disponibilizaram em responder, nomeadamente os técnicos do Ministério de Agricultura, que tutela a Direção Geral das Florestas, da Guarda Nacional entidade paramilitar, que durante os dois últimos anos, alegadamente em conivência com alguns responsáveis políticos e altos patentes militares do Estado Maior General das Forças Armadas da Guiné-Bissau substituíram a Direção Geral das Florestas.

Em suma, essas dificuldades condicionariam o sucesso da investigação, que poderá ser melhorada com os trabalhos futuros.

5.2. Investigações Futuras

À margem da implementação deste projeto poderão ser feitas atualizações do Estudo sobre Inventário Florestal, Estudo sobre Avaliação de Impacto Ambiental pelos danos causados à floresta na Guiné-Bissau e, paralelamente a isto, fazer um Estudo sobre a Vulnerabilidade da Guiné-Bissau face às Mudanças Climáticas.

6. BIBLIOGRAFIA

- Ação para o Desenvolvimento (2015), Disponível em : <http://www.adbissau.org>
- Almeida, António (2007), Educação ambiental: a importância da dimensão da ética, Livros Horizontes Lda., Lisboa.
- Almeida, Ricardo (2007), Administração da Comunicação, Disponível em : <http://www.ricardoalmeida.adm.br/10admmmerc.pdf> .
- Assis, Eveline Silva (1991), A Unesco e a Educação Ambiental Disponível: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/761/682>.
- Badji, Cármen, Pinto, Pereira e Biague, Mário (2004), Plano Nacional de Gestão Ambiental, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa.
- Banco Mundial (2014), Guiné-Bissau: aspetos gerais. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview> .
- Bardin, Laurence (2009), Análise de Conteúdo, Edições 70, Lisboa.
- Beaugrand, J. P. (1999), Observation directe du comportement. Fondements et étapes de la recherche scientifique en psychologie, Edisem, Québec, (pp 277-309). 3ª Edição
- Bogdan, R. C. e Biklen, S. K. (1994), Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos, Porto Editora Ltda.
- Borges, Leandro (S/D), Como desenvolver uma Matriz ou Análises Swot (FOFA). Disponível em: <http://blog.luz.vc/o-que-e/como-desenvolver-uma-matriz-ou-analise-swot-fofa/> .
- Brandão, Elizabeth Pazito (2006), O significado do Conceito de Comunicação Pública. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?id=44978> .
- Brito, Breno (2007), Comunicação integrada: o mix de comunicação. Disponível em : [http://www.brenobrito.com/files/Prat_Propaganda-Apostila06 - Mix de Comunicacao.pdf](http://www.brenobrito.com/files/Prat_Propaganda-Apostila06_-_Mix_de_Comunicacao.pdf) .
- Caetano, Joaquim e Rasquilha, Luís (2007), Gestão de Comunicação, Quimera Editores Lda., Lisboa.
- Carta de Belgrado (1975), Educação Ambiental. Disponível em: http://www.esac.pt/abelho/EdAmbienta/carta_de_Belgrado.pdf .’
- Carneiro, Márcia, Tobias (2010), Educação Ambiental e Marketing Verde: por um consumo ecologicamente correto. Disponível em: <http://www.sinect.com.br/anais2010/artigos/EC/170.pdf> .

- Catarino, Luis, Cassama, Viriato, Vasconcelos, Mariana, José, Temudo, Marina (2012) As florestas do Cantanhez (Guiné-Bissau) – Vegetação, alterações do coberto do solo e utilização dos recursos naturais. Disponível em: http://speco.fc.ul.pt/revistaecologia_4_art_2_1.pdf
- Da Costa, Guilherme, Handem, Armindo, Martins, Mário, Menda, Abrigo, Fonseca, Luís Malabe, Rodrigues, Daniel e Bancessi, Quintino (2009), Estratégia Nacional e Plano de Ação para Conservação da Biodiversidade Biológica na Guiné-Bissau, AAFDL, Lisboa.
- Decreto-lei Nº10/2010, Lei sobre Avaliação Ambiental. Disponível em: http://www.redeimpactos.org/upload/Lei_10_2011sobreAIA.pdf
- Decreto-lei nº 1/2011, Lei de Base do Ambiente. Disponível em: http://www.redeimpactos.org/upload/Lei-1_2011.pdf
- Decreto-lei nº 5/2011, Lei da Floresta. Disponível em: <http://faolex.fao.org/docs/pdf/gbs118220.pdf>
- Deslauries, Jean–Pierre (1991), Recherché qualitative: Guide pratique, McGraw-will, Montréal, Canada.
- Dias, Geraldo Freire (2003), Educação Ambiental: princípios e práticas, Editora Gaia Ltda., São Paulo.
- Dias, Reinaldo (2007), Marketing Ambiental: Ética e Responsabilidade Social e Competitividade de Negócio, Editora Atlas S.A., São Paulo.
- Diaz, Alberto Pardo (2002), Educação Ambiental como Projeto, Artmed Editora S.A., São Paulo.
- Diegues, Antonio, Carlos S. (1992), Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da Crítica dos Modelos aos Novos Paradigmas. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_05.pdf .
- Direção Regional da OMS para África (2008), Estratégia de Cooperação da OMS com os Países 2009/2010 - Guiné-Bissau. Disponível em: http://www.who.int/countryfocus/cooperation_strategy/ccs_gnb_2009_2013_po.pdf
- Figueiredo, Mirela, de Oliveira, Matsukura, Thelma, Simões, Emmel, e Maria, Luísa G. (2013), Práticas Educativas de Professores para os Alunos com Dificuldades de Aprendizagem no Brasil, disponível em :<http://webs.ie.uminho.pt/xijgp/at6.pdf>
- Goldenberg, M. (1999) A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais, Record, Rio de Janeiro.
- Gomes, Carla (2010), Alterações Climáticas e Desenvolvimento Limpo: coperação entre Portugal e os PALOP, Esfera do Caos Editores, Lisboa.

- Hamel, Jean (2000). À propos de l'échantillon. De l'utilité de quelques mises au point. Recherches qualitatives. Disponível em :http://www.recherchequalitative.qc.ca/documents/files/revue/edition_reguliere/numero21/21Hamel.pdf .
- Helfer, J.-P. e Orsonni, J. (1996), Marketing, Edições Sílabo Lda, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau (2014), Disponível em: http://www.stat-guinebissau.com/pais/informacao_pratica.htm .
- Instituto de Biodiversidade e das Áreas Protegidas (2015), Disponível em:<http://www.ibap-guinebissau.org> .
- Kotler, Philip e Armstrong, Gary (2007), Princípios de Marketing, Pearson Prentice Hall, São Paulo, 12ª Edição.
- Kotler, Philip, Kartajaya, Hermawan e Setivan, Iwan (2011), Marketing 3.0: Do Produto e do Consumidor até ao Espírito Humano, Actual Editor S.A., Lisboa.
- Kotler, Philip, Lee, Nancy (2008), Marketing no Setor Público: um guia para um desempenho mais eficaz, Artmed Editora S.A., São Paulo.
- Kotler, Philip, Roberto, Ned e Lee, Nancy (2002), Social Marketing: improving the quality of life, Sage Publications, London, 2ªedição.
- Kotler, Philip e Roberto, Eduardo L. (1992), Marketing Social: estratégia para alterar o comportamento do consumidor, Editora Campus, Rio de Janeiro.
- Labin, Jean-Jacques (2000), Marketing Estratégico, Editora McGraw-Hill de Portugal Lda, Lisboa, 4ªedição.
- Laperrière, A. (1994), Les critères de cientificité des méthodes qualitatives et les méthodes qualitatives en recherche sociale : problématiques et enjeux. Actes du Colloque du Conseil québécois de la recherche sociale, Gouvernement du Québec, CQRS, Québec.
- Laperrière, A. (2000), L'observation directe et Recherche Sociale : de la problématique à la collecte des données, Les presses de l'Université du Québec, Québec, 3ªedição.
- Latorre, A. (2003), La Investigación-acción: Concer y Cambiar la práctica educativa, Edición Febrero, Espanha, 1ª Edición.
- Lemba, Abelardo (2011), Para Uma Conduta Ambientalmente Sustentável: Chave mestra para o desenvolvimento sustentável de um País em reconstrução, Disponível em: <http://abelardolemba.blogspot.pt/2011/08/avaliacao-de-impacte-ambiental-aia.html> .
- Lendreve, Jacques, Baynast, Arnaud, Dionisio, Pedro, Rodrigues, Joaquim, Vicente e Empirim, Catherine (2010), Publicitor: comunicação 360º, D. Quixote, Portugal, 7ª Edição.

- Marôco, João (2014), Análise Estatística com o SPSS Statistic, Gráfica Manuel Barbosa & filhos, Portugal, 6ª Edição.
- Mcdonald, Malcolm (2004), Planos de Marketing, Elsevier editora, Lda., Rio de Janeiro.
- Minciotti, Sílvio, Augusto (1983), Marketing Social: Uma aplicação do conceito de troca. Disponível em : www.rausp.usp.br/download.asp?file=1802053.pdf .
- Ministério de Desenvolvimento Rural e Agricultura, Recursos Naturais e Ambiente (S/D), Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/world/gw/gw-nbsap-01-pt.pdf> .
- Motta, Sérgio, Luís, Stirbolov e Oliveira, Braulio (2007), O Marketing Ecológico como Vantagem Competitiva. Disponível em : <http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36597> .
- Nunes, Paulo (2012), Conceito de plano de comunicação. Disponível em: <http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/planodecomunicacao.htm#vermais>.
- Oliveira, Elizabeth, Real e Ferreira, Pedro (2014), Métodos de Investigação: Da Interrogação à Descoberta Científica, Vida Económica – Editora, S.A., Porto.
- Paixão, Giorg, de Jesus (2009), Desenvolvimento Sustentável e Crescimento Economico, Cit In Mendes, Marina Ceccato, Desenvolvimento sustentável. Disponível em: http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html .
- Paillé, P. (1991), Procedures systématiques pour l'élaboration d'un guide d'entrevu semi-directif : un modèle et une illustration. Congrès de l'Association canadienne-française pour l'avancement des sciences, Université de Sherbrooke, Canada.
- Paillé, P. (1994), L'analyse par théorisation ancrée. Cahiers de recherche sociologique, (23), 147-181.
- Pereira, Alexandre e Patricio, Teresa (2013), SPSS : Guia Pratico de Utilização, Análises de dados para as Ciências Sociais e Psicologia, Edição Silabo, Lisboa, 8ª edição.
- Pestana, Maria, Helena e Gageiro, João, Nunes (2008), Analise de Dados para Ciências Sociais: complementaridade do SPSS, Edições Sílabo, Lisboa, 5ª edição.
- Philippi, Jr. Arlindo e Pelicioni, Maria, Cecília, Focesi (2005), Educação Ambiental e Sustentabilidade, Editora Malone Ltda., São Paulo, Brasil.
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc, Van (2008), Manual de Investigação em Ciências Sociais, Gradiva – Publicações, S.A., Lisboa, 5ª Edição.
- Ramos, Maria, da Conceição, Pereira (2012), Ambiente, Educação e Interculturalidade Revista Tempos e Espaços em Educação, nº 8, Universidade Federal de Sergipe, Editora UFS, 27-39.
- Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano (2014), Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência, PNUD. Disponível em:

http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf .

-Relatório da ONU “Brundtland” (1987), Nosso Futuro em Comum: sobre a sustentabilidade ambiental do planeta Terra. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues> .

-Said, Abílio, Rachid, Da Costa, Apá, Patrão, Nhaga, Herculano e Monteiro, Hamilton (S/D), Processo Autónomo Locais de Adaptação Aos impactos das Mudanças Climáticas: Estudo de Caso - Aldeia de Cussana-Cussentche e Cacafala. Disponível em: <http://www.wetlands.org/Portals/0/publications/Report/adaptacao%20as%20mudancas%20climaticas.pdf> .

-Sampieri, Roberto, Hernández, Collado, Carlos, Fernández e Lucio, Pilar, Baptista (2006), Metodologia de Pesquisa, Mc Graw – Hill, São Paulo, 3ª Edição.

-Sebastião, Sónia Pedro (2009), Comunicação Estratégica – as Relações Públicas, Guide – Artes Gráficas Lda., Lisboa.

-Secretaria de Estado do Ambiente e Turismo (2012), Cimeira Mundial Sobre o Desenvolvimento Sustentável: Relatório Nacional. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/977guineabissau.pdf> .

-Silva, Andreia, Aparecida, Silva, Natália, Salmont, Barbosa, Valéria, Almeida, Henrique, Marcelo, Rabelo e Baptista, José, Abel (S/D), A Utilização da Matriz Swot como ferramenta Estratégica: Um Caso de Estudo em uma Escola de Idioma de São Paulo, Disponível em: <http://cetir.aedb.br/seget/artigos11/26714255.pdf> .

-Simões, Maria Manuela, Antunes, Marisa Dias, Cunha, João Pedro, Marques, Acílio, Lopes, Carlos e Beirão, Inácio (2009), Marketing e Comunicação Política, Edição Silabo, Lisboa.
Sousa, Maria, José e Baptista Cristina Sales (2011), Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios: segundo Bolonha, Factor- edições, Lisboa, 5ª Edição.

-Schmidt, Luísa, Nave, Joaquim Gil e Guerra, João (2010), Educação Ambiental: balanço e perspetivas para uma agenda mais sustentável, gráfica Manuel Barbosa & filhos Lda., Lisboa.

-Schmidt, Luísa e Guerra, João (2013), Do Ambiente ao Desenvolvimento Sustentável: contexto e protagonista da educação ambiental em Portugal. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4387>

-S/n (2015), Desenvolvimento Sustentável: O que é, importância para o meio ambiente, sugestões e atitudes favoráveis, conceito, resumo, indicadores, no Brasil, disponível em: http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/desenvolvimento_sustentavel.htm

- Unesco, (1990), Declaração mundial sobre a educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, Tailândia. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>.
- Valente Susana (2000), O Marketing Social e a Causa Ambiental. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dfb015a56b_1.PDF
- Van der Maren, J.-M. (1995), Les plans de recherche. Méthodes de recherche pour l'éducation, Les presses de l'Université de Montréal, De Boeck Université, Montréal.
- Wetswood, John (2008), Plano de Marketing, M.books da Brasil editora Ltda., São Paulo, 3ªedição.
- Zanone, Luís Cláudio (2006), Marketing Social, Thomsom Learning Edições Ltda, São Paulo.

Legislação Consultada da Guiné-Bissau

Decreto-lei Nº10/2010- A lei sobre Avaliação ambiental

Decreto-lei nº 1/2011- A lei de Base do Ambiente

Decreto-lei nº 5/2011 – A Lei da Floresta

ANEXOS

Anexo nº 1- Guião de entrevista

Entrevista Nº: _____

Data: ___/___/_____

Hora _____

Local de entrevista: _____

A confiabilidade dos dados obtidos é garantida, não sendo divulgada qualquer informação individualizada.

Dados Sociodemográficos

Sexo: _____

Idade: _____

Nível de instrução: _____

Profissão: _____

Cargo que ocupa na Instituição:

Instituição onde trabalha:

1. Na sua opinião, qual é a situação atual do meio ambiente no país?
2. O que se tem feito no âmbito da preservação e conservação do meio ambiente?
3. Quando pensa na floresta em geral, em que aspeto pensa primeiro?
4. Como é que caracteriza as transformações ocorridas nas florestas nas últimas décadas no país?
5. Qual é o estado atual das florestas na Guiné- Bissau?
6. Que tipos de agressões e/ou práticas nocivas se verificam nas florestas?
7. Na sua opinião, que tipos de atividades humanas contribuem para a degradação das florestas no país?
8. Qual é a importância da preservação e conservação das florestas para a Guiné- Bissau e para o mundo?
9. Qual é a sua opinião relativamente ao futuro das florestas na Guiné-Bissau?

10. Como caracteriza as transformações ocorridas nas florestas nas últimas décadas no país?
11. Se se tratasse de criação de medidas, leis, políticas de preservação e conservação das florestas, o que indicaria como prioritário?
12. Que ações gostaria que fossem realizadas no âmbito da educar, informar e sensibilizar para limitar e reduzir a desflorestação?
13. O que considera que deve ser feito para a preservação e conservação das florestas?
14. No plano curricular das escolas a Educação Ambiental está contemplada?
15. Que meios e mecanismos as ONGS/instituição utilizam no terreno para a sensibilização das populações sobre a preservação e conservação das florestas?
16. Como é que as ONG's /instituição se têm relacionado com as comunidades locais?
17. Existem dificuldades ou limitações na implementação dos projetos de educação ambiental?
18. Que contributo pensa poder ter sido dado pela sua ONG/projeto nas atividades desenvolvidas junto das comunidades no âmbito da educação ambiental para a promoção de atitudes e comportamentos mais respeitadores de um ambiente são e equilibrado?

Obrigado pela sua colaboração.

Anexo nº 2- Transcrição das Entrevistas

Entrevista: N°1

Entrevistado: Tumane Camará

Data: 31/03/2015

Hora: 16:33

Local de entrevista: Bissau

Dados Sociodemográficos:

Sexo: Masculino

Idade: 48 anos

Nível de instrução: Licenciatura

Profissão: Agrónomo (Agronomia Tropical e Subtropical Biólogo)

Cargo que ocupa na Instituição: Diretor Executivo da ONG Ação para o Desenvolvimento

Instituição onde trabalha: ONG AD

E: Boa tarde Sr. Diretor Executivo da ONG AD gostaria de saber qual é a área de intervenção da sua organização?

e :A nossa organização AD trabalha nos seguintes domínios: nomeadamente na área do ensino (escolas de verificação ambiental denominadas EVAS) chegamos à conclusão que através das escolas podemos criar cidadãos com espírito de conservação ambiental muito mais apurado. Desde 1995, que temos vindo a trabalhar com as escolas primárias, foi um processo longo mas com resultados palpáveis agora. A primeira escola começou em Setor de Susana, que consiste no seguinte: temos a pedagogia ambiental que era facultativo nessa escola (...) em, que o conteúdo ambiental era transversal em todas as disciplinas, vais encontrar a componente ambiental na matemática, educação social, ciências naturais e (...) para nós é importante porque em toda a nossa vida há problemas ambientais, isso permitiu para não especificar ou marginalizar uma disciplina particular. Isto foi bastante importante para a nossa organização como tempo evoluiu e hoje temos uma rede de escolas de verificação ambiental um pouco por todo o país (...) que têm vindo esse trabalho a nível da pedagogia ambiental. Imagine, desde 1995 já formamos jovens cidadãos, que saíram destas escolas com conhecimentos ambientalistas.

Também temos vindo a trabalhar com rádios comunitárias, formar jornalistas, que dominam conceitos e temas ambientais e propõem as propostas de conservação, que é muito importante e neste momento temos cerca de 34 rádios comunitárias um pouco por todo o país e jornalista

com conhecimento ambientalista facilita o trabalho de transmissão de conhecimento da gestão ambiental. E, ainda a nível das escolas tendo em conta os trabalhos que temos vindo a fazer com a União Internacional da Conservação da Natureza UICN, que somos membros (...) fizemos um trabalho brilhante a nível do país. Então a nível dos sete países costeiros da África Ocidental (Guiné- Bissau, Guiné-Conacri, Cabo-verde, Senegal, Gâmbia, Mauritânia, Serra Leoa) no quadro do Programa Regional Conservação de Zona Costeiro e Marinho, PRCM adotaram a educação ambiental ou seja aceitaram a introdução da educação ambiental nos currículos escolares e atualmente a Guiné- Bissau está neste processo de introdução da educação ambiental nos currículos escolares, que é uma coisa brilhante graças aos trabalhos desenvolvidos pela nossa organização nas escolas comunitárias e, agora não vai ser facultativo, mas sim obrigatório nas escolas dos países signatários deste acordo sub-regional da África Ocidental.

A nível transfronteiriço com a Guiné-Conacri e Senegal temos vindo a trabalhar no âmbito da parceria com as ONG's e escolas destes países no sentido de transmitir os conhecimentos e experiências a nível das escolas de verificação ambiental, que têm vindo a dar resultados importantíssimos porque os problemas ambientais não conhecem países.

Para nós a educação ambiental é outro aspeto sobretudo a nível do "lobing" político, que já fizemos desde 1994 no sentido de influenciar as políticas públicas no domínio da conservação dos ecossistemas naturais, mostrando cientificamente que serviços de ecossistemas são bastante importantes (...) para fazer a esse nível tem que ter elementos para convencer a classe política no sentido de mudar de estratégia e introduzir na sua agenda a componente ambiental não é fácil.

Pela primeira vez (...) a última mesa redonda realizada com as potências parceiras e doadoras internacionais a componente ambiental e a biodiversidade foram transversais aos outros componentes, no meu ponto de vista é um reconhecimento por parte do governo e dos políticos que a conservação do meio ambiente é importante para o desenvolvimento durável. Há 20 anos não era fácil conversar nisso e, é impensável num documento estratégico da Guiné-Bissau, que a componente ambiental e a biodiversidade possam ser componente transversal aos outros componentes do desenvolvimento.

Isto é, uma conquista e, não foi fácil, foi um trabalho de fundo mas que permitiu hoje ao país ter um resultado palpável e a Guiné-Bissau a nível da África Ocidental está na linha de frente deste componente e há um programa a nível sub-regional, a sede do PRCM está na Guiné-Bissau, só para ver a importância que a Guiné Bissau tem a nível de educação ambiental.

Nós como organização AD estamos sempre na linha de frente da educação ambiental (...) mas há muita coisa a fazer porque é necessário criar cidadãos com consciência ambiental muito apurada, porque ambiental é uma questão da cultura. Por exemplo, a nível do ambiente urbano podes passar pelas ruas de Bissau e vais encontrar lixos por toda a parte.

Há problemas muito mais graves nos centros urbanos, muitas pessoas pensam que os problemas ambientais têm a ver com a degradação das florestas, solos, fauna mas não, há problemas ambientais na cidade ainda muito mais graves que de fato é necessário resolver.

E: Na sua opinião, qual é a situação atual do meio ambiente no país?

e : Como acabei de dizer há muito avanço em termo da conservação do ambiente na Guiné-Bissau. Só a título de exemplo, o país tem cerca de 16% do território com o estatuto de zona reservada e, há a possibilidade de chegar a cerca de 24%, não é fácil porque nem todos os países têm esse (...), é uma decisão política corajosa. Isto é importante para nós, mas como acabei de dizer há muita coisa a ser feita no sentido de convencer ainda o poder político sobre a importância económica dos serviços de ecossistemas naturais, principalmente para a Guiné-Bissau, um país pobre, mas em que ninguém morre de fome por causa dos serviços de ecossistema.

Por exemplo, tu vais a uma lagoa pescar peixe ou ir à mata apanhar fruta silvestre sem pagar nada e em outros países não existem essas possibilidades.

Mas é bom que transmitimos esse conceito de serviços de ecossistema em termos económicos ou seja em números.

No entanto, esse trabalho já está a ser feito pelo IBAP, já começou a apresentar números dizendo, por exemplo, que essa mata é importante mas ele fornece a nível do Produto Interno Bruto quantos milhões por ano, é bom que saímos dos discursos para coisas concretas porque infelizmente, o mundo está a ser monitorizado, qualquer coisa que não tem valor não tem importância. Nós temos vindo (...) a nossa educação ambiental já também está a sair do discurso para coisas concretas. Temos que adaptar à realidade, no mundo é isso, se tu não apresentas coisas concretas ninguém acredita, diz que é conversa. E nós temos vindo (...) é um grande desafio para nós de apresentar em termos económicos os serviços de ecossistemas que permitem tanto a nível nacional como a nível mundial que as pessoas saibam que esses ecossistemas têm importância económica, social e ambiental e é necessária a conservação dos ecossistemas.

E: Quando pensa na floresta em geral, em que aspeto pensa primeiro?

e : E, para nós a floresta é importante, para a Guiné-Bissau a floresta tem a dimensão cultural, religiosa, ambiental, económica, como acabei de dizer (...) principalmente a nível da dimensão ambiental que é bastante importante. Temos vindo a degradar as nossas florestas num ritmo acelerado, que poderá por em causa a sobrevivências das gerações futuras. Por exemplo, a nível das bolanhas, há bolhas que estão a ser degradadas por causas de assoreamento vindo do planalto (...) porque o planalto é degradado por causa da desmatção (...) e quando chove a água da chuva arrasta reias para bolanhas e ficam completamente tapadas. E, é um problema, o outro tem a ver com assoreamento dos rios, por exemplo o assoreamento do porto da capital Bissau é por causa da desmatção, construção arbitrária de casas. O problema da conservação da floresta para além de importância em si que ela tem (...) a floresta tem grande importância a nível de agricultura, ecossistema marinho e a nível de navegação marítima, só a título de exemplo, a cinquenta anos o Rio Geba era possível fazer a navegação até à cidade de Bafatá, hoje não é possível por causa de assoreamento, desmatção das florestas é todo esse aspeto que é importante analisarmos porque o custo de dragagem do rio Geba é insuportável para a Guiné Bissau. Contudo, é importante para a economia do país que esse rio seja navegável.

E: Que tipos de agressões e/ou praticas nocivas se verificam nas florestas?

e: E (...) há dois ou três aspetos, que são mais visíveis. O primeiro é a prática de agricultura itinerante, o segundo os madeireiros, ultimamente, que têm vindo a desmatar as florestas de forma descontrolada, pondo em causa o desaparecimento de certas espécies e o outro é a atividade de caça sobretudo dos animais mamíferos, principalmente os macacos, que na zona norte do país quase já desapareceram. Outro aspeto, que é preciso salientar e parece menos importante, mas para quem conhece a dinâmica da floresta tem a ver com a fragmentação das nossas florestas. Isto quer dizer que uma floresta fragmentada acaba por ter problema a nível do seu ecossistema porque há animais que não conseguem viver num espaço muito pequeno. Então, se a floresta começa a estar fragmentada, por exemplo, a nível de política de criação das tabancas ou vilas ou políticas de criação de ponteiros onde cada pessoa tem direito de chegar e construir casas no meio das matas e criar as suas vilas com uma ou duas casas e vivem de energia de bases florestal (carvão vegetal), isso traz problemas de fragmentação das florestas com consequências a nível da fauna.

E: Se se tratasse de criação de medidas, leis, políticas de preservação e conservação das florestas, o que indicaria como prioritário?

e : Tem que ser duas ações no meu ponto de vista, que são punitivas e alternativas concretas. O primeiro, temos que arranjar soluções a nível da energia doméstica, como por exemplo, neste

momento em Bissau onde vive cerca de ¼ da população da Guiné-Bissau utiliza carvão vegetal como fonte de energia para cozinhar comidas, que é um problema gravíssimo e, não podemos proibir as pessoas a fazer isso. Enquanto há procura de carvão há sempre as pessoas que vão degradar a floresta para fazer carvão.

Uma das saídas é arranjar alternativas, por exemplo, subvencionar o gás butano, que não será fácil, mas é uma das saídas e se não fizermos isso vamos continuar a ter a degradação da floresta. Em termos políticos é fácil de adotar e o outro é criar alternativas a nível da construção das casas ou seja, a cobertura de telhado das nossas casas com cibes (extraídos planta das palmeiras), enquanto continuamos a utilizar cibes para cobertura das nossas casas se não arranjam alternativas daqui a dez ou vinte anos já não vamos ter cibes é por isso que o pouco que sobrou é bom que seja deixado e arranjar alternativas desde já.

E: Que ações gostaria que fossem realizadas no âmbito de educar, informar e sensibilizar para limitar e reduzir a desflorestação?

e : Não (...), é bom que as pessoas sejam informadas porque, às vezes as pessoas não têm consciência que esses recursos não são renováveis e acabam por desaparecer um dia.

A função desses recursos para a nossa vida é essencial como disse atrás, a nível de serviços de ecossistemas florestais, tudo o que está à volta da floresta pode desaparecer daqui a vinte ou trinta anos se não tomamos as medidas concretas a floresta pode desaparecer e com consequências que todo o mundo sabe (...) porque há países em África, que estão a sofrer com isso por exemplo, no norte do Senegal. Então, é necessário sensibilizar as pessoas neste sentido e é por isso, para nós a educação ambiental nas escolas é importante a nível público utilizando canais de comunicação para influenciar as pessoas e políticas de forma a inverter a situação.

E: Como é que a sua ONG se tem vindo a relacionar com as comunidades locais?

e: A nossa relação é naquilo que tinha dito por exemplo, a nível da educação ambiental, através das escolas, rádios, formação (...) e temos vindo a introduzir tecnologias alternativas e baratas como por exemplo, a nível de fogões melhorados, que permite poupar a lenha quase em 80%, fornos melhorados, sistemas de fabrico de carvão melhorados e sistema de produção de sal, através de sal solar sem utilizar lenha. Então, são essas pequenas tecnologias, que até parece não têm grande importância, mas que têm uma grande contribuição a nível da conservação. É neste âmbito que nós temos vindo a associar aspeto da educação, sensibilização e de criar alternativas concretas e baratas, que poupam o tempo e melhoram os rendimentos dos camponeses. Pois, são as tecnologias que temos vindo a utilizar há dez anos nas zonas comunitárias.

A nível das zonas urbanas temos vindo a trabalhar sobre saneamento básico, transformar o lixo em negócio (...) já demos muitas formações a nível dos bairros da capital Bissau sobre a

utilização e transformação de lixos em coisas uteis, criar as organizações que permitem a recolha e tratamento e evacuação de lixo, mas não é fácil o problema de lixo é muito mais complicado do que parece porque a Câmara Municipal de Bissau tem um papel que não podemos substituir, mas penso que a nível da organização desta edilidade há muita coisa para fazer.

E: Existem dificuldades ou limitações no âmbito da implementação da educação ambiental junto da comunidade?

e : E (...) existem sempre dificuldades porque há um problema quando se está a dizer às pessoas não faz isso, mas ele está no limiar da pobreza e tem necessidade de sobreviver ou seja, ele pode-te dizer está bem, tu estás a pensar na geração vindoura, mas se não há geração atual não vai haver geração vindoura, se nós não conseguimos sobreviver como pessoas como é que vamos ter geração vindoura. Este é o grande desafio de ter geração presente e geração vindoura, daí que tens que arranjar alternativas técnicas e económicas que permitam à geração atual viver condignamente e, também à geração vindoura viver mais tarde de uma forma condigna. Este é um grande desafio e dificuldade em pôr a política de educação ambiental. Quando falamos em política de sensibilização temos que ter conteúdo, conhecer o contexto, conhecer os problemas das pessoas, trazer alternativas a essas pessoas para que a educação ambiental seja na verdade um instrumento de desenvolvimento sustentável.

Entrevista: N° 2

Entrevistado: Nelson Gomes Dias

Data: 26/03/2015

Hora: 15:43

Local de entrevista: Bissau

Dados Sociodemográficos

Sexo: Masculino

Idade: 55 anos

Nível de instrução: Mestrado

Profissão: Agro-economista

Cargo que ocupa na Instituição: Chefe do Programa da União Internacional para a Conservação da Natureza.

E: Boa tarde, Sr. Nelson Dias, Chefe do Programa da União Internacional da Conservação da Natureza na Guiné-Bissau, gostaríamos de saber a sua opinião sobre o estado do ambiente na Guiné-Bissau.

e: Êh, o ambiente é vasto, a situação do ambiente é complicado, como sabe, ah, a Guiné-Bissau depende dos seus recursos naturais sobretudo os da sua biodiversidade, os ecossistemas do magal continuam num bom estado embora com algumas ameaças tendo em conta a pressão do desenvolvimento de agricultura do arroz, o ecossistema florestal continua importante, embora com grandes ameaças tendo em conta a pressão que existe da indústria madeireira sobretudo para exportação de madeira em toros muito preocupante nos últimos dois, três anos, o ecossistema marinho e costeiro continua sem poluição, mas com grandes ameaças em termos das atividades das pescas ilícitas, utilização de equipamentos e redes não aconselháveis para uma pesca durável e começamos a assistir também à poluição de zonas costeiras tendo em conta a degradação do ecossistema florestal, ou seja, tendo em conta a topo sequência na parte alta onde se faz agricultura. Quanto você corta as árvores tem erosão, dando erosão a costa, vamos ter a sedimentação, tendo a sedimentação perturba-se a cadeia alimentar da vida marinho.

Portando, por um lado, o ecossistema marinho tem estado ameaçado tendo em conta a forma como a parte alta da terra onde se faz agricultura, o extrativismo a nível da floresta com a pressão que está acontecendo e, está a perturbar o ecossistema marinho. Por outro lado, o ecossistema marinho está a ser perturbado tendo em conta o sistema de pesca sobretudo a nível industrial, não tendo as quotas, por vezes não tendo em conta o grande trabalho, que está ser feito a nível das áreas protegidas marinhas, que são lugares importantíssimos para reprodução e desovas de peixes (...) o ecossistema marinho continua mais com grande pressão em termos da pesca industrial e ilícita vinda dos países vizinhos.

E: Quando pensa na floresta em geral, em que aspeto pensa primeiro?

e: Primeiro quando eu penso nas florestas penso na captação do CO₂, carbono, sem as florestas não há chuva, não há função da fotossíntese, portanto, sem as florestas não há árvores, água e sem as florestas não há proteção de solos, são as florestas que dão garantias à proteção dos solos para que não haja erosão. E, sem as florestas não há extrativismo (...), a economia da nossa população está baseada na colheita dos produtos florestais não lenhosos (fole, veludo, calabaceira, farroba, mandiples, etc.), quando falamos destes as pessoas pensam que estamos a brincar, são bilhões de “cfá” é uma economia extramente importante para a população e o país. Estes produtos florestais não lenhosos representando valores extremamente importante na nutrição, na segurança alimentar e economia familiar. É com estes produtos florestais não lenhosos é, que o guineense, a mulher consegue ganhar algum recurso financeiro para mandar os seus filhos para a escola e criar o auto sustento para a família.

E: O Sr. tem a ideia sobre qual é o estado atual das florestas na Guiné- Bissau?

e: Nós, o estado atual das florestas é preocupante, assiste-se a uma degradação tendo em conta a agricultura itinerante, a população está a crescer, mas a terra não é elástica. A população cresce, vamos precisar de mais terra, temos que degradar as florestas para criar mais terra, a grande preocupação é a de melhorarmos o nosso sistema de agricultura, fixando a população (...), tornando as terras mais produtivas, evitando a erosão e perda da fertilidade dessas terras. Portanto, com o corte das florestas para permitir o acesso às novas terras tanto no planalto como na rizicultura do mangal, com o aumento da população, ou a taxa de crescimento da população, as nossas florestas estão ameaçadas sem contar com os fenómenos das mudanças climáticas, que são fenómenos naturais e, que muitas das vezes são causadas pela ambição do homem em criar riquezas e fazer desenvolvimento e esquecer que amanhã existe.

E: Que tipos de agressões e/ou práticas nocivas se verificam nas florestas?

e: Práticas nocivas eu já lhe disse, você corta árvores para criar terras para a agricultura, queima uma árvore que pode ter mais de cem anos para fazer colheita de um quilo de mel, corta árvores para fazer pirogas que não duram muito tempo, corta árvores porque precisa da madeira para fazer a construção, você tem nas florestas como um banco não como uma economia. Portanto, (...) as ameaças antrópicas são várias todas elas ligadas a tentativa de criar riquezas, meios para produzir e encontrar meios económicos duráveis.

Todas as atividades que o Homem pretende estão ligadas às florestas, quer para fazer mobílias, camas, pontes vai a floresta. Portanto, quem quiser cobrir a casa vai cortar o magal. É nas florestas que o Homem vai encontrar todas as saídas em termos do desenvolvimento socioeconómico.

E: Qual é a importância da preservação e conservação das florestas para a Guiné- Bissau e para o mundo?

e: Como sabe nós temos as últimas relíquias de florestas sub-húmidas tropicais na Guiné – Bissau, na parte septeto (...) meridional, que são florestas de “Cantanhez” onde se pode encontrar as espécies de animais, que vêm da África Central.

Há espécies que são únicas naquelas florestas, como sabes as florestas de “Cantanhez” foi o bastião da guerrilha guineense, porque era um grande refúgio de aviação colonial. Portanto, é nas florestas que os combatentes tinham refúgios e se alimentavam de produtos florestais não lenhosos, construía os seus recursos a partir de madeiras e folhas provenientes (...) das florestas e como se sabe na época colonial não havia supermercado. Para mim, a floresta é tudo, a floresta é o ambiente, é a economia, são as finanças públicas, é a segurança alimentar. No entanto, sem as florestas a Guiné-Bissau podia estar como a Mauritânia ou como a parte norte

do Senegal (Sahel) mas, como se sabe, há 10 mil anos o Sahel não existia e eram grandes florestas com animais e nós estamos nesta tendência de destruir tudo e avançarmos para desflorestação e Sahelinização. Quando você avança para Sahelinização vai perturbar os solos e vamos ter a desertificação, vamos ter a pobreza dos solos, porque sem os solos, sem as termiteiras não haverá a fertilização dos solos nem os micro-organismos que sobrevivem tendo em conta a existência da floresta.

Para nós a floresta é tudo, não para o nosso futuro mas para o nosso desenvolvimento a médio e longo prazo.

E: Se se tratasse de criação de medidas, leis, políticas de preservação e conservação das florestas, o que indicaria como prioritário?

e: Cumprir as leis porque as leis existem, trabalhar nas mudanças de atitude da nossa poluição, as vezes a ignorância não nos permite avaliar as riquezas, que nós temos, se eu disser que um hectare de uma floresta em pé vale mais do que um hectare de madeira cortada de uma floresta, muita gente vai questionar. Há florestas que são milenares, centenárias e continuam a ser produtivas na sequestração do carbono, na regulação de água (...) e na produção de oxigénio. Portanto, eu recomendava maior trabalho no domínio da educação, sensibilização e informação ambiental, desenvolver as tecnologias para ser uma economia, não um meio onde se vai buscar dinheiro, só dinheiro, e ter programas de repovoamento florestal, tendo na base, que a população está a crescer e vai precisar de meios de subsistência, de construir casas e de fazer pontes, mas ter o princípio se você cortar um hectare tem que plantar 20 e 30 hectares.

Há espécies das árvores, que levam 50 a 60 anos, o cibe, estamos a cortar o cibe e não estamos a plantar. O que é que está a acontecer? Agora toda a estrutura das nossas casas é “inferno”, quer dizer estamos a importar (...) ferro, estamos à procura de mais divisas para podermos ter os telhados das nossa casa mas, se tivéssemos plantados há 50 ou 100 anos iríamos ter florestas de cibes para poder continuar a cortar. Portanto, o princípio é da moralização da sociedade, criar incentivos para que a população plante as árvores, criar mecanismos para ter florestas de crescimento rápido para resolver da lenha/energia, carvão/energia, porque 80 a 90 por cento da população não tem acesso a gás butano, toda a gente está dependente da energia florestal.

Se a população cresce, o número de cozinhas cresce, quer dizer a necessidade de energia doméstica vai crescer, se crescer a procura da energia doméstica sem plantar as árvores estamos a destruir o ecossistema florestal, que por vezes chegam ao momento da irreversibilidade, quer dizer vamos ter o Sahel, a continuidade daquilo que está acontecer no norte de África.

E: Falando da educação ambiental como o Sr. referiu, que mecanismo a sua instituição utiliza no sentido de sensibilizar a população?

e: Nós estamos a trabalhar há 17 ou 18 anos nas escolas de verificação ambiental, porque pensamos que é nas escolas que temos militantes e dar conhecimentos, é nas escolas (...) quando se ganha um professor você ganha 300 alunos, quando se ganha 300 alunos você ganha milhares de mulheres e milhares de homens nas nossas vilas.

Portanto, vamos ter nas nossas mentalidades é tentar criar Homem novo com conhecimento e alternativas, as nossas mães fazem sal, indo buscar a lenha do mangal, agora nas escolas estamos a ensinar os alunos a fazerem sal solar, com o sal e com o vento, temos mais produtividade de produzir sal, nas nossas escolas e nas nossas tabancas /vilas estamos a introduzir fogões melhorados com três paus de lenha você coze arroz e peixe.

Essas alternativas são bem-vindas nas nossas tabancas, nós estamos a introduzir as tecnologias de forno mate para produzir carvão de qualidade e ecologicamente aceitável. Nas zonas de pescas estamos a introduzir fornos “tchorcor” para fumar peixe com um gasto mínimo (...) de lenhas, nas nossas escolas, para além de estamos a falar pura e simplesmente das mudanças climáticas ou aquecimentos globais, levamos para as escolas as tecnologias e ensinamentos. Temos os laboratórios de modos viventes nas escolas, ensinar os alunos como fazer colheitas de mel sem cortar uma árvore, introduzir técnicas e colmeias quenianos, que você põe nas florestas e, que são povoados pelas abelhas e sem matar as abelhas, como se sabe na China neste momento estão a fazer polonização com as mãos, porque as abelhas estão a desaparecer por causa de fumigação e utilização de produtos químicos e, como se sabe, a agricultura depende das abelhas. Imagine um dia na Guiné-Bissau se não temos abelhas, pássaros e borboletas que facilitam a polonização?

Portanto, são ensinamentos que levamos para as tabancas, as escolas, criando empregos e uma nova visão como gerir as florestas, eh, mostrar que o desaparecimento de um hectare de mangal/ tarrafe pode desaparecer o ciclo biológico do crescimento de camarão, peixe e outros.

Quando um aluno chega a sua casa com invenções os pais vão gostar das escolas. Estamos a criar as escolas modelos para fixar os jovens nas suas tabancas, mostrar-lhes que existem oportunidades nas suas tabancas, se eles aprenderem as tecnologias para melhorar o tempo de trabalho das suas mães e aligeirar os trabalhos das mães nas tabancas, sim vale a pena ter as escolas, vale a pena mandar os alunos para as escolas, escolher os resultados no fim das escolas.

E: Como é que a sua instituição se tem relacionado com as comunidades locais?

e: As comunidades locais como sabe (...) nós reconhecemos primeiro o saber e os conhecimentos locais. A título de exemplo, a técnica de cultivo do arroz chegou à Guiné-Bissau

há 3 mil anos, a partir do Níger, Gâmbia e a Guiné-Bissau. E, foi levada pelos escravos Guineenses para a América Latina (Brasil, Cuba e México) e os Estados Unidos de América (Geórgia, Carolina do Sul e Golfo do México e outras cidades).

Fazer o arroz nas zonas húmidas é a técnica desenvolvida pelas etnias Felupe e Balanta, temos que respeitar os conhecimentos locais. Porque é que fazem “camalhão” nas bolanhas e nas terras salgadas, permitindo a raízes com as capilaridades de estarem em cima do nível da água e, quando chover a raiz vai buscar a água doce? O que é que os nossos agricultores fizeram para manter as variedades de matérias genéticas de sementes de arroz? A gestão da água nas bolanhas, a gestão comunitária das florestas? Portanto, temos que valorizar os conhecimentos locais e saberes ancestrais.

Nós estamos a trabalhar com os pescadores no período repouso biológico, no sentido de mudar as suas mentalidades em termos do direito de acesso, como é que devem utilizar as redes de malhagens sem perturbar o ecossistema marinho, em novas tecnologias para evitar a degradação do ecossistema marinho. Portanto, estamos a trabalhar com os profissionais no domínio das pescas, da agricultura, da caça, ter em conta que os animais precisam de um período de repouso e no domínio do extrativismo para introduzir colmeias melhoradas para melhorar o sistema de colheita do mel, por exemplo.

A criação das áreas protegidas, que são maternidades ou sinónimo da durabilidade das pescas, sem as áreas protegidas, sem esse consenso, sem esse diálogo com os diferentes *stakeholders*, com a população que está no terreno será impossível planificar o desenvolvimento.

A planificação do desenvolvimento significa boa governação, bons conhecimentos da realidade, significa implicar toda a gente e tornar o desenvolvimento o movimento participativo onde cada um deve dar a sua contribuição.

E: Existem dificuldades ou limitações na implementação dos projetos de educação ambiental?

e: Existem dificuldades porque educar um povo é educar uma geração, mudar a mentalidade, os hábitos e o comportamento leva muito tempo. Portanto, daí investir na educação de base e depois montar para outro nível da educação para ter um Homem novo, o científico, que vai valorizar os recursos sem estragar o legado dos nossos ancestrais.

As nossas florestas, os nossos rios e as rias e a nossa biodiversidade foram dados pelos nossos ancestrais e nós temos o direito com a nova tecnologia e conhecimentos adquiridos, de pelo menos manter o estado onde se encontram a nossa ecologia/ambiente, mas nunca estragar porque com os conhecimentos devemos estar mais aptos para fazer melhor e não aumentar a pobreza.

Entrevista: Nº 3

Entrevistado: Seco Cassamá

Data: 01/04/2015

Hora: 12:22

Local de entrevista: Bissau

Dados Sociodemográficos

Sexo: Masculino

Idade: 60 anos

Nível de instrução: mestrado

Profissão: agrônomo

Cargo que ocupa na Instituição: Diretor Geral do Ambiente

E: Boa tarde, Sr. Seco Cassamá, Diretor Geral Do Ambiente, gostaríamos de saber a sua opinião sobre o estado do meio ambiente na Guiné-Bissau

e: Bom, a situação do meio ambiente na Guiné-Bissau pode ser caracterizada de várias formas, não é. Por um lado, há um grande esforço de conservação e gestão racional dos recursos naturais com vista a provocar o menor impacto, se quisermos assim, ao meio ambiente. Mas, assistimos por outro lado, a um esforço no sentido contrário e durante dois últimos anos houve uma degradação muito forte e intensa de um dos importantes recursos do nosso ambiente, que é a nossa floresta.

É, público e notório, que houve abates indiscriminadas de muitas essências florestais o, que de certa maneira vai deixar marcas na nossa floresta e conseqüentemente no nosso ambiente. Porque, vai causar degradação dos solos, erosão e com tudo isto vai ter com as implicações, nos ecossistemas terrestres e, quer marítimos. Portanto, agora falta-nos fazer mais a frente não é, agora não sei se é já, já ou, mais à frente, uma avaliação do impacto dessa ação menos recomendável que aconteceu nos últimos dois anos.

E: Quando pensa na floresta em geral, em que aspeto pensa primeiro?

e: A floresta tem muitas funções e presta muitos serviços, é um bem importante e muito importante. Primeiro, porque a floresta do coberto vegetal tem a função de sequestrar o carbono, ou seja, quando há emissão do dióxido carbono uma das funções da floresta é captar esse carbono e libertar o oxigénio isto é, em termo da contribuição que a floresta pode dar na luta contra as substâncias que empobrecem a camada do ozono.

Segundo, as florestas têm a função que não é menos importante de proteção dos solos, sem a floresta as camadas de 5 ou 10 centímetros de solos quando as gotas de chuva caem diretamente

sobre os solos há impacto que destacam as partículas, o escoamento superficial arrasta essas partículas para o mar ou as lagoas, isso vai empobrecer o solo.

A floresta tem função cultural, até nós sabemos que as grandes cerimónias do fanado se fazem nas florestas. Ela é o repositório ou fonte da medicina tradicional (farmacopeias) e, ainda, fornece produtos não lenhosos (frutos silvestres) e lenhoso como a lenha, carvão para energia doméstica e a madeira. Portanto, as florestas têm muitas funções, prestam serviços e, são muito importantes aliás, no meu ponto de vista uma das estratégias para garantir a segurança alimentar na Guiné-Bissau eh, nós cuidarmos das nossas florestas.

Há recursos florestais para exportação (madeira) mas, essa exploração tem que ser muito bem gerida (...) com equilíbrio. Nós não podemos abater todas as espécies florestais porque dependemos e precisamos delas, ou seja, a geração atual está a beneficiar desse recurso porque a geração anterior teve uma gestão a pensar em nós, isto é um legado, é um ato de cultura.

E: Como é que caracteriza as transformações ocorridas nas florestas nas últimas décadas no país?

e : Ultimo cinco, dez anos, não creio, que, que possa comparar com os últimos dois anos. Isto foi o crime, o que fizeram com as nossas florestas foi o crime público e lesa a pátria, porque as pessoas olharam para o lucro rápido e benefícios próprios sem pensarem nos males que estavam a fazer ao país a partir das nossas florestas. Acho, que todos nós guineenses, quer os que participaram ou não nesse crime devemos fazer uma reflexão no sentido de termos muita atenção daqui para frente com a exploração dos recursos florestais, que não é só a medeira.

Nós somos um país diferente, repare temos uma particularidade, uma delas são os nossos produtos naturais não lenhosos (fole, calabaceira, farrobas, veludos e outros), que podem ser transformados em sumos naturais de marcas da Guiné-Bissau e são muito nutritivos.

Aliás, é bom lembrar às pessoas, que o sucesso da luta de libertação nacional foi graças à determinação dos nossos combatentes porque tinham florestas para se esconderem caso contrário seria muito difícil. Não há desordem naquilo, que existe na natureza tudo está ou seja, quando você veja um elemento na natureza mais um outro elemento é porque há necessidade de estarem juntos.

E: Na sua opinião, que tipos de atividades humanas contribuem para a degradação das florestas no país?

e: Eh, as queimadas não controladas para agricultura itinerante, mas já foram feitas sempre de uma forma digamos calculada a pensarem neles e no futuro da próxima geração. Portanto, temos que adotar a prática que permite continuar com as queimadas mas, sem prejudicarmos as florestas. Continuamos a exploração dos recursos florestais, nomeadamente a exploração da

madeira, mas, fazendo repovoamento dessas mesmas espécies de uma forma equilibrada não pensar só hoje e nos lucros mas depois e o resto, a caça, tudo isso tem que ser pensado.

Temos que pensar em organizar, ninguém produziu nada, a natureza deu-nos tudo, mas com as nossas práticas de certeza há um certo desgaste, mas podemos repor, temos conhecimentos científicos para fazer isso. Tem um papel importante na luta contra a pobreza e garantia de segurança alimentar e estamos a pôr em perigo a nossa vida.

E: Qual é a importância da preservação e conservação das florestas para a Guiné- Bissau e para o mundo?

e: É importante, é importante para as razões, que eu já lhe disse para nós e para o mundo, repare nós assinamos as convenções internacionais e a aplicação dessas convenções é a nível local, mas o contributo é a nível mundial. Por exemplo, se a Guiné- Bissau está para reduzir a emissão do dióxido carbono a nível local e o Senegal e a Guiné-Conacri estão, no entanto estamos a contribuir para reduzir a emissão de CO₂ a nível mundial. Por isso, é que assinamos e ratificamos as convenções internacionais.

E: Se se tratasse de criação de medidas, leis, políticas de preservação e conservação das florestas, o que indicaria como prioritário?

e: Não, eu em relação, bom, (...) como prioritário nós já, no nosso país temos muitas prioridades, acabamos por não saber quais delas, não eh, são mais prioritários. Mas, o problema é, que as leis existem, acredito que as pessoas estão mais ou menos sensibilizadas porque há dois anos atrás eram elementos da população que denunciavam os abates, não foi ninguém da praça de Bissau, não, (...) a população local, que viu a sua mata, a floresta, que nasceu e viu quer dizer, aprendeu a conhecer como um valor e o elemento essencial da sua vida estava a ser simplesmente abatida de uma forma indiscriminada.

Portanto, há que aplicar as leis e o envolvimento de todas as pessoas, instituições ligadas ao ambiente e organizações da sociedade civil e autoridades locais. Toda a gente participava na denúncia, a nível da assembleia nacional popular, jornalistas e até a nível internacional, infelizmente houve a contra força, não havia argumento, estávamos num período de instabilidade político-militar onde o poder militar imperava.

E: Qual é a importância que atribui à educação ambiental para a Guiné-Bissau?

e: A educação ambiental é importante para um país como a Guiné – Bissau, em via de desenvolvimento em que não há muita consciência ambientalista. Agora, introduzindo a educação ambiental nos currículos escolares no primeiro ciclo, as crianças que serão futuros dirigentes políticos e homens de negócios, com o tempo já estarão sensibilizados e quando

forem dirigentes quando se colocarem as questões ambientais em cima da mesa não vai ser a primeira vez, que vão ouvir (...), estarão já mais ou menos informados e sensibilizados.

Entrevista: N° 4

Entrevistado: Alfredo Simão da Silva

Data: 20/03/2015

Hora: 10:00

Local de entrevista: Bissau

Dados Sociodemográficos:

Sexo: Masculino

Idade: 57 anos

Nível de instrução: mestrado

Profissão: Geógrafo

Cargo que ocupa na Instituição: Diretor Geral do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (Secretaria do Estado do Ambiente).

E: Bom dia Sr. Diretor Geral do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, gostaríamos de saber a sua opinião sobre o estado do meio ambiente na Guiné-Bissau.

e: Bom, é uma pergunta um pouco complicada, não eh, é difícil avaliar e dizer se o estado do ambiente está bem ou mau, depende talvez, isso poderia ser analisado pelos diferentes setores, ver a pesca, a agricultura e a floresta e, eu penso talvez por aí poderíamos fazer uma análise da situação ambiental na Guiné-Bissau.

Mas, de uma forma geral, as pessoas dizem que o ambiente da Guiné-Bissau está bem conservado. Independentemente disso, há pressão sobre certos recursos sobretudo dos recursos das florestas, que de 2012 à 2014 foram objeto de cortes abusivos é uma constatação. Segundo o diretor geral da floresta foram exportadas 81 mil metros cúbicos de madeiras em toros, o que está proibido na lei, porque a lei não aceita a exportação de madeira em toros e, disse ainda que está por exportar 16 mil metros cúbicos de madeira, aproximadamente em mil contentores. Isso é para ver, que realmente a nossa floresta foi muito devastada nestes últimos anos.

Bom, no que concerne à pesca há sobre exploração de pesca em alguns sítios, essa pesca está associada à destruição de certos ecossistemas como do mangal para fumagem de peixes. Há acampamentos de pescas sobretudo na parte insular do rio Cacine e rio grande de Buba continental, mas atualmente o governo está a fazer face a está prática, desmantelando os acampamentos por lei esses acampamentos de pesca. Se um pescador estrangeiro pretende

residir na Guiné-Bissau e pescar, tem que habitar numa das tabancas e exercer atividade da pesca segundo a lei geral das pescas e lei da pesca artesanal.

Bom, a situação de agricultura, temos uma cultura tradicional, realmente agricultura itinerante, que corta as florestas para fazer arroz, realmente até agora na Guiné-Bissau não há alternativa para substituir essa prática cultural e também constitui uma das atividades que mais degrada o ecossistemas florestal e contribui também no empobrecimento do solo para atividade agrícola.

E: Quando pensa na floresta em geral, em que aspeto pensa primeiro?

e: Não, eu quando penso na floresta penso nos recursos florestais não lenhoso porque a Guiné-Bissau depende da biodiversidade e a maior parte da população depende dos produtos florestais não lenhosos quer dizer tudo, que é farroba, calabaceira, fole, veludo e produtos da medicina tradicional vêm das florestas e a lenha como combustível vem da floresta. Eu... quando se fala da floresta penso nesses recursos florestais não lenhosos, que a população da Guiné-Bissau depende diretamente da sua economia pessoal e joga papel fundamental na contribuição para o produto interno bruto da Guiné-Bissau.

E: Que tipos de agressões e/ou praticas nocivas se verificam nas florestas?

e: Não, a corte, sobretudo a corte, a queimada, é isso, a caça, a caça utilizando fogo, então é tudo isso, que cria problema para as florestas na Guiné-Bissau.

E: Qual é a importância da preservação e conservação das florestas para a Guiné- Bissau e para o mundo?

e: Não, as florestas contribuem com o carbono, a cidade emite dióxido carbono e a floresta emite oxigénio para termos ar respirável e fresco então essa é uma da importância da floresta. As florestas também contribuem na criação do solo para atividade agrícola, evita a erosão sobretudo na zona costeira, ajuda a diminuir a temperatura e todo o mundo sabe qual é a importância da floresta, sobretudo a população que vive no campo porque dependem diretamente da floresta.

E: Se se tratasse de criação de medidas, leis, políticas de preservação e conservação das florestas, o que indicaria como prioritário?

e: Política é aplicar a lei, porque a lei florestal de 2011, simplesmente o governo tem que dizer às pessoas para cumprirem a lei. Não exportar toros, sim explorar a madeira segundo as regras para ser transformada aqui e criar postos de emprego, evitar a exportação, a Guiné-Bissau não ganha nada. E, também dizer às pessoas, que a floresta é fonte de vida da Guiné-Bissau. Então é fundamental aplicar a lei e quem cortar deve fazer repovoamento.

E: Que ações gostaria que fossem realizadas no âmbito de educar, informar e sensibilizar para limitar e reduzir a desflorestação?

e: Não, eu penso que a educação e comunicação ambiental devem ser ferramentas importantes nesses tipos de atividades.

Mas, devemos saber todas as atividades que têm a ver com a mudança de mentalidade, isso leva tempo, mudar a mentalidade duma pessoa não é de hoje para amanhã. É um trabalho de longo prazo e devemos apostar, no passado a Guiné-Bissau já tinha programas importantes de educação e comunicação ambiental.

Hoje, o governo aprovou a lei do sistema educativo onde introduziu a educação ambiental nos currículos escolares. Penso, que o governo está interessado a evitar este tipo de práticas nefastas contra o ambiente e vai apostar, precisamente, trabalhar com os alunos nas escolas porque o maior veículo de transmissão do conhecimento são os estudantes e pensamos que podemos atingir os nossos objetivos a curto prazo.

E, fora do âmbito escolar, criar programas radiofónicos, criar boletins de informação, então tratar de introduzir a dimensão ambiental em todas as políticas setoriais, quer dizer todos os ministérios têm que ter a dimensão ambiental, principalmente aqueles ministérios, que trabalham com os recursos naturais, a dimensão ambiental tem que estar nos Mistérios das Pescas, Agricultura, Recursos Naturais, Infraestruturas Urbanismo Câmaras, Planificação do Território, etc., qualquer coisa que se vai fazer tem que levar em conta o ambiente. Temos a lei de avaliação ambiental que as pessoas implementam timidamente porque, implementando essa lei, evitamos essa situação de destruição do nosso ambiente quando se pretende investir na Guiné-Bissau.

Essa lei baliza toda essa situação para quem quer fazer indústria, a forma e procedimento a fazer até chegar a instalação dessa indústria.

E: Que meios e mecanismos o IBAP utiliza no terreno para a sensibilização das populações sobre a preservação e conservação das florestas?

e: Bom, o IBAP trabalha mais nas áreas protegidas, como sabe, é a instituição pública do governo responsável pela gestão das áreas protegidas e conservação da biodiversidade. Nós trabalhamos mais nas áreas protegidas, temos seis áreas protegidas oficializadas, estão nas ilhas e nas zonas costeiras e, dentro das áreas protegidas, praticamente as áreas protegidas na Guiné-Bissau cobrem 15% do território e cobrirá cerca de 26% do território até no mês de julho com mais duas áreas protegidas nas zonas continental leste do país, nomeadamente nas regiões de Bafatá e Gabú.

Em todas essas áreas protegidas têm as rádios comunitárias ou se não for dentro das áreas protegidas, se não na preferia então utilizamos essas rádios comunitárias para passar informações semanalmente com programas temáticos voltados ao ambiente, conservação da natureza, gestão das áreas protegidas. Mas, também utilizamos outros meios, as escolas de verificações ambiental, que temos nessas áreas protegidas para passar informações juntos dos alunos e também utilizamos boletins informativos.

Essas mesmas áreas protegidas têm estruturas de gestão onde a população participa na gestão e, é um meio onde discutimos os assuntos, que têm a ver com áreas protegidas e servem também como espaço de concertação das áreas protegidas.

E: Como é que a sua instituição se tem relacionado com as comunidades locais?

e: O nosso relacionamento com a comunidade local é bom. Nós trabalhamos com a população, as áreas protegidas na Guiné-Bissau têm população no seu interior.

Estamos condenados a trabalhar com a população, porque se a população não quer conservar e colaborar não podemos fazer nada. Sempre há conflitos, isso é verdade, porque uma área protegidas é uma zona de interesse, são terras de recursos, sempre há conflitos, mas são ultrapassáveis.

E: Que contributo pensa poder ter sido dado ao IBAP pelas atividades desenvolvidas junto das comunidades?

e: Não só trabalhamos na conservação da natureza mas também apoiamos o desenvolvimento. Até agora há vestígios das realizações que o IBAP fez, desde construções de poços, reparação de vias de acesso, melhorias de postos sanitários, construções de escolas, jardins infantis, compra de pirogas para as comunidades, atividades de formação e capacitação, quer dizer, são várias atividades desenvolvidas até aqui para apoiar.

Bom, independentemente disso há atividades produtivas como apicultura, reparação de bolanhas, transformação de produtos, criação de animais de ciclo curto, vulgarização de produtos florestais não lenhosos, quer dizer que são várias atividades que desenvolvemos para apoiar a população. Porque não trabalhamos só no domínio da conservação é por isso, que o lema é conservar a biodiversidade para assegurar o desenvolvimento e a melhoria de condições de vida da população.

Entrevista: Nº 5

Entrevistado: Maria de Fátima da Silva Barbosa de Oliveira

Data: 23/03/2015

Hora: 12:23

Local de entrevista: Bissau

Dados Sociodemográficos:

Sexo: Feminino

Idade: 62 anos

Nível de instrução: Mestrado

Profissão: Pedagogia em Ciência de Educação

Cargo que ocupa na Instituição: Diretora Geral do Instituto Nacional para o Desenvolvimento do Ensino, INDE (Ministério da Educação)

E: Bom dia Sra. Diretora Geral do INDE, gostaríamos de saber a sua opinião sobre o estado do meio ambiente na Guiné-Bissau.

e: Olha, a minha opinião, primeiramente para falar do ambiente de uma forma geral, como cidadã nós temos tido algumas perturbações em termos da preservação do meio ambiente como se tem acompanhado nos últimos anos. Há todas as situações de abate de árvores, de lixeiras, de procedimentos de agressões e explorações de varias espécies na natureza, que nós precisamos delas para coabitar connosco mesmos.

Então, a opinião é que na verdade os guineenses devem dar uma atenção particular a esse ambiente, que nos pertence a todos nós, tentar criar programas de proteção e de prevenção para que, no futuro, os nossos filhos possam usufruir tantos dos bens que, o ambiente tem para nos dar, como do ar para respirar.

E: Que importância atribui à educação ambiental neste sentido?

e: Agora, falando como quando do Ministério da Educação, como Diretora do INDE neste momento, os programas do ensino, os currículos escolares estão e estiveram preocupados há uns anos atrás com a questão de levar as escolas e os professores, ah, os conhecimentos sobre a problemática do ambiente em diferentes esferas não é, eh, conhecerem a importância, mudar atitudes e comportamentos sobre a questão do ambiente e poder resolver as questões ao nível de cada localidade, de cada comunidade, de cada individuo, é a nossa preocupação. Por isso, estamos a desenvolver neste momento programas de parceria, memorandum de entendimento a nível macro com o Ministério da Educação e a nível meso com o INDE.

Estamos em processo de elaborar programas escolares, que já temos feito o “draft”, que ainda não está na fase experimental e, está a ser revisto. A educação ambiental entra na nossa maneira de ver de uma forma transversal nos currículos escolares porque nós consideramos que é uma área que toca com todas as áreas curriculares, com português e matemática por exemplo, e estamos a integrá-la de uma forma transversal.

Essa transversalidade tem a ver com as disciplinas com maior acolhimento, ela entra com maior carga horária e aquelas com menor acolhimento entram com menos carga e conteúdo.

E: Desde quando o INDE os programas de educação ambiental estão a serem integrados nos currículos escolares na Guiné-Bissau?

e: Já em 2002/03 nós fizemos a pequena introdução experimental, que na altura estava a coordenar o projeto da educação para a vida familiar em matéria da população, que já tinha na sua abordagem a educação ambiental. Agora, de volta no INDE, ah, então os colegas introduziram também na perspetiva que estávamos a fazer, os conteúdos são os mesmos e a única diferença neste programas que estão a ser revistos neste momento é a metodologia de trabalho. Estávamos a trabalhar com abordagem da pedagogia por objetivos e agora eles estão a trabalhar com a pedagogia por integração, que se chama abordagem por competência e as mesmas áreas do ambiente estão a ser tomadas em consideração.

E: Existem dificuldades ou limitações na implementação dos projetos de educação ambiental?

e: As dificuldades, podemos dizer talvez mais tarde, dificuldades na reprodução de programas e manuais, mas o Ministério da Educação tem sempre parceiras, penso, que quer ser otimista, que essas parcerias irão dar frutos, já começaram, estamos a trabalhar com a UINCN no quadro do financiamento da Fundação MAVA, já formamos e sensibilizamos alguns Diretores Regionais da Educação e, estamos a entrar agora na segunda etapa de formar os formadores para permitir nós mesmo do INDE e os quadros da Direção Central do Ministério da Educação, os Diretores Regionais, os formadores a nível das Regiões possam ter uma maior competências nas áreas que têm a ver com a educação ambiental e ter maior compreensão e harmonização e de poderem formar os professores do ensino básico até ao nono ano de escolaridade, que está dividido em três ciclos (1º a 4º anos, 5º a 6º anos e 7º a 9º anos da escolaridade).

A educação ambiental está nestas perspetivas de reformas curriculares até ao nono ano de escolaridade e, paralelamente estamos a trabalhar com as escolas de formação de professores. No âmbito não formal estamos a apoiar os trabalhos na alfabetização dos adultos.

Anexo nº 3- Análise das entrevistas

Entrevista nº1

Situação do ambiente

A Guiné-Bissau pode ser considerado um país privilegiado no que concerne à biodiversidade e às áreas protegidas, visto que uma área considerável do território nacional está protegida de qualquer tipo de exploração humana, que pode ser um motor de desenvolvimento económico e consequentemente de elevação do nível de vida das populações.

"...16% do território com o estatuto de zona reservada..."

Importância da Floresta

Em termos macro, a floresta do país tem diversas dimensões, que vai para além de simples conjuntos de árvores e animais. As nossas florestas têm uma dimensão alimentar e mitológica. Considerado como um país com uma grande diversidade cultural, ela também está representada nas florestas em formato religioso.

O primeiro impacto da desflorestação advém da desorganização que provoca ao nível do cumprimento do calendário agrícola, o que tem impactos significativos na produção e consequentemente no nível de auto-suficiência alimentar das populações.

"...Para nós a floresta é importante, para a Guiné-Bissau a floresta tem a dimensão cultural, religiosa, ambiental, económica.... a floresta tem grande importância a nível de agricultura, ecossistema marinho e a nível de navegação marítima..."

Práticas nocivas à floresta

Apesar do país ter uma grande área florestal, nos últimos anos houve muita devastação da mesma com vários tipos de ações nocivas e que prejudicam todo o ecossistema à volta e consequentemente as gerações futuras.

"...o primeiro é a prática de agricultura itinerante, o segundo os madeireiros, ultimamente, que têm vindo a desmatar as florestas de forma descontrolada, pondo em causa o desaparecimento de certas espécies e o outro é a atividade de caça, sobretudo dos animais mamíferos..."

Medidas de preservação

É imperativo que as autoridades guineenses em parceria com as organizações não-governamentais criem políticas para soluções energéticas (energias domésticas), tendo em vista a sustentabilidade, por forma a poder reduzir o abate das árvores para a produção de carvão, extração de lenha e a criação de medidas concretas que sancionem severamente os indevidos que de forma abusiva exploram os recursos da floresta.

A ação poderia passar pelo seguinte: a) desenvolvimento de uma política coerente de gestão florestal, nomeadamente, repovoamento de essências florestais ameaçadas; b) adoção de medidas genéricas de luta contra a pobreza através de incentivo adequado ao desenvolvimento socioeconómico ao nível local; c) Incentivar o alargamento da iniciativa através das florestas comunitárias e gestão integrada do território da tabanca ao nível nacional.

“...São punitivas e alternativas concretas. O primeiro, temos que arranjar soluções a nível da energia doméstica...”

Educação Ambiental: Âmbito Escolar

Apesar do Governo ter manifestado oficialmente a sua preocupação relativamente as questões ambientais no fórum internacional, o próprio ainda não criou estratégias/mecanismos para dinamizar as atividades da educação ambiental a nível das escolas. Tudo isso deve-se, supostamente, às mudanças de titulares do ministério, a instabilidade governativa tem vindo a afetar o processo, que o país tem vindo a deparar-se desde os anos 90, provocando avanços e recuos no processo da implementação da educação ambiental na Guiné-Bissau.

“... Atualmente a Guiné- Bissau está neste processo de introdução da educação ambiental nos currículos escolares, que é uma coisa brilhante graças aos trabalhos desenvolvidos pela nossa organização nas escolas comunitárias...”

Educação Ambiental: Âmbito não Escolar

Estas ações são nas perspetivas de promover a sustentabilidade ambiental, utilizando tecnologias que não perigam o ambiente por forma a permitir o acesso aos recursos florestais de forma racional sem pôr em risco as gerações futuras. Tais recursos são finitos.

“... Sistemas de fabrico de carvão melhorados e sistema de produção de sal, através de sal solar sem utilizar lenha...”

As dificuldades

A maioria da população guineense está dependente dos recursos que vêm da floresta para sobreviver, e a necessidade de sobrevivência tem que ser gerida de forma pacífica para que os recursos existentes na floresta sejam utilizados de forma racional, pensando nas gerações futuras. Daí, por um lado, há necessidade de intervenção do poder político com vista à criação de condições para a satisfação das necessidades básicas e bem-estar, combatendo a pobreza das populações.

Por outro lado, mostrando às populações que as consequências das suas ações sobre a floresta poderão tornar o país vulnerável a qualquer fenómeno ambiental.

“... Ele está no limiar da pobreza e tem necessidade de sobreviver..., para convencer a classe política no sentido de mudar de estratégia e introduzir na sua agenda a componente ambiental, não é fácil ...”

A relação com as comunidades

A introdução de novas tecnologias amigas do ambiente para a produção de bens de consumo (de primeira necessidade) das comunidades locais, adaptando conhecimento local às novas exigências. E, com os seus parceiros congéneres a nível da sub-região, exportando os conhecimentos e experiências locais no domínio da proteção e conservação do ambiente para estes países.

“...Nós temos vindo a associar aspetos da educação, sensibilização e de criar alternativas concretas e baratas... a nível transfronteiriço com a Guiné-Conacri e Senegal temos vindo a trabalhar no âmbito da parceria com as ONG's e escolas destes países...”

Entrevista nº2

Situação do ambiente

O aumento de concessão de licenças de exploração de madeira em touro, o aumento de números de quintas, exploração de palmeiras, o corte do mangal, a falta de estabelecimento de regimes de abates das árvores, o aumento da densidade populacional nas zonas costeiras, a fraca capacidade de fiscalização e a insuficiência de capacitação de recursos humanos tem vindo a criar grande constrangimento ao meio ambiente, ou seja de ter um ambiente são e sustentável.

“... O ecossistema florestal continua importante, embora com grandes ameaças tendo em conta a pressão, que existe da indústria madeireira sobretudo para exportação de madeira em toros muito preocupante nos últimos dois, três anos... o ecossistema marinho e costeiro continua sem poluição, mas com grandes ameaças em termos das atividades das pescas ilícitas, utilização de equipamentos e redes não aconselháveis para uma pesca durável...”

Importância da Floresta

A floresta é a forma mais barata de mitigação de efeitos de alteração climática e outros fenómenos naturais. A sua importância na regulação do clima, o aumento da produtividade agrícola tendo em vista a melhoria de qualidade de vida das populações e o seu bem-estar social. Igualmente, dadas as suas potencialidades que o país se dispõe poderia potenciar as atividades de turismo ecológico e contribuir grandemente para a promoção de desenvolvimento local.

“...Quando eu penso nas florestas penso na captação do CO₂, carbono, sem as florestas não há chuva, não há função da fotossíntese, portanto, sem as florestas não há árvores, água e sem as florestas não há proteção de solos, são as florestas que dão garantias à proteção dos solos para que não haja erosão. E, sem as florestas, não há extrativismo...a floresta é tudo, a floresta é o ambiente, é a economia, são as finanças públicas, é a segurança alimentar...”

Práticas nocivas à floresta

Tem havido práticas nocivas às florestas guineenses, o desmatamento para novos campos agrícolas e de pastagem, criação de novas tabancas e corte de árvores para a construção de meios de transportes marítimos. Todas estas práticas estão ligadas às necessidades de sobrevivência das populações. Estas necessidades têm que ser colmatadas de forma equilibrada, fazendo a exploração tendo em conta que as gerações futuras terão as necessidades de sobreviverem.

“...Corta árvores para criar terras para a agricultura, queima uma árvore que pode ter mais de cem anos para fazer colheita de um quilo de mel, corta árvores para fazer pirogas que não duram muito tempo, corta árvores porque precisa da madeira para fazer a construção...”

Medidas de preservação

As leis sobre a proteção do ambiente e da floresta existem no país, o problema que se coloca é que não existem sinergias entre as diferentes instituições que atuam neste domínio. Também, a corrupção que está instalada na administração pública guineense, dificulta a implementação e a execução da legislação sobre a exploração dos recursos florestais. Urge a necessidade de aumentar e reforçar as campanhas de sensibilização para uma melhor consciência ambiental.

“... Cumprir as leis porque as leis existem, trabalhar nas mudanças de atitude da nossa população... maior trabalho no domínio da educação, sensibilização e informação ambiental, desenvolver as tecnologias...”

Educação Ambiental: Âmbito Escolar

As poucas ações de sensibilização sobre as questões ambientais são dinamizadas pelas ONG'S que estão no país no sentido de fomentar novos paradigmas educacionais e, conseqüentemente, mudanças de atitudes e comportamentos junto das populações. É um processo de transmissão de saberes que passa de gerações para a gerações.

“...Nós estamos a trabalhar há 17 ou 18 anos nas escolas de verificação ambiental, porque pensamos que é nas escolas, que temos militantes e dar conhecimentos, é nas escolas (...) quando se ganha um professor você ganha 300 alunos, quando se ganha 300 alunos você ganha milhares de mulheres e milhares de homens nas nossas vilas...”

Educação Ambiental: Âmbito não Escolar

Estas podem ser consideradas atividades ecologicamente corretas e contribuir para o desenvolvimento socioeconómico da população. A questão que se coloca tem a ver com a sustentabilidade destas atividades e que venham responder às prioridades e anseios das comunidades locais.

“...Estamos a introduzir as tecnologias de forno mate para produzir carvão de qualidade e ecologicamente aceitável, nas zonas de pescas, estamos a introduzir fornos “tchorcor” para fumar peixe...”

As dificuldades

No contexto da Guiné-Bissau, sobretudo no mundo rural, a mulher é responsável pela educação dos filhos, sustento da família e pode dar a sua contribuição na sensibilização do marido sobre as questões ambientais.

Portanto, a mulher desempenha papel importante dentro da nossa instituição (família) e deve ser considerada líder na mudança de atitude e comportamento dentro da nossa comunidade. O envolvimento da mulher pode ser uma das estratégias para atingir toda a comunidade nas ações de sensibilização sobre as questões ambientais.

“... Mudar a mentalidade, os hábitos e o comportamento leva muito tempo...”

A relação com as comunidades

A mudança de atitude e comportamento exige diálogo permanente com as populações locais. Porque há sempre interesses em jogo entre as partes, este diálogo regular entre as partes interessadas é forma de minimizar e /ou prevenir os conflitos de interesse.

Há sempre que provocar reuniões e/ou fórum de concertação para auscultar as populações sobre as reais necessidades e como ajudar a encontrar soluções para os problemas das comunidades. Aproveitando, ao mesmo tempo, este espaço de concertação para passar as suas ideias, relativamente à preservação e conservação do ambiente em geral, e das florestas em particular.

“...Sem esse diálogo com os diferentes stakeholders, com a população que está no terreno, será impossível planificar o desenvolvimento.....a planificação do desenvolvimento significa boa governação, bons conhecimentos da realidade, significa implicar toda a gente e tornar o desenvolvimento o movimento participativo onde cada um deve dar a sua contribuição...”

Entrevista nº3

Situação do ambiente

A persistente instabilidade política que o país viveu, sobretudo de 2012 a 2014, contribuiu gravemente para a devastação e degradação das florestas. Esta fase foi marcada pela situação catastrófica a nível dos recursos florestais e de mais recursos na Guiné-Bissau.

As pessoas, que de uma forma involuntária não têm noção sobre os perigos e pelos danos ambientais causados, e as gerações futuras estão condenadas a viver as consequências futuras, não se pode aceitar qualquer comportamento que lesa não só uma pessoa, mas também pondo em causa toda a comunidade.

“Assistimos por outro lado, a um esforço no sentido contrário e durante os dois últimos anos houve uma degradação muito forte e intensa de um dos importantes recursos do nosso ambiente, que é a nossa floresta...”

Importância da Floresta

Os nossos ancestrais tinham as suas formas de conservação das florestas devido às práticas culturais, usos e costumes. No caso da Guiné-Bissau em certos locais utilizam as florestas para as suas manifestações culturais nas matas e para ter acesso a esses locais devia-se passar por diferentes etapas de acordo com os rituais de cada grupo étnico.

Algumas espécies de árvores de grande porte servem para adoração (idolatria), suporte e/ou como meio de comunicação com os irãs, essas espécies de árvores e plantas são protegidas. Se continuamos a exploração abusiva vamos correr o risco de perder esses valores étnico-culturais, que nos diferenciam umas das outras tendo em conta as diversidades étnicas que constituem o mosaico cultural Guineense.

E, a outra situação tem a ver com as dificuldades de acesso e a carência de infraestruturas sanitárias e de medicamentos convencionais nos lugares mais recônditos da Guiné-Bissau, nas florestas faz-se extração de certas raízes e folhas de plantas para a cura tradicional de doenças. Em certo caso, os curandeiros tradicionais desempenham o papel de médicos.

“... A floresta tem função cultural até, nós sabemos que as grandes cerimónias do fanado se fazem nas florestas. Ela é o repositório ou fonte da medicina tradicional...no meu ponto de vista uma das estratégias para garantir a segurança alimentar na Guiné-Bissau...”

Práticas nocivas à floresta

A prática de agricultura itinerante através de utilização de fogo e o abate desenfreado de árvores para a comercialização de madeiras têm vindo a afetar o ambiente pondo em causa todos os ecossistemas existentes em volta.

“... Queimada não controlada para agricultura itinerante ... exploração de madeira ..”.

Medidas de preservação

Os danos ambientais ou ecológicos têm as suas consequências não só no presente mas também no futuro.

As entidades responsáveis pela política e gestão do meio ambiente e das florestas deviam afirmar-se no país no sentido de chamar atenção em relação a certos comportamentos administrativos não aconselháveis, às comunidades e outras entidades que fazem perigar o meio ambiente. A partir daí, as pessoas e as entidades devem ser responsabilizados pelos danos causados quer em nome do Estado e quer em nome pessoal.

“... Há que aplicar as leis e o envolvimento de todas as pessoas, instituições ligadas ao ambiente e organizações da sociedade civil e autoridades locais...”.

Educação Ambiental: Âmbito Escolar

É imperativo trabalhar nas mudanças de mentalidade e comportamento da população, promovendo consciência ambientalista junto das nossas comunidades sobretudo a nível do ambiente escolar, que é uma das formas mais eficazes de educar e transmitir conhecimentos e lidar com os problemas ambientais.

“...Introduzindo a educação ambiental nos currículos escolares no primeiro ciclo, as crianças que serão futuros dirigentes políticos e homens de negócios com o tempo já estarão sensibilizados e quando forem dirigentes quando se colocarem as questões ambientais em cima da mesa não vai ser a primeira vez, que vão ouvir ...”.

Entrevista nº4

Situação do ambiente

Com os acontecimentos de 12 de Abril de 2012/2014, assistiu-se na Guiné-Bissau a uma desgovernança, desmando e regime quase totalitário onde a interferência do poder militar em relação ao poder civil era notório.

A instituição do Estado, nomeadamente a Direção Geral das Florestas desapareceu completamente e foi substituída por uma outra entidade (Guarda Nacional), que tinha monopólio sobre os recursos da floresta, atividade fiscalização e ainda sobre a emissão de licenças de autorização de corte de árvores para extração de madeiras.

“... De 2012 à 2014 foram objetos de cortes abusivas é uma constatação. Segundo o Diretor Geral da Floresta foram exportadas 81 mil metros cúbicos de madeiras em toros, o que está proibido na lei, porque a lei não aceita a exportação de madeira em toros e, disse ainda que está por exportar 16 mil metros cúbicos de madeira, aproximadamente em mil contentores... No que concerne à pesca há sobre exploração de pesca em alguns sítios, essa pesca está associada a destruição de certos ecossistemas como do mangal para fumagem de peixes. Há acampamentos de pescas sobretudo na parte insular do rio Cacine e rio grande de Buba continental...”

Importância da Floresta

A economia da Guiné-Bissau está dependente dos recursos, que vêm da floresta e a maioria da população vive e depende diretamente das essências florestais, sobretudo a população rural. A partir destes recursos a população consegue dar sustentos às famílias, através de extração de produtos florestais e a sua comercialização no mercado informal. Por isso, devem ser exploradas racionalmente como forma que garanta o acesso das gerações futuras a esses recursos.

“...Quando se fala da floresta penso nesses recursos florestais não lenhosos que a população da Guiné-Bissau depende diretamente da sua economia pessoal e joga papel fundamental na contribuição para o produto interno bruto da Guiné-Bissau...”

Práticas nocivas às florestas

São as práticas nocivas à floresta e, que perigam o ambiente, mas que é necessário levarmos em conta as consequências futuras destas ações antrópicas às florestas para as próximas gerações.

“...Temos uma cultura tradicional, realmente agricultura itinerante, que corta as florestas para fazer arroz, realmente até agora na Guiné-Bissau não há alternativa para substituir essa prática cultural e também constitui uma das atividades, que mais degrada o ecossistema florestal e contribuem também no empobrecimento do solo para atividade agrícola... o corte, a queimada, é isso, a caça, a caça utilizando fogo, então é tudo isso, que cria problema para as florestas na Guiné-Bissau...”

Medidas de preservação

Apesar, que o país não está dotado suficientemente de instrumentos jurídico-legais, que permitam regular todas essas situações de danos ambientais, a entidade responsável pela gestão e conservação do meio ambiente e das florestas podem recorrer a outros instrumentos jurídicos (leis setoriais), que estabelecem mecanismos para responsabilizar os autores e indivíduos, que envolveram e aproveitam de uma forma irracional e ilegal os recursos florestais.

“... Política é aplicar a lei, porque a lei florestal de 2011, simplesmente o governo tem, que dizer às pessoas para cumprirem a lei...”

Educação Ambiental: No âmbito escolar

A escola é um dos meios mais eficazes para transmissão de conhecimentos junto das nossas comunidades.

“...Trabalhar com os alunos nas escolas porque o maior veículo de transmissão do conhecimento são os estudantes e pensamos que podemos atingir os nossos objetivos a curto prazo...”

Educação Ambiental: No âmbito não escolar

A atividade de educação ambiental é importante, que seja levada em consideração a outro nível e grau de compreensão dos problemas ambientais da população a utilização de diferentes meios e formas de sensibilização. Devemos levar em conta o índice de alfabetização da população e a forma de abordar as temáticas e os conteúdos ambientais para que sejam aceites e apropriados pelas nossas comunidades.

“...Criar programas radiofônicos, criar boletins de informação, então tratar de introduzir a dimensão ambiental em todas as políticas setoriais, quer dizer todos os ministérios têm que ter a dimensão ambiental...”.

Dificuldades

A maioria da população rural não tem fonte de rendimento a não ser os recursos naturais, que a natureza lhe disponibiliza, fazendo uso dela para colmatar as suas necessidades e a criação do seu bem-estar. É notório ou evidente, que haja conflitos de interesses no que diz respeito à necessidade de conservação do meio ambiente e à sobrevivência da população.

“....Todas as atividades que têm a ver com a mudança de mentalidade isso leva tempo, mudar a mentalidade dum pessoa não é de hoje para amanhã...há conflitos, isso é verdade, porque uma área protegida é uma zona de interesse...”.

Entrevista nº5

Situação do ambiente

Esta situação da impunidade no país é lamentável devido a falta de responsabilização das pessoas pelos seus atos. A nível do ambiente urbano depara-se com a falta de políticas de conceção de terrenos para a construção de casas e a estratégia de saneamento básico, de gestão, separação e tratamento de lixos (hospitalar, domésticos e industrial).

Há situações em que fazem as construções de habitações nas zonas húmidas, consideradas pulmões da cidade, os lixos não são separados, deitados ao relento e nos esgotos. Posteriormente, são arrastados pelas águas pluviais para o mar e bolanhas, provocando assoreamentos de rios e sedimentação de campos agrícolas.

A nível do setor da saúde humana e animal há que salientar o potencial de contaminação com doenças cujos vetores são transmitidos através da águas e/ou devido à falta de acesso a água de boa qualidade e ou devido à falta de sistemas de saneamento para não permitir a estagnação das águas, sobretudo, no período das chuvas.

Este é o caso sobretudo das doenças diarreicas, da transmissão da cólera, tifoide, da propagação da malária, etc.

“... Há todas as situações de abate de árvores, de lixeiras, de procedimentos de agressões e explorações de várias espécies na natureza...”

Educação Ambiental: No Âmbito Escolar

Há necessidade dos alunos e professores adotarem os conhecimentos e atitudes responsáveis, que lhes permitam dar as respostas aos desafios ambientais e ecológicos que condicionam o seu quotidiano, a sua qualidade de vida, contribuindo para a conservação do meio ambiente. Neste sentido poderiam propor atividades e temáticas ambientais para despertar-lhes a curiosidade de investigação, observação e procurar soluções alternativas para fazer face aos problemas ambientais que as populações enfrentam a nível de cada comunidade e no país em geral.

Na nossa perspetiva a implementação da educação ambiental na Guiné-Bissau deve ainda ser estendida para além até ao ensino superior como por exemplo em Portugal.

“... A educação ambiental entra na nossa maneira de ver de uma forma transversal nos currículos escolares porque nós consideramos que é uma área que toca com todas as áreas curriculares, com português e matemática ... A educação ambiental está nestas perspetivas de reformas curriculares até ao nono ano de escolaridade e, paralelamente estamos a trabalhar com as escolas de formação de professores...”

Educação Ambiental: Âmbito não Escolar

Devido à transversalidade das questões ambientais, a atividade de capacitação e formação deve ser encarada a nível de todas as instituições públicas e privadas, por forma a incentivar a inclusão nas suas políticas e estratégias da componente ambiental.

Isto, passa, necessariamente, pela formação dos funcionários públicos, privados, dirigentes políticos e líderes de opinião a nível de cada comunidade.

“... Estamos a trabalhar com as escolas de formação de professores.... estamos a apoiar os trabalhos na alfabetização dos adultos...”

As dificuldades

A fraca disponibilidade de verbas para o funcionamento do setor do ensino na Guiné-Bissau tem contribuído grandemente para o fracasso deste setor. A maior parte de verbas são canalizadas para as reformas nos setores da defesa e segurança, que são considerados como as prioridades da governação dos sucessivos governos.

O setor da educação tem vindo a ser sufocado com sucessivas ondas de greves dos professores, que alegavam falta de pagamentos de salários em atraso e más condições de trabalho e, para além de algumas infraestruturas escolares, encontra-se em fase de deterioração.

A quantia de verbas disponibilizadas para este setor, supostamente não dá para fazer face às necessidades de funcionamento.

“... Dificuldades na reprodução de programas e manuais...”

Anexo nº 4- Ausências e Presenças de Categorias

Entrevista nº 1

Categorias Unidades De contexto	A	B	C	D	E	F	G	H
Página 1	-	-	-	-	-	-	-	-
Página 2	-	-	-	-	+	-	-	+
Página 3	+	-	-	-	-	-	-	-
Página 4	+	+	-	-	-	-	-	-
Página 5	-	+	+	+	-	-	-	-
Página 6	-	-	-	-	-	+	-	+
Página 7	-	-	-	-	-	-	+	-
Total	2	3	1	2	1	1	1	1

Legenda:

- a) Situação do ambiente
- b) Importância da Floresta
- c) Práticas nocivas mais frequentes na floresta
- d) Medidas de preservação
- e) Âmbito Escolar
- f) Âmbito não Escolar
- g) As dificuldades
- h) A relação com as comunidades

Entrevista nº 2

Unidades De contexto	Categorias							
	A	B	C	D	E	F	G	H
Página 1	-	-	-	-	-	-	-	-
Página 2	+	-	-	-	-	-	-	-
Página 3	-	+	+	-	-	-	-	-
Página 4	-	+	-	+	-	-	-	-
Página 5	-	-	-	-	+	+	-	-
Página 6	-	-	-	-	-	-	-	-
Página 7	-	-	-	-	-	-	+	+
Total	1	2	1	2	1	1	1	1

Legenda:

- a) Situação do ambiente
- b) Importância da Floresta
- c) Práticas nocivas à floresta
- d) Medidas de preservação
- e) Âmbito Escolar
- f) Âmbito não Escolar
- g) As dificuldades
- h) A relação com as comunidades

Entrevista nº 3

Unidades De contexto	Categorias				
	A	B	C	D	E
Página 1	+	-	-	-	-
Página 2	-	+	-	-	-
Página 3	-	-	+	-	-
Página 4	-	-	-	+	+
Página 5	-	-	-	-	-
Página 6	-	-	-	-	-
Página 7	-	-	-	-	-
Total	1	1	1	2	1

Legenda:

- a) Situação do ambiente
- b) Importância da Floresta
- c) Práticas nocivas à floresta
- d) Medidas de preservação
- e) Âmbito Escolar

Entrevista nº 4

Categorias Unidades De contexto	A	B	C	D	E	F	G	H
	Página 1	+	-	-	-	-	-	-
Página 2	+	+	+	-	-	-	-	-
Página 3	-	-	-	+	+	+	+	-
Página 4	-	-	-	-	-	-	-	+
Página 5	-	-	-	-	-	-	-	-
Página 6	-	-	-	-	-	-	-	-
Página 7	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2	1	1	1	1	1	1	1

Legenda:

- a) Situação do ambiente
- b) Importância da Floresta
- c) Práticas nocivas à floresta
- d) Medidas de preservação
- e) Âmbito Escolar
- f) Âmbito não Escolar
- g) As dificuldades
- h) A relação com as comunidades

Entrevista nº 5

Unidades De contexto	Categorias				
	A	B	C	D	E
Página 1	+	-	+	-	-
Página 2	-	-	-	-	-
Página 3	-	+	+	+	+
Página 4	-	-	-	-	-
Página 5	-	-	-	-	-
Página 6	-	-	-	-	-
Página 7	-	-	-	-	-
Total	1	1	2	1	1

Legenda:

- a) Situação do ambiente
- b) Medidas de preservação
- c) Âmbito Escolar
- d) Âmbito não Escolar
- e) As dificuldades

Anexo nº 5- Guião do Inquérito

Inquérito sobre plano de comunicação para educação ambiental na Guiné-Bissau

Este inquérito realiza-se no âmbito de Mestrado em Marketing na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEUP). Tem como objetivo recolher informações sobre os conhecimentos, os valores e os comportamentos, relativamente ao meio ambiente em geral e, em particular sobre a exploração dos recursos florestais na Guiné-Bissau e, desenhar um plano de ação de comunicação através da educação ambiental, no sentido de uma exploração sustentável.

A confiabilidade dos dados obtidos é garantida, não sendo divulgada qualquer informação individualizada.

* Required

Dados sociodemográficos

1. 1. Sexo: *

Mark only one oval.

- F
 M

2. 2. Idade:

Mark only one oval.

- entre 15 a 20 anos
 21 a 25
 25 a 30
 30 a 35
 35 a 40
 40 a 45
 45 a 50
 mais do que 50

3. 3. Habilitação Literaria:

Mark only one oval.

- 12º ano
 Curso médio / tecnico profissional
 Licenciatura
 Mestrado
 Doutoramento
 outro

4. 4. Área de formação:

.....
.....
.....
.....
.....

5. 5. Ocupação atual:

.....
.....
.....
.....
.....

Inquérito sobre plano de comunicação para educação ambiental na Guiné-Bissau

6. 6. Ao longo dos tempos, na Guiné-Bissau, as longas extensões de florestas típicas de cada região vêm sendo destruídas, o que tem tido graves consequências.

Indique o grau de concordância a cada uma das seguintes afirmações:

Mark only one oval per row.

	1. Discordo totalmente	2. Discordo	3. Não concordo nem discordo	4. Concordo	5. Concordo totalmente
6.1. Perda de Biodiversidade devido à perda de habitats	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6.2. Solos pobres em nutrientes e, por isso pouco produtivos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6.3. Diminuição de chuva e aumento da temperatura.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6.4. Perda da biodiversidade nas regiões adjacentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6.5. Desertificação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6.6. Fuga e/ou desaparecimentos de espécies de animais e plantas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7. 7. Atividades humanas são consideradas como os que contribuem mais para a degradação das florestas.

Indique o grau de concordância a cada uma das seguintes afirmações:

Mark only one oval per row.

	1. Discordo totalmente	2. Discordo	3. Não concordo nem Discordo	4. Concordo	5. Concordo totalmente
7.1. Corte e comercialização de madeiras.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7.2. Corte para extração de lenha e carvão.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7.3. Corte e queimada para a procura de novos campos agrícolas e áreas de pastagem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7.4. Corte para construção de novas estradas e habitações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8. 8. As entidades/ profissionais são responsáveis pela degradação do ambiente (floresta) na Guiné-Bissau.

Indique o grau de concordância a cada uma das seguintes afirmações:

Mark only one oval per row.

	1. Discordo totalmente.	2. Discordo.	3. Não concordo nem discordo	4. Concordo	5. Concordo totalmente
8.1. População	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8.2. ONG's	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8.3. Madeireros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8.4. Agricultores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8.5. Criadores de Gado / pastores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8.6. Caçadores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8.7. Estado (instituições de estado Ligado a emissão de licença para corte de madeira).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8.8. Setor privado(empresas ligado a comercialização e exportação de madeiras).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. Qual é a importância da conservação e preservação das florestas para a Guiné-Bissau e para o mundo?

Indique o grau de importância a cada uma das seguintes afirmações:

Mark only one oval per row.

	1. Nada importante	2. pouco importante	3. Importante	4. Muito importante	5. Extremamente importante
9.1. Aumento de qualidade de ar respirável.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9.2. Permite manter o clima da terra relativamente ameno.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9.3. Manutenção de Habitat (fauna e flora).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9.4. Aumento da produtividade de terras.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9.5. potenciar o turismo ecológico.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9.6. Absorção de enorme gases com efeito de estufas libertados para atmosfera.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10. **10. Medidas devem ser adotadas pelo Estado da Guiné- Bissau para a proteção e conservação das florestas.**

Indique o grau de concordância a cada uma das seguintes afirmações:

Mark only one oval per row.

	1.Discordo Totalmente	2. Discordo.	3.Não concordo nem discordo.	4. Concordo.	5. Concordo totalmente
10.1. Impostos verde(para a atividades de reforestação).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10.2. Regulamentação de atividades de produção de lenha e carvão.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10.3. Criação de quota anual de corte de madeiras.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10.4. regulamentação deatividade de caça tendo em vista a criação de epoca de caça.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10.5. Aumento de atividade de controlo e de vigilancia das florestas a nivel das nossas fronteiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10.6. controle de incendio/queimadas das florestas .	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10.7. Campanha de repovoamento das florestas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A Educação Ambiental (EA) é um processo de aprendizagem permanente, que procura incrementar a informação e o conhecimento público sobre os problemas ambientais, promovendo, simultaneamente, o sentido crítico das populações e as suas capacidades para intervir nas decisões que, de uma forma ou de outra, afetam o ambiente e as suas condições de vida.

11. **11. Já ouviu falar da EA?**

Se não termina aqui o seu questionario

Mark only one oval.

Sim

Não

12. 12. Através de que meios/onde?

assinale/marque (x) ou (Ponto) o local /meio.

Check all that apply.

- 12.1. Na escola
- 12.2. Na sua comunidade
- 12.3. No ambiente familiar
- 12.4. Nos órgãos de comunicação Social (Rádio, TV...)
- 12.5. Através de eventos(seminário, palestra, workshop, conferencia).
- Other:

13. 13. De acordo com a sua resposta na pergunta nº12 quais os temas que foram abordados?

Assinale e/ou marque (x) ou (Pontos) nos itens abaixo indicados.

Mark only one oval.

- 13.1. Biodiversidade ou diversidade biológica
- 13. 2. Poluição (ar, solo, água, Sonora).
- 13.3. Degradação das Florestas (cortes e queimadas das árvores).
- 13.4. Saneamento Básico.
- 13.5. Tratamento de Lixo.
- 13.6. Tratamento de Água.
- 13.7. Repovoamento das Florestas.
- 13.8. Desertificação.
- 13.9. Mudanças Climáticas.
- 13.10. Erosão.
- Other:

14. Que ações gostaria, que fossem realizadas no sentido de educar, informar e sensibilizar as populações para o uso sustentável dos recursos das florestas, relativamente ao abate e queimadas das árvores?

Assinale/marque (x) ou pontos nas ações indicados ou que seja mais relevantes.

14. *Mark only one oval.*

- 14.1. Introdução de disciplinas ligada à Educação Ambiental nos currículos escolares.
- 14.2. Formação de Professores.
- 14.3. Formação de Profissionais de comunicação social, técnicos das ONG's, associações de base.
- 14.4. Formação e sensibilização dos agentes fiscalizadores (guardas florestais, alfândegas, polícias ...).
- 14.5. Formação de Deputados da Nação, Governadores Regionais, administradores de setores, chefes de tabancas/vilas, régulos, líderes religiosos).
- 14.6. Criação de programas e publicidades nos Mídias (Rádio, TV, Jornal).
- 14.7. Realização de eventos, conferências, seminários, palestras, teatro (radiofónico e televisivo).
- 14.8. Ações de sensibilização das populações para a exploração dos recursos florestais por forma a atingir um desenvolvimento sustentável.
- 14.9. Promover ações de mudanças de atitude/comportamento das populações face à exploração dos recursos da floresta.
- Other:

Página Sem Título

15. **15. Por favor deixe a sua opinião sobre o papel da educação ambiental no processo de desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau.**

.....
.....
.....
.....
.....

Anexo nº 6- Tabela 2.1. Frequência absoluta sobre a idade dos inquiridos que já ouviram falar da Educação Ambiental.

			11. Já ouviu falar da EA?		Total
			Sim	Não	
2. Idade: entre 15 a 20 anos	Contagem	0	1	1	
	Contagem Esperada	,9	,1	1,0	
	% em 2. Idade:	0,0%	100,0%	100,0%	
	% em 11. Já ouviu falar da EA?	0,0%	16,7%	1,0%	
	% do Total	0,0%	1,0%	1,0%	
21 a 25	Contagem	1	0	1	
	Contagem Esperada	,9	,1	1,0	
	% em 2. Idade:	100,0%	0,0%	100,0%	
	% em 11. Já ouviu falar da EA?	1,1%	0,0%	1,0%	
	% do Total	1,0%	0,0%	1,0%	
25 a 30	Contagem	15	1	16	
	Contagem Esperada	15,0	1,0	16,0	
	% em 2. Idade:	93,8%	6,3%	100,0%	
	% em 11. Já ouviu falar da EA?	16,0%	16,7%	16,0%	
	% do Total	15,0%	1,0%	16,0%	
30 a 35	Contagem	28	1	29	
	Contagem Esperada	27,3	1,7	29,0	
	% em 2. Idade:	96,6%	3,4%	100,0%	
	% em 11. Já ouviu falar da EA?	29,8%	16,7%	29,0%	
	% do Total	28,0%	1,0%	29,0%	
35 a 40	Contagem	18	2	20	
	Contagem Esperada	18,8	1,2	20,0	
	% em 2. Idade:	90,0%	10,0%	100,0%	
	% em 11. Já ouviu falar da EA?	19,1%	33,3%	20,0%	
	% do Total	18,0%	2,0%	20,0%	
40 a 45	Contagem	12	0	12	
	Contagem Esperada	11,3	,7	12,0	
	% em 2. Idade:	100,0%	0,0%	100,0%	
	% em 11. Já ouviu falar da EA?	12,8%	0,0%	12,0%	
	% do Total	12,0%	0,0%	12,0%	

45 a 50	Contagem	6	0	6
	Contagem Esperada	5,6	,4	6,0
	% em 2. Idade:	100,0%	0,0%	100,0%
	% em 11. Já ouviu falar da EA?	6,4%	0,0%	6,0%
	% do Total	6,0%	0,0%	6,0%
mais do que 50	Contagem	14	1	15
	Contagem Esperada	14,1	,9	15,0
	% em 2. Idade:	93,3%	6,7%	100,0%
	% em 11. Já ouviu falar da EA?	14,9%	16,7%	15,0%
	% do Total	14,0%	1,0%	15,0%
Total	Contagem	94	6	100
	Contagem Esperada	94,0	6,0	100,0
	% em 2. Idade:	94,0%	6,0%	100,0%
	% em 11. Já ouviu falar da EA?	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	94,0%	6,0%	100,0%

Anexo nº 7- Tabela 2.2. Frequência absoluta das respostas sobre habilitação literária dos inquiridos que já ouviram falar da Educação Ambiental

			3. Habilidade literária:					Total
			12º ano	Curso médio/técnico profissional	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	
11. Já ouviu falar da EA?	Sim	Contagem	5	30	2	36	21	94
		Contagem Esperada	5,6	29,1	1,9	37,6	19,7	94,0
		% em 11. Já ouviu falar da EA?	5,3%	31,9%	2,1%	38,3%	22,3%	100,0%
		% em 3. Habilidade Literária:	83,3%	96,8%	100,0%	90,0%	100,0%	94,0%
		% do Total	5,0%	30,0%	2,0%	36,0%	21,0%	94,0%
	Não	Contagem	1	1	0	4	0	6
		Contagem Esperada	,4	1,9	,1	2,4	1,3	6,0
		% em 11. Já ouviu falar da EA?	16,7%	16,7%	0,0%	66,7%	0,0%	100,0%
		% em 3. Habilidade Literária:	16,7%	3,2%	0,0%	10,0%	0,0%	6,0%
		% do Total	1,0%	1,0%	0,0%	4,0%	0,0%	6,0%
Total	Contagem	6	31	2	40	21	100	
	Contagem Esperada	6,0	31,0	2,0	40,0	21,0	100,0	
	% em 11. Já ouviu falar da EA?	6,0%	31,0%	2,0%	40,0%	21,0%	100,0%	
	% em 3. Habilidade Literária:	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	6,0%	31,0%	2,0%	40,0%	21,0%	100,0%	

Anexo nº 8- Tabela 2.3. Referente à Análise Fatorial

	Componente								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
6. Ao longo dos tempos, na Guiné-Bissau, as longas extensões de florestas típicas de cada região vêm sendo destruídas, o que tem tido graves consequências. [6.1. Perda de Biodiversidade devido à perda de habitats]	,773								
6. Ao longo dos tempos, na Guiné-Bissau, as longas extensões de florestas típicas de cada região vêm sendo destruídas, o que tem tido graves consequências. [6.2. Solos pobres em nutrientes e, por isso pouco produtivos.]	,755								
6. Ao longo dos tempos, na Guiné-Bissau, as longas extensões de florestas típicas de cada região vêm sendo destruídas, o que tem tido graves consequências. [6.3. Diminuição de chuva e aumento da temperatura.]	,768								
6. Ao longo dos tempos, na Guiné-Bissau, as longas extensões de florestas típicas de cada região vêm sendo destruídas, o que tem tido graves consequências. [6.4. Perda da biodiversidade nas regiões adjacentes]	,751								
6. Ao longo dos tempos, na Guiné-Bissau, as longas extensões de florestas típicas de cada região vêm sendo destruídas, o que tem tido graves consequências. [6.5. Desertificação.]	,772								
6. Ao longo dos tempos, na Guiné-Bissau, as longas extensões de florestas típicas de cada região vêm sendo destruídas, o que tem tido graves consequências. [6.6. Fuga e/ou desaparecimentos de espécies de animais e plantas.]	,682								
7. Atividades humanas são consideradas como os que contribuem mais para a degradação das florestas. [7.1. Corte e comercialização de madeiras.]				,576					
7. Atividades humanas são consideradas como os que contribuem mais para a degradação das florestas. [7.2. Corte para extração de lenha e carvão.]			,421						
7. Atividades humanas são consideradas como os que contribuem mais para a degradação das florestas. [7.3. Corte e queimada para a procura de novos campos agrícolas e áreas de pastagem.]			,552						
7. Atividades humanas são consideradas como os que contribuem mais para a degradação das florestas. [7.4. Corte para construção de novas estradas e habitações.]			,754						
8. As entidades/ profissionais são responsáveis pela degradação do ambiente (floresta) na Guiné-Bissau. [8.1. População]			,678						
8. As entidades/ profissionais são responsáveis pela degradação do ambiente (floresta) na Guiné-Bissau. [8.2. ONG's]						,820			
8. As entidades/ profissionais são responsáveis pela degradação do ambiente (floresta) na Guiné-Bissau. [8.3. Madeireros]				,746					
8. As entidades/ profissionais são responsáveis pela degradação do ambiente (floresta) na Guiné-Bissau. [8.4. Agricultores]			,728						
8. As entidades/ profissionais são responsáveis pela degradação do ambiente (floresta) na Guiné-Bissau. [8.5. Criadores de Gado / pastores]			,745						
8. As entidades/ profissionais são responsáveis pela degradação do ambiente (floresta) na Guiné-Bissau. [8.6. Caçadores]			,657						
8. As entidades/ profissionais são responsáveis pela degradação do ambiente (floresta) na Guiné-Bissau. [8.7. Estado (instituições de estado Ligado a emissão de licença para corte de madeira).]				,502					
8. As entidades/ profissionais são responsáveis pela degradação do ambiente (floresta) na Guiné-Bissau. [8.8. Setor privado(empresas ligado a comercialização e exportação de madeiras).]				,812					
9. Qual é a importância da conservação e preservação das florestas para a Guiné-Bissau e para o mundo? [9.1. Aumento de qualidade de ar respirável.]		,578							
9. Qual é a importância da conservação e preservação das florestas para a Guiné-Bissau e para o mundo? [9.2. Permite manter o clima da terra relativamente ameno.]		,778							
9. Qual é a importância da conservação e preservação das florestas para a Guiné-Bissau e para o mundo? [9.3. Manutenção de Habitat (fauna e flora).]		,714							
9. Qual é a importância da conservação e preservação das florestas para a Guiné-Bissau e para o mundo? [9.4. Aumento da produtividade de terras.]		,760							
9. Qual é a importância da conservação e preservação das florestas para a Guiné-Bissau e para o mundo? [9.5. potenciar o turismo ecológico.]		,557							
9. Qual é a importância da conservação e preservação das florestas para a Guiné-Bissau e para o mundo? [9.6. Absorção de enorme gases com efeito de estufas libertados para atmosfera.]		,567							

10. Medidas devem ser adotadas pelo Estado da Guiné- Bissau para a proteção e conservação das florestas. [10.1. Impostos verde(para a atividades de reflorestação).]									,658
10. Medidas devem ser adotadas pelo Estado da Guiné- Bissau para a proteção e conservação das florestas. [10.2. Regulamentação de atividades de produção de lenha e carvão.]									,878
10. Medidas devem ser adotadas pelo Estado da Guiné- Bissau para a proteção e conservação das florestas. [10.3. Criação de quota anual de corte de madeiras.]									,947
10. Medidas devem ser adotadas pelo Estado da Guiné- Bissau para a proteção e conservação das florestas. [10.4. regulamentação de atividade de caça tendo em vista a criação de época de caça.]						,631			
10. Medidas devem ser adotadas pelo Estado da Guiné- Bissau para a proteção e conservação das florestas. [10.5. Aumento de atividade de controlo e de vigilancia das florestas a nível das nossas fronteiras]						,806			
10. Medidas devem ser adotadas pelo Estado da Guiné- Bissau para a proteção e conservação das florestas. [10.6. controle de incendio/queimadas das florestas .]						,520			
10. Medidas devem ser adotadas pelo Estado da Guiné- Bissau para a proteção e conservação das florestas. [10.7. Campanha de repovoamento das florestas.]						,584			

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a. Rotação convergida em 8 iterações.

Anexo nº 9- Tabela 3.1. Calendarização das atividades

Calendarização das Atividades													
Nº	ATIVIDADE	ANO											
		MESES											
		JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAL.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OTU.	NOV.	DEZ.
1	Aquisição de materiais e equipamentos administrativo												
2	Recrutamento do pessoal												
3	Produção e impressão de materias de ssensibilização												
4	Oraganizações de sessões de formação												
5	Sessão de apresentação Pública da campanha												
6	Sessões de organização de eventos culturais												
7	Sessões de organização de eventos desportivos												
8	Sessões de concursos e sorteios												
9	Criação de Pagina de Web site												
10	Edição de boletins informativos												
11	Produção e emissão de programas nas rádios												
12	Produção e edição de programa na televisão												
13	Publicidades nas rádios												
14	Publicidade na Televisão												
15	Publicidades nos jornais												
16	Cofeção de placas de outdoors												
17	Debates nas radios												
18	Debates na Televisão												
19	Avaliação dos resultados												
20	Sessões de reuniões tecnicas												

Anexo nº 10- Tabela 3.2. Referente ao Orçamento

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO					
PUBLICIDADE/Marketing					
Nº	Designação	Qde	P. Unitário	P. Total	Obs.
1	Publicidade na rádio	46 080	6,15 €	283 569,20 €	
2	Programa na rádio	3 072	53,85 €	165 415,40 €	
3	Publicidade na televisão	1080	73,85 €	79 753,80 €	
4	Programa na televisão	4	1 230,77 €	4 923,10 €	
5	Outdoors	16	276,92 €	4 430,80 €	
6	Jornal	960	307,69 €	295 384,60 €	
	Subtotal			833 476,90 €	
Materiais Impressos					
Nº	Designação	Qde	P. Unitário	P. Total	Obs.
1	Cartazes formato A/2	500	1,31 €	653,80 €	
2	Desdobráveis formato A/4	1000	0,54 €	538,50 €	
3	Camisolas	1000	2 500,00 €	2 500 000,00 €	
4	Chapéus	1000	1 500,00 €	1 500 000,00 €	
5	Autocolante formato A/4	50	7,69 €	384,60 €	
6	Autocolante formato A/3	50	11,54 €	576,90 €	
7	Livros escolares a cores	6000	8,72 €	52 307,69 €	
8	Boletim informativo	600	4,00 €	2 400,00 €	
	Subtotal			4 056 861,49 €	
Material Didático					
Nº	Designação	Qde	P. Unitário	P. Total	Obs.
1	Caderno	1000	3,75 €	3 750,00 €	
2	Pack de Lápis de carvão/Aguça/Borracha	1000	3,15 €	3 150,00 €	
3	Lápis a cores (12)	1000	4,70 €	4 700,00 €	
4	Pack de 5 Canetas a cores	1000	2,40 €	2 400,00 €	
	Subtotal			14 000,00 €	
Equipamento Administrativo					
Nº	Designação	Qde	P. Unitário	P. Total	Obs.
1	Computadores de mesa	6	599,99 €	3 599,94 €	
2	Portátil	3	649,99 €	1 949,97 €	
3	Impressora	2	67,49 €	134,98 €	
4	Agrafos	4	2,60 €	10,40 €	
5	Perfuradores	2	27,05 €	54,10 €	
6	Marcadores	10	4,75 €	47,50 €	
7	Camara fotográfica	1	379,00 €	379,00 €	
8	Camara de filmagem	2	699,99 €	1 399,98 €	
9	Disco externo	4	74,99 €	299,96 €	
10	Disco amovíveis (16GB)	10	8,99 €	89,90 €	
11	Toneres	2	69,99 €	139,98 €	
12	Projetores	1	339,99 €	339,99 €	
13	Radio gravador áudio	2	79,90 €	159,80 €	
14	Resma e Papel	10	5,00 €	50,00 €	

	Subtotal		3 009,72 €	8 655,50 €	
Eventos					
Nº	Designação	Qde	P. Unitário	P. Total	Obs.
1	Formação (Seminário, palestra, workshop)	5	23 076,92 €	115 384,62 €	
2	Patrocínio de eventos desportivos	10	4 615,38 €	46 153,85 €	
3	Patrocínio de eventos culturais	5	15 384,62 €	76 923,08 €	
	Subtotal			238 461,54 €	
Transporte e telecomunicação					
Nº	Designação	Qde	P. Unitário	P. Total	Obs.
1	Viaturas pick-up de 5 lugares	1	25 000,00 €	25 000,00 €	
2	Jeep Toyota Land Cruizer 7 lugares	1	44 000,00 €	44 000,00 €	
3	Web site	1	3 000 000,00 €	4 615,38 €	
4	Telemóveis	20	50,00 €	1 000,00 €	
5	Carregamento de telemóvel	240	15,38 €	3 692,31 €	
6	Internet	12	76,92 €	923,08 €	
	Subtotal			79 230,77 €	
Despesa com pessoal					
Nº	Designação	Qde	P. Unitário	P. Total	Obs.
1	Coordenador	12	3 500,00 €	42 000,00 €	
2	Contabilista	12	1 000,00 €	12 000,00 €	
3	Designer	12	500,00 €	6 000,00 €	
4	Condutor	24	300,00 €	7 200,00 €	
5	Especialista em comunicação e marketing	12	1 000,00 €	12 000,00 €	
6	Engenheiro florestal	12	1 000,00 €	12 000,00 €	
7	Engenheiro agrónomo	12	1 000,00 €	12 000,00 €	
8	Especialista em ciências da educação	12	1 000,00 €	12 000,00 €	
	Subtotal	108		115 200,00 €	
	Subtotal geral			5 345 886,20 €	
	Imprevisto			267 294,31 €	
	Total Geral			5 613 180,51 €	

Anexo nº 11- Lista das convenções e protocolos de domínio ambiental ratificadas pela Guiné-Bissau

- RESOLUÇÃO Nº 6 / PL / ANP/ 2005, Convenção sobre a Proteção da Camada de Ozono.
- RESOLUÇÃO Nº 7 / PL / ANP/ 2005, Protocolo de Montreal sobre as substâncias que empobrecem a camada de ozono.
- RESOLUÇÃO Nº 8 / PL / ANP/ 2005, Protocolo de Montreal – Emenda de Londres.
- RESOLUÇÃO Nº 9 / PL / ANP/ 2005, Protocolo de Montreal – Emenda de Copenhaga.
- RESOLUÇÃO Nº 10 / PL / ANP/ 2005, Protocolo de Montreal – Emenda de Beijing .
- RESOLUÇÃO Nº 11 / PL / ANP/ 2005, Protocolo de Montreal – Emenda de Montreal.
- RESOLUÇÃO Nº 12 / PL / ANP/ 2005, Convenção sobre a poluição atmosférica a longa distância.
- RESOLUÇÃO Nº 14 / PL / ANP/ 2005, Protocolo de Quioto.
- RESOLUÇÃO Nº 15 / PL / ANP/ 2005, Convenção sobre as zonas húmidas de importância internacional, especialmente como as aves aquáticas (RAMSAR).
- RESOLUÇÃO Nº 16 / PL / ANP/ 2005, Protocolo de 1982 à convenção de RAMSAR.
- RESOLUÇÃO Nº 17 / PL / ANP/ 2005, Convenção de CITES.
- RESOLUÇÃO Nº 18 / PL / ANP/ 2005, Emenda de 1983 à Convenção de CITES.
- RESOLUÇÃO Nº 19 / PL / ANP/ 2005, Convenção de Estocolmo sobre produtos orgânicos persistentes (POPs).
- RESOLUÇÃO Nº 20 / PL / ANP/ 2005, Convenção de Roterdan.
- RESOLUÇÃO Nº 21 / PL / ANP/ 2005, Convenção que cria a UICN.
- RESOLUÇÃO Nº 23 / PL / ANP/ 2005, Convenção sobre a conservação das espécies migratórias selvagens.
- RESOLUÇÃO Nº 24 / PL / ANP/ 2005, Convenção sobre o Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e sua Eliminação (BALE).
- RESOLUÇÃO Nº 26 / PL / ANP/ 2005, Convenção sobre a avaliação do impacto ambiental no contexto transfronteiriço.
- RESOLUÇÃO Nº 29 / PL / ANP/ 2005, Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural.
- RESOLUÇÃO Nº 30 / PL / ANP/ 2005, Protocolo de Cartagena.

Anexo nº 12- Mapa da Guiné-Bissau



Fonte: Google

Anexo nº 13- Fotos Referentes à Guiné-Bissau

Derrubes das árvores para extração de madeiras



Fonte: Google (2015)

Processo de seleção de troncos de árvores



Fonte: Nansil (2015)

Exportação de madeira em toros em contentor



Fonte: Nansil (2015)

Floresta de palmeiras desbravadas para extração de cibes



Fonte: Nansil (2015)

Cibes extraídas de palmeiras para fins habitacionais



Fonte: Indjai (2015)

Mercado informal de cibes na capital Bissau



Fonte: Indjai (2015)

Processo de transformação de peixes



Fonte: Nansil (2015)

Fumagem de peixes, utilizando mangal



Fonte: Nansil (2015)

Peixes fumados para a venda no mercado



Fonte: Nansil (2015)

Pirogas construídas com troncos de árvores



Fonte: Nansil (2015)

Penetração de água salgada na bolanha



Fonte: catarino et. al., (2012)

Floresta densa de Cantanhéz (sul do país)



Fonte: Catarino et. al., (2012)

Prática de cultivo de arroz no litoral



Fonte: Said et. al. , (S/D)

Prática de cultivo do arroz no continente



Fonte: Said et. al. , (S/D)

Processo de fabrico de sal através de sol



Fonte: SEAT (2012)

Fabrico de carvão vegetal , derrubando árvores



Fonte: Said et. al. , (S/D)

Queimada da floresta para atividades agrícolas



Fonte: MADR (2006)

Pastagem de gado nas zonas desflorestadas



Fonte: MADR (2006)

Erosão Costeira na praia de Varela (norte do país)



Fonte: MADR (2006)

Construção de Estradas, Derrubando Hectares de Florestas



Fonte: Google (2015)

Habitat de Elefantes em perigo (está em extinção)



Fonte: Google (2015)

Espécie de primata considerada em vias de extinção



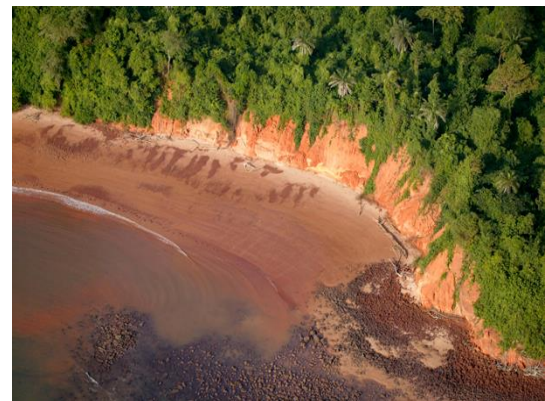
Fonte: Google (2015)

Sedimentação de braços de rios (sul do país)



Fonte: Said et. al. , (S/D)

Erosão costeira nas ilhas dos Bijagós (sul do país)



Fonte : SEAT (2012)

Habitações no interior da Floresta (zonas reservadas)



Fonte: SEAT (2012)

População vivendo nas florestas (ilha dos bijagós)



Fonte: SEAT (2012)